



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**DANIEL PAIVA DE MACÊDO JÚNIOR**

**DAS RUAS ÀS REDES: DISPUTA DE NARRATIVAS E DE MEMÓRIA  
SOBRE AS OCUPAÇÕES UNIVERSITÁRIAS DE 2016 NO CEARÁ  
EM TEMPOS DE MEDIAÇÃO ALGORÍTMICA**

**FORTALEZA**

**2020**

DANIEL PAIVA DE MACÊDO JÚNIOR

DAS RUAS ÀS REDES: DISPUTA DE NARRATIVAS E DE MEMÓRIA SOBRE AS  
OCUPAÇÕES UNIVERSITÁRIAS DE 2016 NO CEARÁ  
EM TEMPOS DE MEDIAÇÃO ALGORÍTMICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Linguagens – Mídia e Práticas Socioculturais.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M12r Macêdo Junior, Daniel Paiva de.  
DAS RUAS ÀS REDES: : DISPUTA DE NARRATIVAS E DE MEMÓRIA SOBRE AS OCUPAÇÕES  
UNIVERSITÁRIAS DE 2016 NO CEARÁ EM TEMPOS DE MEDIAÇÃO ALGORÍTMICA / Daniel Paiva  
de Macêdo Junior. – 2020.  
177 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-  
Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2020.  
Orientação: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes.
1. Memória Social. . 2. Mediação algorítmica. . 3. Facebook. . 4. Ocupações Universitárias. . I. Título.  
CDD 302.23]
-

DANIEL PAIVA DE MACÊDO JÚNIOR

DAS RUAS ÀS REDES: DISPUTA DE NARRATIVAS E DE MEMÓRIA EM TEMPOS DE  
MEDIÇÃO ALGORÍTMICA SOBRE AS OCUPAÇÕES  
UNIVERSITÁRIAS DE 2016 NO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Linguagens – Mídia e Práticas Socioculturais.

Aprovada em: 12/02/2020

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Helena Martins do Rêgo Barreto  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Profa. Dra. Andrea Meyer Landulpho Medrado  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

## AGRADECIMENTOS

Eu não cabia em mim quando recebi o resultado de aprovação do mestrado na Universidade Federal do Ceará. Senti, em mim, alegrias equivalentes a primeira aprovação no vestibular pela possibilidade de voltar a estudar nesta casa e, por justiça, uma tremenda e profunda gratidão a todas as educadoras que contribuíram com a minha formação até aqui.

No início éramos três recém formados pleiteando uma vaga na pós-graduação. A comemoração era conjunta com o ingresso coletivo que, em contrapartida, implicava em alguns ‘até breve’. Ana Kelly foi fazer mestrado em Psicologia na UFRN, Lucas Melo foi estudar no PPG de Economia da UFMG e eu cá fiquei aguardando os reencontros e com o peito aberto para comemorarmos juntos cada passo dado. Quem também ficou foi Luana Marques para cursar o PPG em Sociologia da UECE. Juntos, compartilhamos das doçuras e dos azedos nesta nova etapa da vida repleta de descobertas coletivizadas e, sem dúvidas, a travessia de fronteiras é algo a ser celebrado. Fico feliz em poder dividir cada reencontro com tão valorosos amigos.

Eu não cabia de tamanha insegurança neste novo espaço. Por isso, reencontrar o George Torres – companheiro de tantas caminhadas desde o trote na graduação – e Fernanda de Façanha – companheira de duras labutas no Grupo de Pesquisa – fez com que a timidez sucumbisse em nome de uma caminhada compartilhada. Aqui fiz muitos amigos que quero levar para sempre no peito e que me deram suporte para ‘Engolir o Choro e Escrever’, que fique registrado o carinho por Aline Baima, Raphaele Batista, Thais Jorge, Thays Lavor, Cláudia, Andressa Souza, Tiago, Rafael Rocha e William Santos.

Fomos parte da geração que conquistou e implementou Bolsas por Demanda Social no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Nisto, o agradecimento à CAPES pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio; mas, sobretudo, a toda a comunidade acadêmica que apostou num caminho de justiça social e histórica para ampliar as dinâmicas de permanência em pós-graduação e popularizar a Universidade Pública. Entendo que minha relação com este lugar é passageira e muito me anima concluir esta etapa consciente que contribuimos para que os nossos cheguem e não vivam as mesmas dores que vivemos.

Devo imensa gratidão aos sertões. Muito bati pernas nessas terras de meu Deus nos últimos anos e isso foi fundamental para me reconectar as minhas raízes. O sertão para mim foi escola: foi onde primeiro percebi o mundo, lidei com as contradições e aprendi a semear enquanto espero a chuva – que há de vir. Foi a lida por essas bandas, sob o sol de

rachar a cabeça, que me acalmou e não me permitiu perder a fé em tempos tão duros que abalam a confiança em nossas estruturas. Em tempos de adoecimento mental, me agarrei a lira nordestina para cantar um mundo novo e não me deixar abater.

Assim como devo imensa gratidão a Fortaleza. Nunca fez tanto sentido estar neste lugar, neste momento. São 6h da manhã de uma segunda-feira qualquer e estou feliz por saber que um dia se anuvia, sob pingos mansos, na certeza de sair nas ruas do Benfica e encontrar amores, amigas e companhias para toda a vida. Quero agradecer a Jessica Rebouças, minha maior comparsa nessas terras e com quem divido as partes mais sensíveis de viver esta cidade. Gratidão ao Sijone Oliveira que salva nas horas justas – e somente nestas – e ao Hugo Dantas que é incansável na luta do povo e imenso em companheirismo e generosidade. Registro aqui o agradecimento a Lara Guerreira que, além da conta no Netflix, é uma amiga de peito aberto e com energia para raiar a cidade. São tantos amores, que, senhor!

Finalmente, quase uma década vivendo aqui, estar neste lugar no mundo fez sentido – e me alegro por perceber isso a tempo. Nisto, quero agradecer a Ana Glads, Paulo Henrique e Tânia Lígia por dividirmos a casa e compartilharmos a vida nesta cidade em meio a uma etapa tão desafiadora de noites viradas escrevendo essa dissertação.

Nunca pensei que diria isso: as aulas de Lógica de Programação no Ensino Médio foram muito úteis na realização dessa pesquisa. Por isso, quero agradecer a todo o incentivo de educadores e familiares para trilhar o ensino técnico que me ensinou conhecimentos que, hoje, fazem muito sentido em minha vida. Quero destacar, aqui, o papel de Fátima Lavor, educadora que acompanhou toda a minha trajetória na educação básica.

Tenho imensa gratidão por todo o companheirismo, atenção e cuidado de Márcia Vidal nesta caminhada. Desde a graduação temos caminhado juntos no desenvolvimento desta pesquisa e com muita alegria que chegamos ao fim de mais um trabalho. Também agradeço a Catarina Oliveira, Sandra Gadelha e Andrea Medrado pelas contribuições e pelas rigorosas análises que possibilitaram o aperfeiçoamento desta pesquisa na qualificação e nesta última avaliação. Gratidão, ainda, a Inês Vitorino pelas valiosas contribuições no recorte do objeto na disciplina de Seminário de Pesquisa.

Helena Martins também contribuiu neste processo e, para além da banca, é uma amiga e referência militante que me anima em aliar a comunicação e a resistência dos nossos tempos por um mundo que faça sentido diante das utopias insurgentes por nós nutridas.

Quero agradecer por caminharmos juntos! É preciso agradecer ao Movimento RUA que, de braços dados, disputamos um futuro em que vale a vida! Vale o caminho para

aprender a superar a solitária vanguarda de nós mesmos e ser sujeito coletivo. Quero agradecer a todas as camaradas da Insurgência por compartilharmos sonhos.

Por fim – e mais importante – agradeço aos meus pais. Sem o apoio deles, tampouco esse trabalho existiria. É para quem eu ligo quando o sapato aperta, são os que me socorrem quando as coisas não estão bem. Tenho 10 irmãos de uma família totalmente desestruturada a la Brasil que, para cada um, dedico um jeito diferente de gostar. Vem por ai, nos próximos capítulos, a chegada de Ana Laura. Ainda não nos conhecemos, mas quero agradecer e acolhê-la no mundo para semear desde cedinho a esperança no devir.

## RESUMO

As ocupações universitárias ocorridas em 2016, no Brasil, inscrevem-se na história como o maior expoente – até então – de resistência civil e tomada dos espaços públicos frente à plataforma política de redução orçamentária para Educação, Saúde e investimentos sociais apresentada pela Presidência da República naquele ano. Se ações como estas são evocadas na intenção de pressionar visibilidade da pauta política, como propunha Marcuse (1999), constituem-se, portanto, em intervenção margeada e orientada em processos comunicacionais. Com atenção às experiências cearenses e verificado que páginas de Facebook foram os principais meios para desenvolvimento das táticas de comunicação orientadas ao espaço público, analisamos seis páginas produzidas no período referentes a incidências estudantis na Universidade Federal do Ceará (@greveestudantilUFC), Universidade Federal do Cariri (@ocupaufca), Universidade Regional do Cariri (@ocupaurca2016), Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afrobrasileira (@ocupaunilab) e Instituto Federal do Ceará (@ocupafce e @ocupartes) delimitados em 897 publicações extraídas e sistematizadas via Netvizz. Este montante foi analisado em dois viés: por um lado, observando as dinâmicas de construção de sentidos e de versão sobre fatos ocorridos nas ocupações à luz das observações em Análise do Conteúdo, segundo orientações de Bardin (2011) em face ao contexto de disputa de narrativas e produção de memória social; por outro, com olhar amplo sobre contextos sociotécnicos, as alterações na plataforma e as engenharias de poderes que convencionam a vivência virtual, identificamos e discutimos as redes sociais resultantes da interação na plataforma, considerando os propostos por Recuero et al (2015) e a performance das páginas nesta ambiência. Partindo dos resultados e indicadores, estabelecemos discussões e proposições teóricas em torno das questões sobre produção e disputa de memória social em contexto de mediação algorítmica – com atenção a esta relação ambiência protagonizada por movimentos sociais.

**Palavras-Chave:** Memória Social. Mediação algorítmica. Facebook. Ocupações Universitárias.

## ABSTRACT

The university occupations that occurred in 2016, in Brazil, are inscribed in history as the greatest exponent - until then - of civil resistance and seizure of public spaces in front of the political platform of budget reduction for Education, Health and social investments presented by the Presidency of the Republic that year. If actions like these are evoked with the intention of pressuring visibility of the political agenda, as proposed by Marcuse (1999), they constitute, therefore, a marginal intervention and oriented in communication processes. With attention to the experiences of Ceará and checking that Facebook pages were the main means for the development of communication tactics oriented to the public space, we analyzed six pages produced in the period regarding student incidents at the Federal University of Ceará (@greveestudantilUFC), Federal University of Cariri (@ocupaufca), Universidade Regional do Cariri (@ocupurca2016), Federal University of Integration of Lusofonia Afrobrasileira (@ocupaulab) and Federal Institute of Ceará (@ocupaifce and @ocupartes) delimited in 897 publications extracted and systematized via Netvizz. This amount was analyzed in two ways: on the one hand, observing the dynamics of construction of meanings and version of facts that occurred in the occupations in the light of the observations in Content Analysis, according to guidelines by Bardin (2011) in view of the context of dispute of narratives and production of social memory; on the other hand, with a broad look at sociotechnical contexts, changes in the platform and the engineering powers that convene virtual experience, we identified and discussed the social networks resulting from the interaction on the platform, considering those proposed by Recuero et al (2015) and performance of the pages in this ambience. Based on the results and indicators, we established discussions and theoretical propositions around the issues of production and dispute of social memory in the context of algorithmic mediation - with attention to this relationship between ambience and social movements.

**Keywords:** Social Memory. Algorithmic Mediation. Facebook. University Occupations.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapeamento de ocupações e greves estudantis no Ceará .....	29
Figura 2 – Faixas de identificação em ocupações universitárias no Ceará .....	30
Figura 3 – Profile das Páginas de Facebook das Ocupações .....	32
Figura 4 – Campanha Fora Coronéis da Mídia .....	42
Figura 5 – Categorias dos Cards .....	68
Figura 6 – Categorias das Fotografias .....	69
Figura 7 – Categoria ‘Imagens Cotidianas’ em Vídeo .....	73
Figura 8 – Perfil de usuário no Facebook em 2005 .....	108
Figura 9 – Grupo no Facebook em 2004 .....	109
Figura 10 – Interface gráfica do feed de notícias em 2006 .....	110
Figura 11 – Ajuste do fluxo de prioridades do feed em 2006 .....	111
Figura 12 – Botões para classificação de postagens em 2007 .....	112
Figura 13 – Interface gráfica do mural em 2008 .....	113
Figura 14 – Adoção do like como métrica pública em 2009 .....	114
Figura 15 – Interface gráfica do feed em 2009 .....	115
Figura 16 – Interface gráfica do feed em 2010 .....	116
Figura 17 – Interface gráfica do mural em 2012 .....	119
Figura 18 – Interface gráfica do feed em 2014 .....	121
Figura 19 – Botões para classificação de postagens em 2016 .....	123
Figura 20 – Postagens com com mais de 100 comentários .....	130

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Fluxo de postagens das páginas .....	79
Gráfico 2 – Ciclo da mediação algorítmica para consumidores de informação .....	103
Gráfico 3 – Circuito da mediação algorítmica para produtores de informação .....	104
Gráfico 4 – Lógica para mediação algorítmica no Facebook .....	117
Gráfico 5 – Engajamento alcançado por dia .....	134
Gráfico 6 – Gráfico Associativo da página @greveestudantilUFC .....	135
Gráfico 7 – Participação de robôs na rede social resultante do Debate da Rede Globo para eleições presidenciais em 2014 .....	157

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos posts nas páginas de ocupações .....	66
Tabela 2 – Formato das postagens .....	66
Tabela 3 – Composição e finalidade das imagens .....	69
Tabela 4 – Finalidade dos vídeos .....	73
Tabela 5 – Finalidade dos links .....	75
Tabela 6 – Finalidade dos textos .....	74
Tabela 7 – Volume de postagens por dia .....	75
Tabela 8 – Métricas por interações virtuais .....	126
Tabela 9 – Médias de interação por postagem .....	127
Tabela 10 – Média de interação por usuário .....	128
Tabela 11 – Quantidade de reações nas páginas .....	128
Tabela 12 – Distribuição de comentários em postagens .....	129
Tabela 13 – Comentários em interações por cliques .....	131
Tabela 14 – Engajamento médio de usuário por postagens .....	132

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1</b>	<b>INSURGÊNCIA ESTUDANTIL VIRA MANCHETE</b> .....	22
1.1	<b>O calor das ruas: conjuntura política de 2016</b> .....	22
1.2	<b>Ocupa e resiste!</b> .....	26
1.2.1	<i>Territorialização de ocupações no Ceará</i> .....	28
1.2.2.	<i>Das ruas às redes</i> .....	31
<b>2</b>	<b>COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL</b> .....	35
2.1	<b>Poderio jornalístico na constituição da verdade histórica</b> .....	37
2.1.1	<i>Primeira esfera: concentração e monopólio dos meios</i> .....	39
2.1.2	<i>Segunda esfera: legitimação dos sujeitos habilitados ao fazer-jornalístico</i> ....	43
2.1.3	<i>Terceira esfera: constituição da opinião pública</i> .....	45
2.1.4	<i>Quarta esfera: produção de sentidos e do imaginário</i> .....	47
2.2	<b>A disputa das narrativas na configuração da memória</b> .....	48
2.3	<b>Comunicação em movimento por outras narrativas</b> .....	53
2.3.1	<i>O que dizem de nós: criminalização em agendamento</i> .....	54
2.3.2	<i>Nós por nós: movimentos em comunicação em tempos e hiperconexão</i> .....	56
<b>3</b>	<b>DOS DITOS E NÃO-DITOS SOBRE O CASO</b> .....	61
3.1	<b>Nem tudo é verdade nas páginas do jornal</b> .....	61
3.1.1	<i>Do fluxo da narrativa</i> .....	62
3.1.2	<i>Da representação social</i> .....	63
3.2	<b>Soltando a voz nas redes sociais</b> .....	64
3.2.1	<i>Dos usos e formatos</i> .....	65
3.2.1.1	<i>Das imagens</i> .....	67
3.2.1.2	<i>Dos vídeos</i> .....	72
3.2.1.3	<i>Dos links</i> .....	74
3.2.1.4	<i>Dos textos</i> .....	76
3.2.2	<i>Da frequência de postagens e da narrativa resultante</i> .....	78
3.2.3	<i>Da representação social</i> .....	81
3.3	<b>Recorrência e significados contextuais</b> .....	82
3.4	<b>Das observações sobre os embates para produção de memória social</b> .....	83

<b>4</b>	<b>DE INTERESSE PÚBLICO EM AMBIENTES PRIVADOS .....</b>	<b>86</b>
<b>4.1</b>	<b>Redes para balançar em terras tupiniquins .....</b>	<b>88</b>
<b>4.1.1</b>	<i>Aqui é terra sem lei .....</i>	<i>92</i>
<b>4.2</b>	<b>Das engenharias de poder .....</b>	<b>94</b>
<b>4.2.1</b>	<i>Do armazenamento em Big Data .....</i>	<i>95</i>
<b>4.2.2</b>	<i>Dos filtros e das bolhas .....</i>	<i>96</i>
<b>4.2.3</b>	<i>Integrando dados e funções .....</i>	<i>98</i>
<b>4.2.4</b>	<i>Da mediação algorítmica .....</i>	<i>100</i>
<b>4.3</b>	<b>Dos ditos e não ditos sobre o livro de rostos .....</b>	<b>106</b>
<b>4.3.1</b>	<i>Sobre a Plataforma .....</i>	<i>108</i>
<b>5.</b>	<b>BARRICADAS VIRTUAIS ABREM CAMINHOS? .....</b>	<b>125</b>
<b>5.1</b>	<b>Ocupando o Facebook .....</b>	<b>126</b>
<b>5.2</b>	<b>Construindo redes sociais .....</b>	<b>135</b>
<b>5.3</b>	<b>O que cai na rede é peixe .....</b>	<b>137</b>
<b>5.3.1</b>	<i>@greveestudantilUFC .....</i>	<i>139</i>
<b>5.3.2</b>	<i>@ocupaifce .....</i>	<i>139</i>
<b>5.3.3</b>	<i>@ocupartes .....</i>	<i>140</i>
<b>5.3.4</b>	<i>@ocupaurca2016 .....</i>	<i>141</i>
<b>5.3.5</b>	<i>@ocupaufca .....</i>	<i>142</i>
<b>5.3.6</b>	<i>@ocupaunilab .....</i>	<i>143</i>
<b>6.</b>	<b>PISTAS, EVIDÊNCIAS E ANÉDOTAS PARA VERSAR TEMPO .....</b>	<b>144</b>
<b>6.1</b>	<b>Dos códigos de memória em tempos de efêmero .....</b>	<b>144</b>
<b>6.2</b>	<b>Das conjugações sociais sobre midiatização da vida e da política .....</b>	<b>148</b>
<b>6.2.1</b>	<i>Da produção de sociabilidade .....</i>	<i>149</i>
<b>6.2.2</b>	<i>Da vida em público .....</i>	<i>151</i>
<b>6.2.3</b>	<i>Das crenças e desconfianças .....</i>	<i>155</i>
<b>6.3</b>	<b>Das guerras culturais de nossos tempos .....</b>	<b>159</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>162</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>168</b>

## INTRODUÇÃO

'Primeiramente, Fora Temer!', dizíamos de norte a sul sempre ao iniciar uma fala em qualquer espaço; como uma porta de entrada a outros discursos, ancorava os marcos políticos daqueles tempos. Era 2016, assistíamos como a um espetáculo transmitido para multidões na Avenida da Universidade ao golpe institucional à democracia que salta à memória nas falas de Glauber Braga (PSOL/RJ), que votou contra, apontando o 'fedor de enxofre' que vinha da cadeira do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao nomeá-lo por gangster; e de Jair Bolsonaro – hoje Presidente da República – ao votar favorável em nome de um dos maiores torturadores da Ditadura Militar de 64, o Coronel Carlos Ulstra que, não por menos, foi algoz da deposta Dilma Rousseff (PT).

Temer era vice de Dilma, aliado político na trama de conciliação de classes e responsável pelo enredo golpista para ascender ao poder, romper acordos e aplicar uma agenda ultraliberal não legitimada pelo povo brasileiro. Temer, por sua vez, era verbo negado no dicionário das ruas que pulsavam resistência ao pacote de medidas contra os direitos sociais. Temer era indesejado em todos os sentidos – menos para seus aliados – e desejava, como parte de um plano perverso baseado na retirada de direitos, desmontar a educação pública e a previdência social.

Eu era jovem quando a polarização política rompeu a democracia. Era estudante na Universidade Federal do Ceará e tinha o coração nutrido por utopias e cabelos grandes. Abraçava a educação como uma janela para romper o ciclo de pobreza, exploração e dominação que marca a vida dos que vieram antes de mim neste mundo. Foi confuso para meu pai que, na vida diária de um caminhoneiro com ensino médio incompleto, observara um filho pegar 400km de estrada longe de casa para estudar, ao ingressar na instituição anos antes, no carnaval de 2012. Existia em mim as ganas de muitos dos que vieram antes de nós, para acessar a Universidade e não puderam.

Fui o primeiro na minha família a acessar educação superior; entretanto, não fui o pioneiro a sair do ciclo familiar para buscar um futuro melhor. Afinal, como um bom filho de mãe agricultora que estudou até a 2ª série do ensino fundamental, acordar cedo para toar o pastoreio é um caminho comum e muito já o fiz na infância. Fazia, ao desbravar a Universidade Federal Ceará, o que José Fernando Martins (2009) propõe em sua tese de doutorado, ao discutir sobre o acesso de crianças camponesas ao ciclo formal de educação: ocupava um espaço de direito e, ao mesmo tempo, estabelecia o contraditório. Esta premissa é discutida pelo pesquisador ao considerar que as políticas de democratização do acesso à

educação no ciclo básico desconsidera as particularidades dos perfis não-urbanos; logo, toda criança camponesa, ao assentar cadeira na sala de aula, ao se fazer presente nas escolas, constitui a máxima do exercício de direitos em um espaço que não foi pensado para recebê-la com dignidade. O mesmo paradigma é estabelecido por nós, jovens sertanejos, ao acessar uma instituição historicamente radicada na capital e com escassas políticas de assistência estudantil.

É preciso confessar que existia medo de entrar no Bosque Moreira Campos – e em qualquer outro espaço universitário – por entender que este lugar não me pertencia. Por isso, desde o início, o verbo ocupar dizia muito sobre a minha relação – e de tantos outros – com o espaço acadêmico. Sentia que ocupava uma vaga que não foi pensada para pessoas como eu; ao mesmo tempo que compreendia a importância de me manter firme. Entre os muitos corpos que ocupavam diariamente as classes, os corredores, as cantinas e os espaços de sociabilidade, ainda que em silêncio, toávamos em nossas roupas, em nossos gestos e nossas práticas cotidianas a reivindicação de uma universidade popular.

Ingressei, na instituição, através do Bacharelado em Ciências Sociais. Queria entender o mundo que me rodeava, fruto de um fascínio pela leitura e da sede de conhecimento que existia em mim. A dinâmica de ganhar a Fortaleza, trabalhar e estudar aos 17 anos inviabilizou minha permanência e desisti do curso antes mesmo de concluir o primeiro semestre – reprovando todas as disciplinas por abandono. Decidi retomar minha formação em um novo curso onde eu possuísse melhores condições, para me manter na cidade e, nisto, iniciar tudo outra vez.

A aprovação na Política Nacional de Assistência Estudantil foi fundamental para que eu pudesse retomar a formação de bacharel. Morei na Residência Universitária conhecida como Castelo por quase cinco anos até ser desativada para reforma – inconclusa até a defesa deste trabalho. O abrigo no campus me fez considerar os cursos de ciências sociais aplicadas e, dentre Comunicação Social e Ciências Econômicas, optei pelo primeiro por considerar que era um campo que já nutria atenção desde o ensino médio na disciplina de ‘Temáticas, Práticas e Vivências’ que pautava Mídia, Consumo e Cidadania coordenado pela profa. Sandra Ferreira e, assim, outros elementos de cunho mais afetivos e menos literários poderiam me fortalecer nesta jornada.

Não é por acaso que construí o Movimento Estudantil. Via nas discussões do Diretório Acadêmico Tristão de Athayde - DATA e da Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação - ENECOS um espaço fraterno de formulação política e (r)existência de tantos perfis que também se sentiam pontos fora da curva na Academia. Ainda sem acasos, vivi todas as experiências que foram possíveis: integrei os programas extensionistas *Todos os Sentidos* e

*Sem Fronteiras* na Rádio Universitária (2015), convivi na dinâmica de agência popular da *Liga Experimental de Comunicação* (2012 - 2013), vivenciei os ciclos de debate do grupo de pesquisa *Mídia, Cultura e Política* (2017), compus o *PETCom* (2013), fui *monitor voluntário da disciplina de Informática e Comunicação* (2012-2015), me diverti em simulações de jornalismo em organismos internacionais (2013 e 2015), desenvolvi pesquisa no *Laboratório de Habilidades em Comunicação* (2017) da Faculdade de Medicina, estive *representante discente no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão* (2016) e realizei *intercâmbio na Thübingen Universität* com bolsa da UNESCO (2014), para estudar História da Arte por um semestre. Ocupei a Universidade de peito aberto a experimentar o mundo e antes não me era possível.

No meio do turbilhão, pude conhecer minha sexualidade nos beijos seguros em calouradas e nos ataques intimidadores e violentos da segurança patrimonial para inibir afetos nos espaços da Reitoria. Por isso, abracei a vida em coletividade porque estar sozinho é perigoso para fincar um lugar no mundo e sobreviver nesse sistema é uma tarefa cotidiana e coletiva. Neste processo, optei por ser parte do Movimento RUA Juventude\_Anticapitalista e, junto dos meus, caminhar para que, dentro ou fora da Universidade, ninguém sinta ou passe por muitas das dores que vivi neste período.

Senti o peso do golpe de modo especial quando, na condição de Conselheiro Nacional de Juventude da Presidência da República, vivemos a interrupção dos mandatos e a dissolução da instância de avaliação e formulação de política pública sobre juventude no país. O desequilíbrio democrático causado pela tomada do poder nacional e das medidas aplicadas se converteu em onda de ocupações por todos os setores e espaços: com as sedes do Ministério da Cultura por artistas em defesa da manutenção da entidade, das fazendas do Golpista em São Paulo pelo MST e das Escolas e Universidades em aliança nacional. Contrários aos postulados na PEC 55/2016 do congelamento do teto de gastos, estudantes produziram o maior ciclo de ocupações em espaços educacionais na história do país.

Fui parte dos milhões de estudantes brasileiros que ocuparam mais de mil escolas secundaristas e 250 campus universitários no Brasil. Não diferente de quando me matriculei: eram os perfis que já imprimiam uma lógica de ocupação deste espaço estabelecendo uma tônica mais forte de termos para serem considerados e escutados. Esta experiência marcou muitos de minha geração e, sem dúvidas, ao andar por espaços que ocupei, sinto, como nunca antes, que este espaço também pertence aos nossos porque pudemos, de forma nunca antes experimentada, recriar o papel da Universidade por mais de um mês e pautar discussões que até não estão inseridas nas ementas curriculares. Dissemos, em capitular, que as

Universidades também são nossas.

‘Quando a tirania é lei, ocupação é ordem’. Eco toado nos atos de rua, nos cartazes e faixas que agitaram a Av. da Universidade, é também título do artigo de opinião escrito por Irenísia Oliveira<sup>1</sup> e Cláudio Rodrigues<sup>2</sup>, publicado no Jornal O Povo<sup>3</sup> em 17/nov daquele ano. A imprensa, aliás, foi palco também da batalha em torno dos significados da ocupação. Por isso, me debrucei sobre a representação e a versão produzida pelo jornalismo cearense sobre as experiências de insurgência estudantil de 2016 no Ceará, para concluir a graduação em 2017 sob orientação de Márcia Vidal Nunes.

Fiz esta escolha por perceber que a alteração do cotidiano, nas instituições, ganhou espaço privilegiado nos canais de jornalismo. Na medida em que buscavam explicar o novo cenário e sanar as inquietações e dúvidas da população sobre o novo status de gestão dos espaços, discursos eram produzidos e posições sobre o movimento de ocupações eram ecoados a partir de um juízo de valor aliado à linha editorial do veículo – e interesses de seus donos – ainda que, por vezes, existissem espaços de registro a ser disputado. Percebia, também, que a representação desta experiência em pouco corresponde ao ciclo dos acontecimentos e, em via paralela, estudantes se inseriram no embate da disputa de narrativas, para contarem a própria história a partir da produção de registros e eco de versões sobre o ocorrido em páginas no Facebook<sup>4</sup>.

Deste cenário, nasce a questão: ‘Quais as condições da disputa de narrativas e construção de memória em aplicações no Facebook produzidas por movimentos sociais contrahegêmonicos?’. O embalo das reflexões, leituras e práticas de pesquisas no intento de alcançar respostas, saídas e amparos nos trouxeram até aqui: na expressão de uma dissertação de mestrado calcada na discussão sobre performances digitais para composição de memória a partir do conceito de self proposto por Thompson (1998, p. 81) em que sujeitos produzem a própria representação pública.

Para isto, tomamos por corpus de 6 páginas abrigadas no Facebook, sendo @ocupafce no campus Iguatu do Instituto Federal do Ceará e @ocupartes no campus Aldeota,

---

<sup>1</sup> - Professora do Depto. de Letras da Universidade Federal do Ceará, integrante do Coletivo Graúna de Professores e, no período, integrante da oposição a Diretoria da ADUFC.

<sup>2</sup> - Professor do Depto. de Letras da Universidade Federal do Ceará.

<sup>3</sup> - Disponível em:

[www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2016/11/17/noticiasjornalopiniao,3669874/quando-a-tirania-e-lei-ocupacao-e-ordem.shtml](http://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2016/11/17/noticiasjornalopiniao,3669874/quando-a-tirania-e-lei-ocupacao-e-ordem.shtml)

<sup>4</sup> - Facebook é uma rede social criada em 2004. O site funciona como uma página de perfis virtuais que interagem via circuito de amigos e circulação de status em feed de notícias articulado via algoritmos. Em 2017, alcançou a marca de 3 bilhões de usuários firmando. como a rede social mais utilizada no mundo. Mais informações em: [goo.gl/tmzG5Q](http://goo.gl/tmzG5Q)

em Fortaleza, na mesma instituição; @greveestudantilUFC referente ao Comando Estudantil de Greve que articulava 34 ocupações na Universidade Federal do Ceará em Fortaleza e mobilizações em cursos da capital que não aderiram e outros campus onde não foi possível ocupar; @ocupaunilab na cidade de Redenção onde fica o campus da Universidade Federal da Integração da Lusofonia AfroBrasileira; @ocupaufca referente aos registros nas ocupações dos campus Crato e Juazeiro do Norte na Universidade Federal do Cariri e @ocupaurca2016 referente a ocupação da Reitoria na Universidade Regional do Cariri na cidade do Crato. Apesar de amplo, o corpus se justifica ao tatearmos que se enquadram no conceito de identidade coletiva proposto por Braga, Silva e Mafra (2007), pois os elementos políticos, temporais e contextuais que impulsionam a adoção da tática de ocupação e da disposição do conteúdo em páginas de Facebook são os mesmos em todos os casos.

Extraímos todo o conteúdo disponível neste a partir do sistema Netvizz<sup>5</sup> em dezembro de 2018 para registro e sistematização das informações ali disponíveis e delimitadas no período de 20 de setembro de 2016 à 18 de janeiro de 2017. Este período demarca a criação da primeira página no IFCE Iguatu e o dia de encerramento da ocupação da Reitoria da URCA. A partir destas, compilamos dados para realização de análises estruturadas em corpus que acumula 897 postagens para, de modo mais específico: a) Identificar o funcionamento da plataforma na disposição direcionada de conteúdo e o circuito virtual de interações das páginas componentes do corpus; b) identificar a narrativa empreendida sobre as ocupações a partir do conteúdo produzido e circulado nas páginas; c) analisar a performance da produção em orientação a disputa de narrativas e de memória e, por fim; d) discutir as implicações decorrentes do Facebook na sociabilidade entre pessoas e conformação da vida em público.

A noção desperta ao longo do desenvolvimento do trabalho, período em que as redes sociais virtuais tornaram-se objeto de muito debate público, que levou à problematização dos aportes teóricos que as liam como suportes sempre úteis a mobilização, percebeu-se que o ambiente era mais complexo e não neutro, daí a necessidade de realizar traçado teórico-metodológico capaz de considerar não apenas a utilização das ferramentas digitais por movimentos sociais para disputa de narrativas – como nos propomos desde o projeto apresentado na seleção do mestrado – mas que localiza a estrutura de economia política das redes e as relações construídas a partir destas para configuração em face a um sistema social que se remodela a partir de novos adventos tecnológicos.

---

<sup>5</sup> - Netvizz aplicação para análise métrica do Facebook desenvolvida pela Universidade de Cambridge.

Orienta-se, em primeiro capítulo, ao esforço para situar em complexidade o caso em análise. Localizamos a conjuntura que imprime o cenário político propício para ocupações universitárias e exploramos, sob lógicas cronológicas e cartográficas, a territorialização destas no Ceará, a partir dos acúmulos de pesquisas por nós realizadas até aqui. Considerando que os critérios contextualizadores são profundamente discutidos em outras produções, demos maior enfoque a uma caracterização contextual capaz de dar suporte para que o trabalho consiga se debruçar sobre novas perspectivas em torno do caso e os fenômenos de interesse dos estudos em comunicação dele decorrentes ainda não explorados até então.

No segundo capítulo, nos dedicamos a interface entre o conjunto de processos comunicacionais em face a produção de memória social. Travamos densos debates, evocando uma caracterização conceitual a partir de Marialva Barbosa (2004), Nilson Moraes (2005) e Jô Gondar (2016), para exprimir esta relação a fim de, então, aprofundar nas relações mais específicas que versam sobre o exercício de poderes do jornalismo neste contexto. Esta discussão considera a concentração e oligopólio dos meios de comunicação no Brasil por Bruno Marinoni (2015) e Intervezes (2018); a legitimidade social conferida ao jornalismo e aos jornalistas, para delimitar o real em Nelson Traquina (2002), Douglas Kellner (2001) e António Rego (2008); as dinâmicas para constituição da opinião pública em Alessandra Aldé (2000) e Robert Entman (1994); e a produção de sentidos e do imaginário em Manuel Castells (2012) e Raquel Paiva (2003). Estas, neste trabalho, são tidos como quatro esferas relacionais que sustentam ao jornalismo uma estrutura para versar sobre a verdade social. Dado que a compreensão sobre os fatos não é imune de divergências, abordamos sobre as disputas de narrativas à luz das avaliações de Raymond Willians (1979) e Antônio Gramsci (2002) para, daí, discutir a tônica de criminalização do jornalismo contra movimentos sociais e a contraposição na produção de comunicação contrahegemônica.

Para aprofundar estas noções, tomamos o terceiro capítulo como um aporte para compreensão das narrativas produzidas pelas instituições jornalísticas e pelas páginas de ocupações. Para isto, adotamos como ponto de partida as análises já realizadas em trabalhos desenvolvidos anteriormente (MACÊDO JR, 2017a) e também escritos em parceria com Nunes (2017; 2018), para articular a narrativa empreendida pelo jornalismo cearense; e utilizamos os dados extraídos para realizar análise do conteúdo segundo metodologia proposta por Bardin (2011), estabelecendo classificações sobre os formatos das postagens e, destes, setorizações a partir dos conteúdos envoltos. Nas duas conotações, abordamos o fluxo da narrativa e as representações sociais que produzem. Para, por fim, contrapor os caracteres simbólicos a partir dos significados contextuais de palavras recorrentes que percebemos nas

produções e de conceitos selecionados, tais quais: ‘ocupação’, ‘protesto’, ‘diálogo’ e ‘criminalização’.

No intento de compreender a plataforma, nos debruçamos no quarto capítulo sobre o conjunto de discussões inerentes ao universo virtual, com atenção ao Facebook, conjugando as questões que instam sobre interesses públicos em ambientes privados, bem como as implicações sociais em três pontos: o primeiro localiza em bases estatísticas o contexto brasileiro de acesso à informação e uso de dispositivos móveis e de plataformas digitais, considerando as legislações vigentes e as proposições apresentadas no Parlamento. No segundo, debatemos o arranjo tecnológico das plataformas digitais a partir do armazenamento de dados em Big Data, da mediação algorítmica e do filtro bolha. No terceiro, aprofundamos a discussão específica sobre Facebook com ênfase nas transformações da plataforma e da estrutura lógica de funcionamento.

Estas compreensões são essenciais para, no quinto capítulo, realizarmos avaliações sobre a performance digital a partir dos dados compilados sobre as páginas pesquisadas, para discutir a partir da exploração dos dados coletados pelo Netvizz e utilizando, ainda, a metodologia proposta por Recuero, Bastos e Zago (2015) para análise de redes sociais e, nisto, avaliar as características comuns e perfilar as específicas de cada página especialmente na capacidade em constituir arenas públicas<sup>6</sup>, na configuração das bolhas<sup>7</sup>, nas médias de engajamento<sup>8</sup> e na dimensão da rede social entre páginas e usuários para contrapor estes itens e, assim, delimitar a real participação destas na disputa de narrativa.

Por fim, realizamos um último capítulo a fim de discutir as relações do objeto com temáticas contemporâneas que se afirmam como questões importantes na pesquisa em comunicação neste início de década. Este é um esforço de contribuir, a partir das observações aqui realizadas, nos debates que se orientam sobre a produção de memória e os protocolos de arquivamento; nas tratativas sobre a mediatização da vida e da política resultantes da hiperconexão em ambiências virtuais, das consequências na transformação da sociabilidade, das noções de privacidade e das nuances de confiança nos conteúdos consumidos e; por fim, no contexto de guerras culturais resultante da polarização política traçado até aqui.

Não podia ser diferente: o menino que tinha medo de pisar neste solo se debruçou sobre o eco das ideias que rompiam o cotidiano. Entender as metodologias e mecanismos que

---

<sup>6</sup> - Tratamos por arenas públicas os espaços comuns para exposição de ideias em espaços online e offline.

<sup>7</sup> - Tratamos por bolha o conjunto pré-definido de relações prioritárias em redes sociais virtuais produzidas por mediação algorítmica a luz de afinidades políticas e grupos de interesse.

<sup>8</sup> - Tratamos por engajamento, no contexto de redes sociais, no usufruto das possibilidades de interação do usuário com o conteúdo.

as experiências contrahegemônicas se utilizam para produção de imaginário simbólico sobre si em tempos de redes sociais sob mediação algorítmica e de aumento do conservadorismo me parece um marco em potencial para situar as possibilidades que existem de, por fora da hegemonia, disputar a compreensão sobre a verdade de nossas memórias.

Por fim, é justo registrar que a defesa de uma Universidade Popular, Pública, Gratuita, Laica e de Qualidade não é um momento pontual, mas uma bandeira compartilhada pela democratização da educação superior. Tenho um lado desde muito antes de aqui estar e omití-lo seria desonesto com minha história, com a trajetória de minha família e com o caminhar desta pesquisa. Por isso, este trabalho não se propõe neutro e está aliado aos interesses sociais em favor da pesquisa com financiamento público, dos direitos humanos, da memória e da justiça social – tão duramente atacados nesta década, em especial nos últimos anos. Isto porque não se encerra em 2016 e os últimos dois anos de pesquisa e escrita se deram em meio a sequenciadas lutas populares em defesa da ciência, da educação, da cultura e da comunicação em termos de direitos e não de consumo.

Minha família pouco entende a decisão em estabelecer esta caminhada, assim como não inibem discursos e expressões orgulhosas por ter um filho que se prepara para ser educador. Meu avô, patriarca-mor da família, incentivava-me a cursar Letras em Iguatu – e não sair de casa – por acreditar que ‘ensinar alguém a ler é libertá-la da cegueira’; ou ‘para ser um oftalmologista de videntes’, como ele gostava de dizer. Dia desses, em vias de qualificar a pesquisa, o velho de quase 70 anos foi diagnosticado com Alzheimer. Ainda antes de qualificar, tentei explicar para que serve um mestrado e, nas conversas de calçada onde vivi minha infância, eis que ele solta: ‘conte a história dos sertões que nunca saem em canto nenhum; pra *butar no papel* a versão de quem não sabe escrever’. Eu, meio encabulado, confirmei a dedicação desta trajetória que, apesar de não tratar estritamente dos sertões, se espria em histórias que “nunca saem em canto nenhum” ou saem distorcidas.

## **1. INSURGÊNCIA ESTUDANTIL VIRA MANCHETE**

Ainda amanhecia e os atos de resistência desvelavam a noite e ressignificavam o imaginário das pessoas sobre aqueles tempos. Nas ruas e nos campos, seriadas ocupações de espaços públicos e privados firmavam trincheiras em defesa da democracia, para estabelecer que “o ano de 2016 será lembrado em nossa história por um golpe de Estado” (BOULOS; GUIMARÃES, 2016, p. 139).

Estudantes secundaristas e universitários, de norte a sul do país, foram atores coletivos de notória relevância, para constatar os tensionamentos sociais que acaloravam as ruas reivindicando direitos. Ao ocupar escolas e universidades, “éramos, portanto, desafiantes dos extremos que se apontavam entre Brasília e a nossa realidade cotidiana nas universidades, nos bairros e, inclusive, nos afetos e modos de seguir a vida” (MACÊDO JR, 2017, p. 10) e, por isso, compreender as marcas dos episódios da história brasileira recente perpassa por considerar a transformação causada por estes perfis na conjugação do verbo resistir.

Temos, portanto, nas ocupações universitárias, em 2016, um relevante ato de ‘resistência’ que, neste trabalho, conceituamos a partir dos escritos por François Bedárida (1986, p. 80) como ação ligada à clandestinidade de caráter voluntária, sob motivação da liberdade nacional e em defesa da dignidade humana frente a regimes totalitários ou ausência de democracia. Cunhado na França de 1940, o conceito dialoga com a fotografia brasileira frente às mobilizações populares que ecoavam negativas às posições adotadas pelo Governo Federal no período em estudo. Apesar da justa métrica do termo, entendemos que a compreensão da insurgência estudantil não está apenas na classificação teórica dos atos, mas, sim, na análise sistematizada dos acontecimentos que impulsionam a luta dos estudantes.

### **1.1. O calor das ruas: conjuntura política de 2016**

Discutir sobre 2016 e as ocupações universitárias não se faz de forma autômata. Afinal, não acordamos com instituições ocupadas - frutos de um ato instantâneo. É preciso registrar, desde o início, que análises de conjuntura não devem ser realizadas considerando os momentos e períodos como uma erupção em si mesmos, descolados do ciclo histórico e dos agentes. Esta é uma premissa fundamental, ao estabelecer o ponto de partida para compreender e debruçar-se sobre o contexto de efervescência política brasileira que ocasiona sublevações estudantis.

Tomamos, aqui, o ano de 2015 como marco referencial<sup>9</sup> para este trabalho por considerarmos este um momento crucial e de pico alto no acirramento das posições e atos políticos – sejam de estudantes, seja do Governo Federal.

Em 2015, foi aplicada – de forma mais veemente que nos anos anteriores – uma série de reduções aos financiamentos na educação pública, com ênfase na graduação e pós-graduação. Anunciada em maio, a política de ajustes fiscais aplicava cortes de R\$ 98 bilhões em áreas sociais e refletia a linha de frente do governo que, no mesmo período, investia R\$ 188bi no agronegócio sob forte denúncia estudantil.

Em paralelo à medida<sup>10</sup>, professores, estudantes e servidores inauguraram em maio ação grevista nacional articulada entre os três setores que seguiu por cinco meses, expondo o cenário da educação em mais de 50 instituições públicas de ensino superior.

Neste período, em julho, tivemos subtração de 75% no repasse ao Programa de Apoio à Pós-Graduação - PROAP. A medida causou danos irreparáveis e, ainda naquele mês, a Universidade Federal da Bahia - UFBA<sup>11</sup> suspendeu as atividades da pós-graduação por admitir não ter condições financeiras para manter os programas em funcionamento com apenas um-quarto dos recursos previstos. Da Universidade Federal Rural do Semiárido - UFRSA<sup>12</sup>, no Rio Grande do Norte; à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS<sup>13</sup>, no Grande do Sul, pareceres técnicos das Universidades foram expedidos no sentido de atestar a incapacidade de manutenção das atividades com o orçamento insuficiente.

Em outubro de 2015, a Câmara Federal aprovou – por ampla maioria – a Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº395/14, que estabelece a cobrança de mensalidades em pós-graduações lato-sensu e mestrados profissionais. Neste mês, Brasília acolheu estudantes de todo o país em caravana capitaneada pela União Nacional dos Estudantes - UNE contra a política de arrocho fiscal e, após, a dispersão, viu-se resistência estudantil com ocupações de Reitoria em Universidades Federais do Rio de Janeiro (UFRJ), do Ceará (UFC), de Minas Gerais (UFOP e UFJF), do Paraná (UFPR), do Amazonas (UFAM), do Espírito Santo (UFES), de Alagoas (UFAL), de Santa Catarina (UFSC) e do Rio Grande do Sul (UFPEL, UFRGS e UFSM).

---

<sup>9</sup> - A decisão é tomada com base no apurado em trabalho monográfico, com maior profundidade na discussão sobre o cenário conjuntural e a relação do governo no tocante às pautas sobre financiamento da educação.

<sup>10</sup> - A greve foi iniciada nacionalmente em 28 de maio de 2015, articulada pelos setores de representação.

<sup>11</sup> - Nota pública da UFBA sobre o cancelamento das atividades da Pós-Graduação. Disponível em: [goo.gl/9AUcGQ](http://goo.gl/9AUcGQ)

<sup>12</sup> - Moção de Repúdio do Conselho Universitário da UFRSA contra os cortes. Disponível em: [goo.gl/r8TiFY](http://goo.gl/r8TiFY)

<sup>13</sup> - Nota do Conselho Universitário da UFRGS crítica corte de verbas. Disponível em: [goo.gl/fQhoXB](http://goo.gl/fQhoXB)

Ainda que sob a alcunha de ‘Pátria Educadora’, slogan da gestão de Dilma Rousseff (PT) no Governo Federal, a precarização sistemática e escanteio da educação como aporte basilar para soberania do país anunciava muito sobre a afirmação de prioridades políticas. Apesar de eleito principalmente pelos setores de esquerda e centro, o governo de Dilma – assim como as gestões de Lula – traz consigo a política de coalizão de classes desde a composição de chapa com Michel Temer (PMDB)<sup>14</sup> até a concessão de elementos estruturantes do projeto político petista e da campanha eleitoral em nome da governabilidade, a exemplo das questões sobre educação até aqui apresentadas. Não tardou para que a situação fosse agravada através de um golpe, pois

para eles, mesmo o ajuste fiscal de Dilma, suas sinalizações quanto às reformas da previdência e fiscal, seu recuo no projeto do Pré-Sal e a Lei Antiterrorismo, entre outras medidas retrógradas encampadas por seu governo, tornaram-se insuficientes. Querem mais, muito mais. Querem aplicar um programa que o governo Dilma não teria condições de fazer, um programa que jamais passaria pelo crivo das urnas e, por isso, só poderia tornar-se viável por um atalho golpista. (BOULOS; GUIMARÃES, 2016, p. 139).

A ruptura democrática deu-se através da política de gabinetes e instaurou-se no Parlamento. Trata-se do que Ivana Bentes (2016) considera um golpe “jurídico-midiático” por referendar estes dois elementos como expressão metodológica do processo. Tivemos sujeitos “profundamente envolvidos em casos de corrupção [que] instituíram um processo de deposição contra a presidenta pretextando irregularidades contábeis, ‘pedaladas fiscais<sup>15</sup>’”, explica Löwy (2016, p. 64) ao referenciar o papel da Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia – de caráter conservadora e privatista – no estabelecimento do Golpe.

A ideia expressa por Rovai (2016) de que “o golpe não é, o golpe vai sendo” aponta o caráter de aprofundamento cíclico que o novo sistema radica, ao transicionar processos democráticos aos métodos da nova ordem.

Temer não demorou, por exemplo, para angariar a Proposta de Emenda Constitucional nº 55/16 que previa o estabelecimento de um teto para a ordem do empenho orçamentário definido pela taxa de inflação do ano anterior. Em outras palavras, criava o congelamento dos investimentos públicos onde, por exemplo, a rubrica de educação pode

---

<sup>14</sup> - Em 2018, o agrupamento retirou o termo partido e passou a chamar-se de Movimento Democrático Brasileiro

<sup>15</sup> - Pedaladas fiscais são operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, imprevistas na legislação e caracterizadas pelo atraso no repasse de verba para bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um período.

ficar abaixo do que era constitucionalmente exigido, caso este seja o limite estabelecido ao fim do ano orçamentário.

Outra medida importante foi a retomada das discussões do ‘Programa Escola sem Partido’ através do Projeto de Lei nº 867 de 2015, que inclui o mecanismo entre as diretrizes e bases da educação nacional. Reunindo discursos que vetam a participação política e olhares críticos sobre os objetos de estudo, a iniciativa que permeia censura – para além dos projetos de lei em municípios, em estados e na União – também se dá a partir de marcos regulatórios nas instituições de ensino. No Ceará, destaca-se o exemplo da UFC, onde,

aliada à formulação do PL Escola Sem Partido, a censura se fez palpável com o codinome Portaria 3131. Assinada em 18 de agosto de 2016 pela Reitoria, sem debate com a comunidade acadêmica, a medida proibia a colagem de cartazes nos espaços da Universidade antes de passarem por avaliação da administração superior; cobrava pelo uso de turnos nos auditórios, com quantia equivalente a R\$ 5,00 por poltrona do espaço a ser utilizado por estudantes, e impedia a realização de atividades de caráter político nos espaços de competência da UFC. Um nítido cerceamento dos direitos à liberdade de expressão e exercício político na Academia. (MACÊDO JR, 2017b, p. 21)

O trato violento e a criminalização dos movimentos sociais conquistam espaço e legitimidade nestes períodos como parte do processo de violação das liberdades democráticas; porque, com o golpe, “ganhou força o tipo de gente que defende a recepção à bala para o MST, o Choque<sup>16</sup> cotidianamente nas ocupações urbanas do MTST, a extinção da CUT, a abertura da CPI da UNE” (BOULOS; GUIMARÃES, 2016, p. 141). Esta escalada que se dá no Brasil acontece em paralelo a um cenário mundial de avanço do autoritarismo e das ideias fascistas, seja na escalada de golpes a democracias e derrocadas de presidentes progressistas na América Latina, seja pela ampliação da bancada de grupos neonazistas nos Parlamentos Europeus. Nestes casos, a expressão da força contra divergentes tem sido mais usada, pois vale lembrar que o Estado possui autorização para aplacar as resistências à agenda ultraliberal em face a tempos que conformam uma nova dinâmica de perseguição aos movimentos sociais e contrahegemônicos.

Com a ascensão da figura pública de Bolsonaro, símbolo da antipolítica (CLETO, 2016, p. 48), discursos de propagação de ódio encarnados nas práticas de violência passaram a ser comuns na cena do debate público vide exemplos de ataques profascistas ao Centro Acadêmico Frei Tito de Alencar, na Universidade Federal do Ceará; nas agressões com

---

<sup>16</sup> - “Constituído de uma tropa especializada, tem características de pronto emprego, com policiais treinados para atuar em situações específicas, preventiva ou repressivamente”, segundo definição da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

choques elétricos e ataques LGBTfobicos na UnB ou na colagem de lambes com dizeres machistas e racistas contendo agressões a professoras<sup>17</sup>. Sem esquecer, por fim, do assassinato do estudante Diego Vieira Machado<sup>18</sup> no início de julho, no Rio de Janeiro.

## 1.2. Ocupa e resiste!

A compreensão onde “todos os outros canais de expressão estão fechados para nós pelo poder do dinheiro [e que] não temos outra opção a não ser ocupar [...] nossas cidades até que nossas opiniões sejam ouvidas e nossas necessidades atendidas” (HARVEY, 2012, p. 61) é marca expressa nas experiências de insurgência popular características dos últimos anos, como na Revolta dos Pinguins no Chile<sup>19</sup>, em 2006; na tomada das vias públicas em Occupy Wall Street<sup>20</sup>, em 2011 na cidade de Nova York; nas Jornadas de Junho<sup>21</sup> de 2013 nas cidades-sede da Copa do Mundo no Brasil; assim como na onda de ocupações secundaristas<sup>22</sup> e universitárias<sup>23</sup> de 2015 no Brasil temos ensinamentos catalisadores para que os movimentos populares, em unidade, ousassem lançar a máxima: Ocupa Tudo! em palavra de ordem para, como diria Žižek (2012, p. 23), liberar “um ato histórico, provocando o mestre, minando sua autoridade”.

Já “não se discute que as ruas têm sido o palco central da luta popular contra o golpe na democracia brasileira”, afirma Bia Barbosa (2016, p. 35) ao referendar a capilaridade

---

<sup>17</sup> - O trabalho “Os muitos preconceitos do Golpe” de Lola Aronovich (2016) elenca de forma detalhada uma série mapeada de intervenções violentas em Universidades com caráter proto-fascista.

<sup>18</sup> - Diego Vieira Machado era um jovem negro, bissexual, paraense e estudava na Escola de Belas Artes da UFRJ através da políticas de cotas. Em 2 de julho de 2016, foi encontrado assassinado com sinais de espancamento e sem calças nas imediações do alojamento universitário da Ilha do Fundão. As investigações apontam que Diego vinha recebendo ameaças de seguidores de Bolsonaro.

<sup>19</sup> - Eclodido em 2006 a partir da construção de greve estudantil, “tomaram as escolas, organizaram assembleias e saíram em passeatas, gritando palavras de ordem que sintetizavam um discurso político há muito tempo ausente do cenário estudantil chileno” (ZIBAS, 2008, p. 199). Por isso, é tida como o maior ciclo de manifestações estudantis pós-ditadura no Chile.

<sup>20</sup> - Foi um movimento de protesto iniciado 17 de setembro de 2011 no Zuccotti Park contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos.

<sup>21</sup> - Ondas de manifestações de rua com ampla participação popular sobretudo nas cidades-sede da Copa do Mundo. Iniciadas com a discussão em torno do aumento das passagens de ônibus protagonizadas pelo Movimento Passe Livre – MPL; ampliaram-se a uma crítica geral e difusa sobre a situação social e gestão do país. Organizado por Plínio Sampaio Jr em 2014, o processo é discutido sob óticas multidisciplinares no livro ‘Jornadas de Junho – A revolta popular em debate’.

<sup>22</sup> - Série de ocupações escolares iniciadas em São Paulo contra o fechamento de escolas e reorganização curricular. Espalhou-se pelo Brasil discutindo questões locais com ocupações no Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e outros estados.

<sup>23</sup> - Ciclo de ocupações de reitorias de Universidades Federais em protesto aos cortes de investimentos e ajuste fiscal nas áreas sociais anunciadas pelo Governo Dilma Roussef em 2015.

social e as tônicas das mobilizações, tendo em vista também o envolvimento com a mudança e o fechamento das instituições às pressões externas; na mesma medida, o processo cíclico de ocupações como tática central para visibilidade nacional e internacional das pautas elencadas refletia-se como eco de resistência e negação ao governo de Temer. Constatamos que

Em movimento nacional e frenético, nasce uma onda de ocupações territoriais de escolas, ministérios, departamentos públicos, latifúndios, terrenos urbanos e, claro, Universidades que toou expressividade na negação da agenda neoliberal que nos endereçavam de Brasília; tal qual propunham uma nova forma de lidar com tais espaços e reconstruir a cidadania que fora abalada com o golpe. (MACÊDO JR, 2017b, p. 25-26).

De norte a sul do país, universitários compuseram este capítulo da narrativa sob forte influência da retomada da Primavera Secundarista por adolescentes paranaenses<sup>24</sup>, levantando bandeiras por ‘Fora Temer’ e ‘em defesa da democracia’, questionando o caráter da PEC 55/16 e criticando o conteúdo da PLS Escola sem Partido. A primeira experiência de ocupação universitária com estas marcas surge na Universidade Estadual do Oeste do Paraná e, rapidamente, alcançou campus de todo o país. Segundo mapeamento da União Nacional de Estudantes (2016a), em 24 de outubro, 130 unidades acadêmicas estavam ocupadas. Em 14 de novembro, somavam-se 221 Universidades a rede de mobilizações (UNE, 2016b). Existia, assim como entre os jovens da Comuna de Paris, nas palavras de Dupech d’Espezel citadas por Walter Benjamin (2007, p. 155), o sentimento de que “um punhado de jovens atrás de uma barricada era capaz de impedir o avanço de um regime inteiro”.

A fim de compreender estes episódios no Estado do Ceará – e compartilhando da avaliação política sobre estes tempos – integramos as ocupações universitárias e desenvolvemos trajetória de pesquisa sobre o caso. Para tal, em processo metodológico de etnografia militante<sup>25</sup>, compusemos o livro-reportagem ‘Divino Maravilhoso das Ocupações Universitárias pós-golpe de 2016 no Ceará’, para registrar em densidade as vivências e discursos da insurgência estudantil em terreno cearense, considerando as memórias, os vividos e os observados por mim e por um conjunto de entrevistados. A construção-pesquisa nos ensina, assim como afere Marcuse (1999, p. 23), ao observar as ocupações alemãs de 1969 que “a ocupação de prédios e a interrupção de aulas são atos legítimos de protesto

---

<sup>24</sup> - Foram mais de 1000 escolas de ensino médio ocupadas em 2016. O momento é registrado pelas entidades de representação estudantil como a maior experiência de ocupação coletiva e descentralizada já existente.

<sup>25</sup> - A etnografia militante é processo de pesquisa que reconhece no investigador a possibilidade de intervir e construir o objeto, uma vez que “o sujeito investigador estava, então, devido ao processo particular de sua imersão no campo, incorporado por seu objeto de estudo que o condicionava, assim, mais como 'sujeito' do que como 'predicado' da investigação” (RAMALHO, 2013, p. 4).

político” como marcos de intervenção na conjuntura – na medida em que amplia este mecanismo como maneira para inserir caracteres “na disputa simbólica, no campo das linguagens e do imaginário” (BENTES, 2016, p. 109).

Pudemos conferir que existia unidade entre as ocupações cearenses nas bandeiras políticas e na afirmação de vinculação ao movimento nacional, ao qual se ligavam por coletivos ou, em relação aos setores mais difusos, por redes sociais. Estes elementos presentes no conteúdo, bem como a ratificação de plataformas democráticas para tomada de decisão a partir de assembleias estudantis e o norteamento de uma nova cultura política como base do processo de desobediência civil são marcas comuns que identificamos ao investigarmos o conteúdo das notas de deflagração das ocupações universitárias no Ceará<sup>26</sup> (MACÊDO JR, 2018). Não nos espanta a presença desses elementos pois

ocuparsempre está na ordem das ações para aquelas que historicamente tiveram a presença negada na Universidade: estudantes mulheres, mães, LGBTs, Negras e Negros, das periferias e dos sertões transmitindo – a partir de seus discursos e práticas coletivas – um grito de autoafirmação. Ao ocuparem as salas de aula, os espaços públicos e exercerem cidadania, estes perfis demarcam sua existência no mundo e reafirmam: democratizar o acesso aos direitos, ainda que estabelecendo o contraditório (MACÊDO JR, 2017b, p. 09).

### ***1.2.1. Territorialização de ocupações no Ceará***

No Ceará, a trajetória nasce sertaneja. Estudantes paralisaram as atividades acadêmicas no Campus Cajazeiras do Instituto Federal do Ceará - IFCE na cidade de Iguatu, em 21 de outubro; seguiram ao Crato, onde universitários ocuparam a Reitoria da Universidade Regional do Cariri - URCA em 25 de outubro<sup>27</sup>.

Emergiu à Fortaleza, fincando raízes no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC em 01 de novembro e, junto à deflagração de greve estudantil geral em assembleia histórica<sup>28</sup> no dia 03 de novembro, deu-se pontapé na ampliação de ocupações.

<sup>26</sup> - Trabalho ‘Palavras de insurgência nas notas de estopim das ocupações universitárias no Ceará em 2016’ foi publicado nos Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Comunicação da PUC Rio/2018 e discute o conteúdo presente nas notas públicas emitidas após o ato de ocupação. Para tal, foram analisadas 32 notas públicas.

<sup>27</sup> - O processo de construção detalhada das ocupações é encontrado no capítulo 3 do livro-reportagem ‘Divino Maravilhoso das Ocupações Universitárias pós-golpe de 2016 no Ceará’.

<sup>28</sup> - Foram 1800 estudantes credenciados em Assembleia Estudantil que lotou Concha Acústica da UFC. Registro detalhado está disponível no livro-reportagem componente deste processo de pesquisa.

A Greve Estudantil impulsionou a tomada de ocupações em 34 cursos de graduação em todos os campus na capital sob os dizeres: “O movimento estudantil possui a tarefa histórica de lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Nesta tarefa, muitas e muitos tombaram durante a ditadura militar. [...] É por uma tarefa histórica que ocupamos a UFC!” (DCE UFC, 2016). O Cariri cearense despontou, em 04 de novembro, com a ocupação do Campus Pirajá da URCA. A Universidade Federal do Cariri - UFCA também floreceu, ocupando o Campus Crato em 05 de novembro; e o Campus Juazeiro do Norte no dia 09 de novembro. No mesmo dia, em Fortaleza, estudantes de Artes Visuais ocuparam o Campus Aldeota do IFCE. Em 16 de novembro, foi a vez da Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afrobrasileira - UNILAB, no Campus da Liberdade, em Redenção; e do Campus Crato do IFCE. Em 22 de novembro, o Campus dos Palmares da UNILAB, em Acarape, aderiu à sequência versando que

Figura 1 – Mapeamento de ocupações e greves estudantis no Ceará



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa (2017).

As ocupações contaram participação de estudantes de graduação e pós-graduação que, coletivamente via assembleias por cursos deliberaram pela medida. A ruptura fazia-se

marcada, assim como nas experiências francesas de 1968, pelo informe visual com faixas de que, ali, imperava nova ordem.

Figura 2 – Faixas de identificação em ocupações universitárias no Ceará



Fonte: Páginas no Facebook das ocupações (2017).

Com a aprovação da PEC 55/16 em 13 de dezembro, estudantes encerraram o ciclo de ocupações até o fim daquele mês – com exceção à ocupação da Reitoria da URCA,

que permaneceu ocupada até o dia 18 de janeiro de 2017 para manutenção das pautas locais e pela qual conquistaram implementação de cotas.

### ***1.2.2. Das ruas às redes***

Como envergadura de espaço público das mobilizações universitárias no Ceará, o lançamento de páginas estava entre os passos iniciais para ocupar não só as instituições, mas também as redes. Nisto, a tomada dos espaços virtuais acontece na mesma temporalidade e cartografia dos atos de tomadas do poder nos espaços universitários.

Tivemos a primeira página com início de atuação em 22 de outubro – um dia após a ocupação – referente às mobilizações estudantis no Instituto Federal do Ceará em Iguatu, através da página Ocupa IFCE Campus Iguatu, disponível em: [fb.com/ocupaifce](https://fb.com/ocupaifce), com número de identificação: 1627112490824656 e voltada ao conteúdo da cidade localizada a 400km da capital.

Em seguida, com a ocupação da Reitoria da URCA, no Crato, foi criada a OCUPA URCA 2016, disponível em: [fb.com/ocupaurca2016](https://fb.com/ocupaurca2016) e sob número de identificação 195155354259359 criada em 26 de outubro – dia posterior a ocupação do espaço. Também fora ocupado o Campus Pirajá da Universidade Regional do Cariri. Entretanto, toda a comunicação virtual se deu através da página do Centro Acadêmico de modo que, dado o recorte do corpus, não compôs objeto de análise deste trabalho.

A página Comando de Greve Estudantil – UFC foi a única destas que foi reciclada de experiências anteriores com primeiro post realizado em 28 de setembro. Utilizou-se a página já existente da instância de mobilização estudantil criada em 2015 que, em circuito nacional contra os cortes do Governo Dilma, universitários ocuparam a Reitoria da Universidade. Ela está acessível em [fb.com/greveestudantilUFC](https://fb.com/greveestudantilUFC) e registrada com o número: 1689469584608011. O primeiro post realizado pela página se deu no dia 07 de novembro, quatro dias após a realização de Assembleia de deflagração da mobilização estudantil e já existentes ocupações em alguns prédios da instituição, a exemplo do Departamento de Geografia e da Faculdade de Educação.

Na região do Cariri, também nasceu a página OCUPA UFCA alocada em [fb.com/ocupaufca](https://fb.com/ocupaufca) e com registro 1825991587642551 para divulgação das posições políticas de estudantes de Juazeiro e do Crato que ocuparam os referidos campus da instituição. As

primeiras publicações foram feitas em 09 de novembro, quatro dias após o estabelecimento das ocupações.

Figura 3 – Profile das Páginas de Facebook das Ocupações



Fonte: Páginas no Facebook das ocupações (2018 e 2019)

Diferente da experiência da UFC e UFCA, as experiências do IFCE não possuem tônica de unidade de ação na instituição – apesar do movimento estudantil se expressar na existência de um único DCE para todos os campus. Nisto, no dia 09 de novembro – mesmo dia de ocupação – nasce a página Ocupação das Artes IFCE acessível em: [fb.com/OCUPARTES](https://fb.com/OCUPARTES) e arquivada na plataforma com o número: 1212956375428099. Esta relação expõe uma diferença importante na organização institucional e na virtual do movimento estudantil na instituição que se mostra mais difusa e menos articulada.

Por fim, a página OCUPA Unilab foi a última a ser criada sob identificação 156112954858426 e publicada em [fb.com/ocupaunilab](https://fb.com/ocupaunilab) em um dia após a ruptura com o cotidiano da instituição, em 17 de novembro.

Considerando que os elementos políticos, temporais e contextuais que impulsionam a adoção da tática de ocupação são os mesmos em cada uma das experiências e entendendo que estamos lidando com um cenário real de aplicação do conceito de identidade coletiva proposto por Braga, Silva e Mafra (2007) onde o “sentido que cada um tem de si mesmo como membro de um grupo social ou coletividade maior” é preponderante, consideramos o recorte de seis páginas aqui definidas como um escopo suficiente por possibilitar a análise de sujeitos variados, mas de forma mais aprofundada que um estudo essencialmente quantitativo permitiria. Buscando, assim, alcançar as intencionalidades discutidas desde o projeto submetido à seleção pública.

A centralidade que o Facebook assume para estas experiências é por nós percebido na mesma via que os termos discutidos por Howard e Wooley (2018, p. 243) ao considerarem estes espaços como “a mídia primária pela qual os jovens desenvolvem suas identidades políticas, e em função disso, são meios de controle” no sentido em que pouco oportunizam outras análises táticas em comunicação.

Então, se é verdade que no início da década

a internet é de suma importância aos movimentos sociais e à articulação das grandes manifestações públicas e protestos. Ela é arena de compartilhamento e de participação civil (quando expressa reivindicações e as lutas por respeito aos direitos de cidadania, por exemplo, melhoria do sistema de saúde) e cívica (quando os sentidos das lutas sociais se deslocam do indivíduo como foco para o coletivo, e coloca o bem comum acima dos interesses individuais, como é o caso da luta pela preservação da democracia e dos interesses nacionais, entre outras iniciativas). (PERUZZO, 2017, p. 8)

É também verdade que ela se transformou em face das alterações tecnológicas e das correlações de força que configuram paralelos entre interesses dos detentores de poder e

exercícios de direitos das maiorias sociais. É com foco nessas transformações que este trabalho se afina, se propondo a compreender as plataformas, seus usos e as disputas narrativas travadas a partir delas.

## 2. COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

As indagações sobre as marcas dos tempos que vivemos permitem à memória a observância sob diversas matizes do saber científico. Localizar o substrato circunstancial capaz de fazer sentido e significar sobre ocorridos para um indivíduo – do ponto de vista da memória individual – e, de forma especial, para um conjunto mais amplo de perfis – pensando em memória social – deve fomentar atenção particular em tempos de midiaticização<sup>29</sup> e, logo, muitas são as égides de compreensão e análise resultantes ao explorar o tema. Cabe, portanto, situar que concordamos com Marialva Barbosa ao dispor que

Memória é sempre uma ação do presente. Nessa ação estão envolvidas escolhas, ou seja, pressupõe a dialética lembrança e esquecimento. Falar em memória é se referir às disputas em torno da fixação das chamadas memórias válidas, o que enseja necessariamente a questão do poder. E, por último, falar em memória é também construir uma ideia de projeto” (2004, p. 5)

Os esforços para compreender a dinâmica de produção de memória para um corpo social mais amplo que a solitária vanguarda da individualidade são empreendidos desde a proposição de Halbwachs (2006, p. 39) ao dispor memória coletiva como um conjunto de lembranças socialmente construídas que unifica grupos específicos e firma-se resultante dos quadros sociais: a linguagem, o tempo e o espaço – tendo, portanto, a memória como um processo elementar do momento vivido e circunscrito ao passado – eclodindo olhares diversos, sobretudo no campo da história, a fim de dimensionar as relações que as constituem.

Em termos dos estudos em comunicação – onde o público é amplo e as produções circulam na sociedade agendando temáticas e corroborando para a construção de sentido sobre fatos que a maioria das pessoas não vivenciou de forma direta – optamos por lidar com os postulados por Jô Gondar ao dimensionar a categoria ‘memória social’ como um campo amplo de conhecimento transdisciplinar (2016, p. 20) e orientado na interpretação do experienciado no presente para, na fuga da espera, compreender os sinais do devir (2016, p. 24) considerando que o esquecer e o recordar constituem relação de coexistência e disputa de sentidos (2016, p. 31).

---

<sup>29</sup> - Elaboração conceitual cunhada por Muniz Sodré (2014:109) para dar conta da “nova instância de orientação da realidade capaz de permear as relações sociais por meio da mídia e constituindo – por meio do desenvolvimento acelerado – uma forma virtual ou simulativa de vida”

Nisto, a memória social deve ser entendida como a síntese da narrativa conjugada pela média das pessoas e, logo, constitui-se como plano de negociação de sentidos onde cumpre razão ao “orientar e influenciar as disputas, as formas de dominação que permitem transitar por reconfigurações de fronteiras sociais e simbólicas que reforçam diferentes tempos, espaços, interações” (MORAES, 2005, p. 92).

Referenciar que “os fatos vividos só significam depois que algo – um evento, um ato, uma fala, uma repetição, uma falha – os traz de volta à memória”, é um ato onde Santaella (2009, p. 123) evoca o registro-performance como oferta de discernimento dos acontecimentos para um público exponencial. O jornalismo, assim como a comunicação, as artes, intervenções e outras linguagens, também se insere nessa dinâmica da produção de memória: seja ao lançar um documento público e circulá-lo nas ruas (PARK, 2008), onde “o jornal pode virar papel de embrulho e lixo no dia seguinte, mas as informações e estímulos continuam a circular. (BRAGA, 2006, p. 28); seja ao lidarmos com o cenário de midiatização onde o fluxo de informações e os modais de sociabilidade são redimensionados pela relação íntima com dispositivos de tecnologia móvel conectados em tempo real.

Ao atestar à mídia o status de testemunha ocular da história, Ana Paula Ribeiro (2000, p. 36) confirma que “é elevada, assim, ao estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação do social, o que lhe confere, enquanto registro da realidade, uma certa ‘aura’. O jornalismo não só retrata a realidade e suas transformações, mas também registra e as deixa como legado às sociedades futuras”. Não à toa, as peças jornalísticas constituem-se em lugar de memória dado que a “razão fundamental de ser [...] é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais”. (NORA, 1993, p. 16).

A memória, assim como o jornalismo, não deve ser lida como um objeto imparcial. Nilson Moraes frisa que a soma de esforços para concatenar significantes na síntese da memória social está vinculada ao intento de “intervenção na própria conjuntura, implicando intencionalidade sobre o modo de constituição simbólica, relacional e discursiva das realidades por meio do Estado, de movimentos sociais, de saberes – institucionais ou não – e de interesses socioeconômicos” (2005, p. 97) e, nisto, objeto de interesse de agentes sociais onde a súmula das informações que nos são alcançadas sobre fatos e experiências de notória relevância e que rompem os ciclos do cotidiano – seja de nosso tempo ou dos ciclos que nos precederam – não estão dispostas sem uma orientação intencional e destinada ao porvir (GONDAR, 2016, p. 24). Portanto, ao questionar sobre as direções lançadas no conjunto da

memória social – atenuando que esta deve ser uma fricção de constante reflexão – Jô Gondar (2016, p. 24) exprime que “recordar, nesse caso, não é somente interpretar, no presente, o já vivido; a escolha sobre o que vale ou não ser recordado funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro”.

Conscientes do lugar do jornalismo na dinâmica de produção da memória social, e do reconhecimento deste “como uma das principais instituições da sociedade contemporânea de registro e memorização, precisamos investir mais esforços na compreensão de como eles lembram; e por que eles lembram; e por que eles lembram desta maneira” (OLICK, 2014, p. 17).

## **2.1. Poderio jornalístico na constituição da verdade**

A construção da imagem pública sobre sujeitos e agrupamentos imprime ação capaz de “produzir uma representação conhecida e reconhecida da existência. Essas capacidades geradoras, atribuídas à língua e a quem detêm o poder de nomeação na sociedade, são suportes por excelência de poder” (BARBOSA, 2004, p. 2).

O poder<sup>30</sup>, também lido como uma regulação social na medida que delimita as possibilidades de intervenção e conforma disparidades, deve ser elencado como margem de conjunção para situar as discussões sobre memória e jornalismo; dado que no capitalismo “a dominação social, política e cultural sempre é resultado de uma distribuição desigual de poder, na qual quem não tem poder – ou tem menos – vê suas expectativas limitadas ou destruídas por quem tem mais poder” (SANTOS, 2018, p. 15). Diante da distribuição desigual de poder, importante ter em vista que o levante dos que protestam – como estudantes e movimentos sociais – ainda que imprimam esforços para afirmar a própria imagem pública, não o conseguem na mesma maneira e alcance que os detentores de poder e isto, por sua vez, é uma expressão da luta de classes.

Interessa, neste trabalho, atenção especial ao poder simbólico – definido por Thompson (1998, p. 24) como a capacidade de interferir nas decisões a partir da transmissão de formas simbólicas – que os dispositivos de jornalismo exercem na constituição do que se entende por verdade e, nisto, que pode passar a ser conjugado na memória social da população sobre acontecimentos.

---

<sup>30</sup> - Entendemos, neste trabalho, o conceito de ‘poder’ como “a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos”, proposto por Thompson (1998, p. 38).

As estruturas “que ostentam o poder constituem as instituições da sociedade segundo seus valores e interesses” (CASTELLS, 2012, p. 22); estando autorizadas ao exercício de determinadas funções sociais com usufruto de autoridade. O jornalismo conquistou uma “legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (FRANCISCATO, 2005, p. 167). Em nosso circuito de pesquisa até este ponto, compreendemos que o poder simbólico exercido pela práxis jornalística constitui-se de quatro pilares capazes de sustentar a aura acometida ao que se apreende como verdade:

no primeiro, à luz do reconhecimento da atividade jornalística enquanto registro válido e amparado por método acadêmico; no segundo, sob o espectro de popularizar para o maior número de pessoas - do presente e dos tempos vindouros - os acontecimentos que influenciaram decisões; no terceiro, pelo contrato ético com a audiência que confere caráter de verdade ao conteúdo; e, no quarto, a partir da reprodução do discurso midiático pelo cidadão comum. (MACÊDO JR, 2017a: 59)

Esta é uma dinâmica onde poucos são os eleitos para a redação oficial do tempo que vivemos e, portanto, revela um potencial excludente na afirmativa de quem exerce o poder de despontar o que se entende como verdade. Na medida em que é professado ao jornalismo a função de distribuição da verdade para o maior número de pessoas (PARK, 2008; LIPPMANN, 2010), confere-se nos escritos de Débora Gadret e Gisele Reginato (2016, p. 126) que “o jornalismo invoca estratégias discursivas para criar efeitos de verdade. Mesmo que se apresente como essencialmente verdadeiro, sempre sofre restrições das condições de produção na reconstrução dos fatos”.

Um bom destaque sobre este ponto de observação é a tese ‘A Construção da Política: cidadão comum, mídia e atitude política’ defendida por Alessandra Aldé (2001) que convencionou o estatuto visual da verdade. Ao debruçar-se sobre a relação do público com o conteúdo sobre política no telejornalismo, Aldé concluiu que a audiência estabelece credibilidade às informações como resposta ao que se visualiza e as assumem como verdades indubitáveis. É justo, ao listarmos esta obra em face à discussão sobre poderio jornalístico, preocupar-se com a aceitação dos discursos e dos enquadramentos socialmente convencionados porque lidamos com um período onde esses códigos são mutáveis e que não apenas a imagem ‘clean profissional’ parece mostrar verdade, mas aquela que melhor faz sentido ao know how de vivências e interesses do consumidor de informação.

Na mesma linha, mas refletindo sobre os modais textuais, Barbosa (2004, p. 1) referenda que “ao ser portadora de um discurso válido que pode ser transformado em documento para o futuro, a mídia se configura como um dos senhores da memória da sociedade”. Marilena Chauí, ao explanar sobre os meios de comunicação no espaço urbano, conjugou que “transformam em valores gerais os interesses e privilégios da classe dominante, reforçando e reproduzindo os processos de alienação social e política que levam as classes populares a identificarem-se com tais” (1994, p. 45).

Diante da relação desproporcional de poderes conferidos ao campo jornalístico, dimensionamos a existência de quatro esferas relacionais sob a qual constrói-se, mantém-se sólida e é socialmente construída

[...] para manutenção do poder simbólico nos conglomerados midiáticos, sendo elas: 1) a concentração dos meios e exclusão dos povos; 2) a definição de métodos e modos de se fazer jornalismo; 3) a legitimidade jornalística na formação de opinião pública; e, por fim, 4) na produção de sentido para um grande montante de pessoas (MACÊDO JR, 2017a, p. 60).

### ***2.1.1. Primeira esfera: concentração e oligopólio dos meios***

Por mais paradigmático que pareça, “o Brasil é um país de extremas diferenças com partes da população vivendo à margem da miséria ao mesmo tempo em que é uma das nações a adotar mais ferozmente novas tecnologias e culturas digitais” (PELLANDA, 2009, p. 15). Se a reivindicação da comunicação como um direito humano inalienável, pautado historicamente pelos movimentos sociais, pulsa incessantemente bandeiras a favor da democratização dos meios é por reconhecer que a difusão, circulação e produção de informações se dá de forma desigual.

Dispomos de regulamentação constitucional que proíbe monopólios, a exemplo do 12º artigo do Decreto-Lei nº 236/67 que define o número máximo de outorgas para concessão de rádio e teledifusão no intento de limitar a centralização da produção e, conferido no exposto no §7 da referida jurisdição, impede que “concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão não poderão estar subordinadas a outras entidades que se constituem com a finalidade de estabelecer direção ou orientação única, através de cadeias ou associações de qualquer espécie”. É importante notar que o Estado Brasileiro não disponibiliza de forma pública e sistematizada o conjunto de dados sobre a propriedade dos meios de comunicação, tampouco a vinculação política e econômica destas, motivo que facilita o não cumprimento da

legislação dado e acaba sendo hegemônico o caráter privado dado informamente a dinâmica de concentração dos meios.

A conformação de redes<sup>31</sup> é um marco exponencial de oposição ao §7 da Lei nº 236/67, uma vez que o conteúdo produzido por uma empresa de comunicação à retransmissão nacional a partir de muitos canais em condições e termos de acordo não fiscalizados e edificando uma estrutura de registro dos acontecimentos em grande porte e envergadura nacional. Mapeadas em pesquisa nacional realizada pelo pesquisador Bruno Marinoni (2015) em nome do Intevozes – Coletivo Brasil de Comunicação<sup>32</sup>, constatou-se o caráter de concentração destes mecanismos, pois:

A Rede Globo<sup>33</sup> engloba hoje 123 emissoras, em 5.490 municípios (98,56%) e atinge 202.716.683 habitantes (99,51%). Dessas concessões, apenas cinco são próprias do Grupo Globo, sendo que 118 são de outros grupos. Enquanto a rede representa 22,6% (praticamente 1/4) do total de 543 outorgas no Brasil, as 5 pertencentes ao Grupo Globo representam 0,009% (cerca de 1/100).

A rede SBT<sup>34</sup> possui no total 114 emissoras de televisão, 8 próprias (embora o nome da família Abravanel conste na lista de sócios de 9), cobre 97% do território, 190 milhões de pessoas. Percebe-se como há pouca diferença entre esses números e os da rede líder, não refletindo a assimetria de poder de mercado existente.

A Rede Record<sup>35</sup> fica também muito próxima desse cenário com suas 108 emissoras, das quais 12 são próprias. Já a Rede Bandeirantes de Televisão<sup>36</sup> possui 49 emissoras, 14 próprias, e cobre 3.572 municípios, atingindo 181 milhões de habitantes (89% da população). (MARINONI, 2015, p. 9)

Nisto, a pesquisa de Marinoni aponta a preocupação com essa tecitura social que exprime uma relação mercantil das outorgas de emissoras em atuação territorial sob as ditas ‘emissoras cabeças-de-rede’<sup>37</sup> em dinâmica de oligopólio nacional camuflado pelas concessões de mediadores regionais atestando um regime desproporcional de concentração da audiência quando comparado à iniciativas populares. Em outra abordagem, Intevozes e

---

<sup>31</sup> - Em termos de radiodifusão, refere-se à “verticalização da programação”, ou seja, à reprodução, por diferentes empresas, do conjunto de conteúdos estruturados em uma grade de horários por outra empresa”, como destaca Marinoni em pesquisa do Intevozes (2015)

<sup>32</sup> - Intevozes é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. É formado por ativistas e profissionais com formação e atuação nas áreas de comunicação social, direito, arquitetura, artes e outras, distribuídos em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal.

<sup>33</sup> - Propriedade da Família Marinho. Mais informações em: [goo.gl/J5caL7](http://goo.gl/J5caL7)

<sup>34</sup> - Propriedade da Família Abravanel. Mais informações em: [goo.gl/1pJfLt](http://goo.gl/1pJfLt)

<sup>35</sup> - Propriedade de Edir Macêdo. Mais informações em: [goo.gl/XxFyyh](http://goo.gl/XxFyyh)

<sup>36</sup> - Propriedade da Família Saad. Mais informações em: [goo.gl/vptmwF](http://goo.gl/vptmwF)

<sup>37</sup> - Emissora-cabeça é concessionária responsável pela produção de conteúdos em larga escala, pautando politicamente a rede, criando identidade nacional e dirigindo a dinâmica de funcionamento.

Reporteres Sem Fronteiras<sup>38</sup> – desta vez mais focadas nas relações de poderio das famílias – produzem um retrato geral da concentração dos meios nos grupos nacionais, os proprietários e o alcance existente nas difusões a partir da pesquisa Media Ownership Monitor - MOM<sup>39</sup> realizada no Brasil em 2017. Nisto, com atenção aos quatro grupos analisados por Marinoni (2015), extraímos as informações contidas no MOM e percebemos que:

O Grupo Globo preenche a 19ª posição no ranking de conglomerados de mídia no mundo. Em termos audiovisuais, alcança média de 36,9% de audiência no Canal Globo na TV Aberta, dispõe de 33 canais por assinatura no sistema Globosat, destacando-se o GloboNews com 16,5 milhões. Isso sem esquecer da Globo Filmes. É responsável pela impressão do Jornal O Globo com tiragem diária de 302 mil exemplares para o Estado do Rio de Janeiro, do Jornal Extra que circula na cidade do Rio de Janeiro em 131 mil exemplares diários, do Jornal Valor Econômico que possui 60 mil edições todos os dias nas bancas e, por fim, a Revista Época com 340 mil exemplares semanais com circulação nacional. Em rádio, dispõe da Globo e da CBN que, respectivamente, são a 4ª e 7ª rede de rádio mais ouvidas no Brasil. Na internet, aposta no portal Globo.com que já é o 5º site mais acessado e conta com 8,7 milhões de visitas mensais. Além destes, disputa a indústria fonográfica a partir da Som Livre e o mercado editorial pela Editora Globo.

O Grupo Silvio Santos conta com o canal SBT na TV aberta que alcança audiência média de 14,9% e a TV Alphaville por assinatura. Intervém no mercado a partir da Jequití Cosméticos, da Liderança Capitalização responsável pela Tele Sena, do Baú da Felicidade, do Hotel Sofitel Guarujá Jequitimar e do Sisan Empreendimentos Imobiliários.

O Grupo Record é composto pelos canais RecordNews e RecordTV – este último com 14,7% de audiência média. Na internet, aposta no canal R7 que é 7º mais acessado com 52 mil visitantes por dia. É detentor do Jornal Correio do Povo que imprime 92 mil exemplares por dia e circulação no Rio Grande do Sul. No mercado financeiro, possui 49% do capital do Banco Renner – de sede em Porto Alegre.

O Grupo Bandeirantes se conforma a partir de intervenção no campo televisivo a partir do Canal Band na TV aberta que toma média de 4,1% de audiência e do Canal BandNews que conta com 15 milhões de assinantes. Em Rádio, detém a 3ª e a 10ª colocação em rankings de audiência a partir, respectivamente, da BandFM e da Rádio Bandeirantes. Outra iniciativa expoente do Grupo é a Rádio Band News que postula a 11ª posição. Circulam

---

<sup>38</sup> - Jornalistas sem Fronteiras é uma organização internacional, com sede em Paris/França e presença em 130 países voltada à defesa da liberdade de informação como suporte para democracia.

<sup>39</sup> - Pesquisa internacional também realizada no Brasil e voltada a uma composição de panorama sobre concentração de audiência nos países. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>>

gratuitamente o Jornal Metro com edições para os territórios de São Paulo, Campinas, ABC Paulista, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre, Curitiba, Brasília e Maringá. Não menos importante, apostam na ferramenta online Band.com para difusão de conteúdo.

É interessante notar que alguns desses grupos têm relação direta com a área da educação reafirmando um projeto para este setor e conjugando uma agenda política de conhecimentos e saberes por meio dos canais, a exemplo da relação do Sistema Globo com a Fundação Roberto Marinho.

Traçar perfis dos Grupos de Comunicação em face a intervenção econômica que estabelecem é reconhecer os donos da mídia no Brasil e, este exercício, é um passo importante para situar as relações e interesses que acometem o sistema de conteúdos e tomadas de decisões – sobretudo culturais e políticas – elencados por tais.

Nisto, cabe despertar atenção aos caracteres do Artigo 54 da Constituição que impossibilita a permanência de concessões de radiodifusão a membros do poder executivo e legislativo, bem como aos familiares. O não cumprimento desta lei é conhecido tratado por coronelismo eletrônico, a utilização abusiva dos canais para fortalecimento político e eleição dos parlamentares que detém concessões tem sido prática frequente e denunciada na campanha ‘Fora Coronéis da Mídia’ desde 2014 pelo Intervozes, pela ENECOS, pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação além de outras agremiações. No Ceará, foram denunciados os então senadores Tasso Jereissati (PSDB) e Eunício Oliveira (PMDB) em cenário de concentração que reproduz o nacional.

Figura 4 – Campanha Fora Coronéis da Mídia



Fonte: Arquivos da campanha (2014)

As constatações exploradas até aqui, entretanto, não devem ser lidas como um arcabouço de novidades. Há mais de duas décadas, Marilena Chauí (1994, p. 42) já bradava que “o monopólio das comunicações, [...] a manipulação das informações pela mídia, o controle ideológico [...] atestam o autoritarismo como modo de ser da sociedade brasileira”; nisto, é saudável observar este circuito como parte de uma estrutura maior, internacional e interconectada, pois, vivemos “numa idade em que os conglomerados de comunicação global são atores-chaves na produção e distribuição de bens simbólicos, uma reflexão sobre as condições da liberdade de expressão não pode se restringir à estrutura territorial” (THOMPSON, 1998, p. 209) dado que o fabrico de compreensão da realidade se dá em interface à globalização das coisas, das pessoas e das narrativas. Nisto, como alertara Ianni

essas instituições ‘clássicas’ da política são instrumentalizadas, transformadas, mutiladas ou simplesmente marginalizadas. Em escala frequente, predominam as novas tecnologias da comunicação, informação e propaganda, às vezes com objetivos democráticos, mas em outras e muitas vezes com objetivos autoritários. Sim, porque as novas tecnologias estão organizadas em empresas, corporações ou conglomerados, como empreendimentos capitalistas articulados em grupos, classes ou blocos de poder predominantes em escala nacional ou mundial. (1999, p. 22)

### ***2.1.2. Segunda esfera: legitimação dos sujeitos habilitados ao fazer-jornalístico***

Ao refletir sobre as controvérsias na dinâmica de formação da opinião pública nas experiências do século XX, Slavko Splichal levanta a questão:

É mais provável que um grupo decida racionalmente se tantos indivíduos quanto possível apresentarem tantas ideias diferentes e fatos quanto possível, e as discutirem? Ou é mais racional deixar a tarefa de tomada de decisão a um grupo bastante pequeno de peritos melhor educados e qualificados e excluir a população mais vasta? (1999, p. 127)

Cabe considerar que a primeira proposição de Splichal, onde a multiplicidade de versões são colocadas em debate para construção de síntese dos grupos que consomem a informação – apesar de apresentar-se como uma afirmativa democrática – corresponde ao pluralismo interno que ele defende e não é praticado no Brasil, dados os cenários e interesses antes discutidos e temos, no exercício do jornalismo, a segunda como expressão da práxis. Nota-se que a circuncisão capaz de habilitar perfis à definição do que será registrado como verdade e constituirá a memória social dos fatos que rompem a estrutura cotidiana; em detrimento da negação deste poder ao conjunto mais amplo da sociedade é elemento fundante

da compreensão do jornalismo. Walter Lippmann lançou em 1920, nos Estados Unidos, a primeira edição da obra ‘Opinião Pública’, e já verbalizava que:

falar meramente sobre o repórter em termos da sua verdadeira importância para a civilização fará rir qualquer homem dos jornais. No entanto, o jornalismo tem uma honra peculiar. [...] Qualquer dinheiro ou o esforço que se gaste para colocar o homem certo neste trabalho nunca será mal gasto, pois a saúde da sociedade depende da qualidade da informação que recebe. (Lippmann, 2010)

A categoria saúde da sociedade está embalada nas ideias de Durkheim (2007) onde a sociedade é tida como um organismo vivo e, como tal, todos os setores possuem uma funcionalidade específica a fim de mitigar quaisquer patologias – ou desvios. Nestes marcadores, ao estabelecer a idealização do jornalista como “guardião da língua, da escrita e da credibilidade histórica” (SODRÉ, 2008, p. 54) e delegá-lo como sujeito único no manejo da informação e, em caso contrário, sob pena a falência da saúde social; a estrutura social relega ao escanteio o contexto marcado de disputas de narrativas e percepções outras sobre as representações das ocorrências por compreendê-las prejudiciais.

A proposição de Pollak (1989, p. 8) ao constar que a produção de memória – em qualquer natureza – pressupõe exercício de seleção e enquadramento em face ao contexto de expressão de poderes elencado na obra de Lippmann aqui discutida, desponta uma constante ainda aplicável para entender nossos tempos, pois, “o controle da memória social parte de ‘testemunhas autorizadas’ e o jornalista, mediador entre o fato e o leitor, interfere nesse processo, não só enquadrando os fatos, mas reconstruindo valores e identidades no controle da realidade” (RIBEIRO; BRASILIENSE, 2006, p. 4). Em outras palavras, “o jornalista presente no palco do acontecimento relata o que viu ou ouviu [...] e é através da sua narrativa que o leitor se insere no mundo das coisas contadas” (BARBOSA, 2005, p. 54) e não experienciadas.

O ofício jornalístico, outrossim, toma por eixo a “ação [...] de natureza memorialística” (BARBOSA, 2004, p. 1) e os registros produzidos compilam “uma narrativa que recupera um tempo vivenciado por um outrem, narrado por um locutor, que instaura o tempo das coisas”, conclui Barbosa (2005, p. 54).

Considerando as conjunções teóricas sobre os critérios de noticiabilidade propostas por Traquina (2002), é justo reconhecer que o jornalista está socialmente dotado de status para operar “o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, de possuir valor como notícia”. Esta localização está intimamente vinculada ao argumento da técnica que se apresenta – mas não se executa –

neutra, imparcial e feita para ser seguida como receita. É sobretudo a partir dos anos 1960 com o advento do lide e de outras técnicas que se articula de forma mais concisa a posição do jornalista no manejo das tratativas sociais. Esta posição impressa ao jornalista é, para Kellner (2001, p. 83), uma separação simbólica entre sujeitos “dominantes/dominados e superiores/inferiores, produzem hierarquias e classificações que servem aos interesses das forças e das elites do poder”. Na relação que insere o jornalista como um sujeito socialmente legitimado para apuração da verdade, mas sujeito aos interesses dos donos do meio, é justo reconhecer as formulações de Rego ao grafar que

a fábrica em que trabalham, pública ou privada, tem regras, objetivos, métodos que utilizam o jornalismo para um fim que não é o de informar, formar ou divertir. É um instrumento de poder, fatia de um grande queijo que funciona como artefato de lucro ou aparelho de propaganda. Que precisa de bons profissionais que tornem o conteúdo apetecível, vendável ou politicamente persuasivo. (2008, p. 5)

É válido ponderar que jornalistas, neste fluxo, são profissionais também explorados pelo capitalismo e, como norteia Vovelle (1991, p. 216) assumem papel de mediação social, pois a natureza da atividade exercida os “coloca entre o universo dos senhores e dos dominados”.

### ***2.1.3. Terceira esfera: constituição da opinião pública***

A opinião pública é “resultado de um estímulo ou mensagem produzida e/ou emitida por alguém e recebida por parte ou toda a sociedade” (PINHO, 1989, p. 99) e não deve ser entendida como um ato isolado, pois, “não é a somatória de opiniões individuais. Sua formação e significação estão na dependência direta do contexto nacional, do governo, dos partidos políticos, da Igreja, dos meios de comunicação de massa e, principalmente, dos conflitos de classes existentes na sociedade” (KOERICH, 1989, p. 125) uma vez que concentram os perímetros de produção de valores simbólicos em larga escala.

Precisamente, o jornalismo, como emissor de notícia, insere-se nesta dinâmica “ao selecionar temas que devem ser lembrados e ao esquecer outros, produz[ir], a partir de critérios subjetivos, uma espécie de classificação do mundo para o leitor”, como propõe Marialva Barbosa (2004, p. 1). Os enquadramentos são apontados por Gitlin como o ponto de observância e o conjunto de decisões tomados pelo operador (jornalistas, fotógrafos e outros) na definição do corpus a compor a peça de comunicação. O conceito que fora articulado em

1980 já era percebido nas redações como uma prática inevitável dado que representam o único meio que jornalistas dispõem para processar as variadas informações que transitam nas redações diante do tempo escasso para apuração das narrativas dos casos. Estes, portanto,

organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, p. 7)

Sujeita à posição circunscrita ao jornalista de enquadrar a realidade sob a ótica editorial dos donos dos meios – flexionada como uma relação de poder na construção da memória social sobre os fatos – é imprescindível atentar-se que

“o enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito” (ENTMAN, 1994, 294)

Nisto, a informação é conjugada segundo interesses socialmente intencionados. Os receptores, por sua vez, “são, em sua grande maioria, anônimos e invisíveis espectadores de uma representação para qual eles não podem contribuir diretamente, mas sem os quais ela não existiria” (THOMPSON, 1998, p. 91) e as discussões sociais que executam “giram em torno do que se fala, do que é promovido e comunicado, do que ganha dimensão pública e atinge maior número de pessoas” (DREIER; PIVA, 2009, p. 4).

Como identificou Thompson (1998, p. 43), estamos tratando, aqui, de um processo cotidiano onde a recepção dos símbolos transmitidos pelas plataformas jornalísticas é um exercício já banal e que não mais surpreende o público. O cidadão comum não estabelece um processo dialógico<sup>40</sup> numa quase-interação mediada<sup>41</sup>, por isso “não são parceiros de um processo de intercambio comunicativo recíproco, mas participantes de um processo estruturado de transmissão simbólica” (THOMPSON, 1998, p. 31).

<sup>40</sup> - Dialógico, na obra de Thompson, está relacionado à capacidade de retornos no processo de transmissão simbólica. Deste modo a conversa entre pessoas é dialógica pois permite a troca direta de símbolos, diferente da ação em ouvir o rádio de forma isolada.

<sup>41</sup> - Quase-interação mediada é conceito formulado por Thompson (1998) para explicar a relação do indivíduo com os meios de comunicação de massa. Trata-se de uma relação monológica, sendo a mensagem exposta na mídia para um número indefinido de receptores em potencial; o indivíduo não está em co-presença com o emissor, vivendo contexto em separado e a disponibilidade consta estendida no tempo e no espaço

“No mundo em que a representação assume estatuto de fato, a interpretação consolida-se como única via de apreensão do real”, como ensina Raquel Paiva (2003, p. 54), é imprescindível mensurar as possibilidades e plataformas que atuam para (in)compreensão da realidade. Cabe perguntar, assim como Alessandra Aldé (2000, p. 187), sobre as intencionalidades das instituições midiáticas, pois, a forma como “quadros de referência particularmente acessíveis ao cidadão comum, organizam e apresentam a informação tem efeitos importantes em sua interpretação; seu enquadramento pode ser determinante na interpretação do mundo público”.

#### ***2.1.4. Quarta esfera: produção de sentidos e do imaginário***

Compreender as engrenagens sociais a rascunhar valores de sentido e de imaginário popular a comporem mentes e corações das pessoas não deve estar desvinculado das considerações sobre o papel da comunicação, afinal,

ainda que a mente de cada indivíduo construa seu próprio significado ao interpretar a sua maneira os materiais recebidos, este processo mental está condicionado pela relação com as comunicações. Quero dizer: a transformação no entorno das comunicações afeta diretamente a forma em que se constrói o significado e, portanto, a produção das relações de poder. (CASTELLS, 2012, p. 24)

Em nossas experiências, somos marcados pelas coisas que mais nos afetam e estas constituem sentido em nossa trajetória. Gondar (2016, p. 38) explica: “o que nos afeta é o que rompe com a mesmidade em que vivemos; a mesmidade não nos impressiona ou nos marca. O que nos afeta é antes um encontro, uma palavra nova, uma experiência singular”.

O jornalismo, ao se consolidar como o relator da ruptura cotidiana e selecionar o ângulo e as notícias que interessam ao público, assume o lugar de produtor de sentidos sobre a memória de atos não vivenciados e/ou observados pelo conjunto consumidor da informação. Neste terreno, são “estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê” (BOURDIEU, 1997, p. 36) de modo onde “transformam em valores gerais os interesses e privilégios da classe dominante”, desponha Marilena Chauí (1994, p. 10).

Nisto, ao constatar a organização do conhecimento sendo suplantada pelos interesses comerciais das grandes empresas de tecnologia em estudo sobre os paradigmas de nossos tempos na relação entre jornalismo e memória, Tesla Andrade (2016, p. 102) destaca que “o poder de gerenciar o percurso das informações tem valor imediato na construção de

identidades a partir de padrões de comportamento que orientarão padrões de consumo” de bens materiais e simbólicos.

Percebemos, ai, somados os caracteres das esferas elencadas que a disputa dos sentidos e imaginários expressa “tendência de ‘fazer império’ não mais pela conquista com armas e exércitos, mas com dispositivos ordenadores da lógica do mercado e do capital” (PAIVA, 2003, p. 30) capazes de influenciar práticas culturais, intervir na noção de pertencimento e de construir identidades e subjetividades.

O poder de produzir sentidos sobre os fatos que rompem a lógica cotidiana é conferido a poucos e exercido sobre muitos segundo os propostos por Gramsci (2002, p. 48) ao dispor sobre hegemonia como o conjunto de regras morais, saberes intelectuais e notas simbólicas assumidas como verdades indubitáveis capazes de exercer dominação não apenas por meio da força – que não é abolida das tratativas políticas e de dominação em nossos tempos – mas também pela asseção de costumes e valores socialmente preconcebidos. Nisto, a hegemonia cultural está intimamente relacionada à concentração de riquezas e de poderes figurada socialmente na “combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso” de modo que, em conjunção, “a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados”, explica Gramsci (2002, p. 95).

Temos, nas leituras em Gramsci, uma relação onde a coerção – por meio das mais variadas ferramentas de imposição social – conforma um consenso e sufoca as contradições e, nisto, o exercício da hegemonia como um poder social que não pode passar despercebido – sobretudo quando se é minoria como bem lembra Benjamin (1994).

## **2.2 A disputa das narrativas na configuração da memória**

O reconhecimento da hegemonia como um processo socialmente construído “não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estutura” como bem adverte Raymond Williams (1979, p. 15). Nisto, adotamos o pressuposto teórico onde a contraposição de discursos sobre a mesma ocorrência constitui disputa de narrativas e a síntese desta operação produz compreensão comum sobre os fatos. Esta última admite, pois, lugar de atenção uma vez que é

um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular [...] Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões (WILLIAMS, 1979, p. 115-116)

A contrahegemonia como proposto teórico em Williams (1979) fundamenta-se no reconhecimento das versões, costumes e ações interpeladas pelos setores sociais que se opõem ao fluxo majoritário. Registrar e validar as narrativas como um exercício de flexão do tempo capaz de compor imaginário sobre ocorridos e momentos experienciados é, desta forma, uma tarefa necessária àquelas que urgem pela narração das rupturas cotidianas por outro viés. Ao reconhecermos este ponto, conseqüentemente situamos a produção de memória social conjugada ao exercício da hegemonia

a cada vez que escolhemos transformar determinadas ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegamos muitos outros ao esquecimento. Isso faz da memória o resultado de uma relação complexa e paradoxal entre processos de lembrar e de esquecer, que deixam de ser vistos como polaridades opostas e passam a integrar um vínculo de coexistência paradoxal (GONDAR, 2016, p. 29).

‘Lembrar’ e ‘esquecer’ são verbos conjugados neste trabalho como frutos de uma relação dialética, de modo que o emprego destes impera como reflexo das posições sociais, políticas e econômicas para manutenção de privilégios. Na trama de poderes que (re)organizam a memória social, um bom ponto de observação está na questão retórica de Hannah Arendt (1995, p. 46), onde

as mentiras políticas modernas são tão grandes que requerem um completo rearranjo de toda a textura factual - o fabrico de uma outra realidade, por assim dizer na qual se encaixam sem costuras, fendas nem fissuras, exatamente como os fatos encaixavam no seu contexto original - o que é que impede estas histórias, imagens e não fatos novos de se tornarem um substituto adequado da realidade e da factualidade?

Evocar esta questão em Arendt apresenta-se como interpelação da disputa de narrativas entre a versão sancionada pelas esferas de poder do jornalismo, assumida como orientação oficial dos fatos; em oposição ao substrato das coisas ocorridas, notificadas e experienciadas pelos sujeitos que, em maioria, não dispõem dos privilégios econômicos para noticiar suas observâncias para um número significativo de pessoas.

A arena onde “vários grupos sociais e instituições competem entre si e lutas ideológicas se desdobram sobre a definição e a construção da realidade social”, como identificou Gurevitch e Levy (1985, p. 19), é interpretada pela somatória dos poderes que permitem o desempenho de circulação das narrativas. Estamos lidando com um cenário desigual e, para tatear com a relação de concentração de poderes, é salutar referenciar a sentença de Le Goff (1990, p. 426) onde “ser senhor da memória e do esquecimento é ser detentor do poder de fixar o presente para um futuro próximo ou distante”. É imprescindível reconhecer:

como a luta, a resistência, a rebeldia, a desobediência e a revolução seguem constituindo a experiência cotidiana da grande maioria da população mundial; que, no mais, pagam um preço muito alto por isso, a disjunção entre o modo como se vive e o que publicamente se diz sobre eles faz com que o nosso seja um tempo dividido entre grupos muito assimétricos: os que não podem esquecer e os que não querem recordar (SANTOS, 2018, p. 19).

Esta oposição não pode ser toada sem evocar o sentido proposto por Benjamin (1994, p. 224) ao reconhecer, na discussão sobre o conceito de história, que a versão das coisas contadas é a síntese pronunciada pelos vencedores das batalhas: onde os “inimigos” – na perspectiva do materialismo histórico<sup>42</sup> – nunca cessou vitórias e, nisto, assim como as memórias dos sobreviventes são escanteadas, “também os mortos não estarão em segurança”. Por esta via, o privilégio de não-recordar das sangrias em nome da manutenção dos poderes e privilégios de uma parcela diminuta da população; impõe a parcela maior o exercício onde “dizer a nós mesmos e aos outros o que somos é recontar as narrativas de como chegamos até onde estamos e para onde estamos indo daqui para frente” (THOMPSON, 1998, p. 184) e, assim, manter acesa as memórias, ritualísticas e outros atos consagrados e reivindicados pelos agrupamentos.

A compreensão onde “nenhum registro apenas registra. Todo ele pressupõe o trabalho da linguagem, pressupõe uma tomada de posição dos sujeitos sociais. Todo registro é discurso e possui, assim, um mecanismo ideológico próprio, uma forma de funcionamento particular” defendida por Ana Paula Ribeiro (2000, p. 37) é ponte para compreender os documentos e peças comunicacionais como artefatos da disputa de narrativas para, consecutivamente, estabelecer uma fotografia a compor a memória social. Nisto, em posições

---

<sup>42</sup> - Em oposição ao Idealismo, o materialismo histórico é formulado por Karl Marx e Friedrich Engels. O conceito compreende as relações sociais como resultado dos contributos das forças produtivas e, nisto, busca entender as classes sociais e a relação existente entre elas, bem como os resultados observados – a exemplo do sistema político e das relações de dominação econômica e simbólica.

contrapostas, é salutar referendar que estamos lidando com um cenário desigual e com oportunidades díspares, onde,

de um lado, uma memória oficial que atua no sentido de viabilizar a manutenção das estruturas sociais, que seleciona, ordena e classifica fatos segundo critérios próprios e se constrói considerando - ou não - silêncios, sombras, esquecimentos, repressões e estratégias de exclusão. De outro, há várias memórias sociais subterrâneas que, empenhadas em viabilizar as mudanças reclamadas pela sociedade, transmitem, conservam e produzem lembranças e comportamentos proibidos, desqualificados ou ignorados pelos discursos e pelas representações predominantes (MORAES, 2005, p. 98).

Esta relação é explorada por Jô Gondar (2016, p. 19) ao explicar as diferenças onde “a memória concebida enquanto produção do poder – destinada à manutenção dos valores de um grupo – não é equivalente à memória pensada enquanto componente ativo dos processos de transformação social e de produção de um futuro”.

Atestar a memória social como uma síntese das disputas de narrativas e exercícios de poderes nos coloca, em mesma via, a retomar os escritos de Gramsci (2002, p. 36) nos tratados sobre hegemonia que direcionam este ser um “problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas”. De tal modo, é justo identificar que a síntese da memória social é um fruto das correlações de forças travadas entre hegemonia e contrahegemonia no palco presente e orientando-se ao devir. Os escritos de Moraes (2005, p. 94) bem conjugam estes termos ao considerar que memória social é expressão política, toando que

A memória se constitui como poder, como um contrato e uma luta pela imposição de uma hegemonia, não conseguindo e não pretendendo ‘dar conta’ da complexidade social e dos processos em curso. Ao contrário, sua dimensão de poder e, portanto, sua eficácia dependem da política, cuja pretensão de controlar ou orientar a memória social é expressão dos interesses em luta.

Na sociedade capitalista em que o direito ao registro das coisas vividas finca-se em exercício de poder, é justo notar a dinâmica de produção contrahegemônica de notícias a fim de disputar a narrativa como um ato de desobediência às regras do jogo; e que, sem elas, pouco conheceríamos sobre as versões que se opõem a norma social. Esta relação, por sua vez, sempre foi desafiadora em tempos de mediação de conteúdo por empresas de radiodifusão. Em nossos tempos, marcados pela midiaticização da vida e da política em plataformas digitais, vivemos no início da década de 10 uma crescente sensação onde as possibilidades de disputar

o sentido do mundo por meio deste espaço era uma importante e potente trincheira – relação de onde partem as questões fundamentais deste trabalho.

Por isso, “quando o ‘fato’ político é a própria utilização da mídia como instância política, a linguagem produzida pela mídia em si, peculiar a cada veículo de comunicação, implica uma nova forma de se fazer política” (NUNES, 2018, p. 7). Ao toar sobre o local das práticas contrahegemônicas, não estamos tratando, por conseguinte, de uma queda de braços egóica; mas da expressão insurgente da versão histórica dos inarráveis que não coubera nos meios oficiais, agora impressas e circuláveis em plataformas que estabelecem o contraditório porque

o discurso produzido pela mídia possui traços que nos permitem estabelecer analogia com uma estrutura pertinente ao indivíduo, como a histeria; e possibilita o reconhecimento de que este quadro é caracterizado pela apropriação do real, do cotidiano e de suas questões por meio de uma irradiação; e não por pertencimento e vinculação real entre os indivíduos. Então, será necessário pensar saídas, veredas, que possam firmar-se como alternativas não-patológicas” (PAIVA, 2003, p. 53)

Na caminhada dos movimentos sociais brasileiros, como explora Nunes (2018) e Gohn (2013; 2017), adota-se uma compreensão onde os grupos historicamente silenciados adotam uma prática de contestação de disputa de narrativas a fim de comporem, da melhor forma possível – com dignidade e numa fotografia justa onde se situem parte da representação ali contida – para comporem a memória social dos fatos ocorridos. É fundamental aferir que a produção contrahegemônica é, essencialmente, lugar de memória como destaca o trabalho de Henriques, Braga e Mafra (2007, p. 80) ao refletirem sobre a produção de sentidos pelos movimentos sociais, pois lidam com

um dado da realidade, permitindo a confluência de interesses relacionado a esse dado para a existência do movimento; da relação da memória do movimento e seus antecedentes, fazendo uma comparação da luta atual com referências históricas ao eco das lutas passadas; ou da tradução e incorporação da causa do movimento, dos propósitos por ele defendidos, sua palavra de ordem, estimulando reelaborações culturais do movimento através de seu público.

O acesso aos mecanismos e estratégias de comunicação, através do “uso dos meios técnicos<sup>43</sup> dá aos indivíduos novas maneiras de organizar e controlar o espaço e o tempo” (THOMPSON, 1998, p. 29). Para tal, o exercício dos processos críticos<sup>44</sup> onde os

<sup>43</sup> - Thompson considera como ‘meio técnico’ todos os elementos materiais pelos quais a informação e o conteúdo simbólico é fixado ou transmitido (1998, p. 30)

<sup>44</sup> - conceito proposto por Braga (2006, p. 46) para classificar, dentro da teoria do sistema de resposta social, as

perfis se propõem a analisar e executar respostas qualitativas às produções jornalísticas, bem como as dinâmicas de redescrição dos fatos, caracterizado pela capacidade de recontar ocorridos vivenciados pelos indivíduos “de maneira que eles possam se perceber como participantes na construção da história coletiva e, conseqüentemente, possam se qualificar como membros da comunidade atual resultante desse processo histórico” (PAIVA, 2007, p. 141), tem se constituído como mecanismos essenciais para viabilidade interventiva nos circuitos contrahegemônicos.

### **2.3 Comunicação em movimento por outras narrativas**

Ao conceber que “filosofia é dar ao próprio agir uma direção consciente”, Gramsci (1978, p. 21) produz a fundamentação essencial para que Melucci (2001, p. 123) compreendesse movimento social como “objeto construído pela análise”; logo, empreendido no somatório de forças e táticas com finalidades estratégicas resultantes da observação e avaliação da conjuntura para evocar “ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de incompatibilidade do sistema ao qual a ação se refere”. Na mesma via, Gohn (2010) exprime que o papel político dos movimentos sociais é “provocar a visibilidade do poder, obrigando-o a tomar forma” no intento, para tornar públicas as angústias e reivindicações populares e promover debate em torno da realidade, expondo “conflitos e necessidades de mudança” e incidindo “como motor de transformação e como revelador dos pontos mortos, das contradições, dos silêncios que os aparatos dominantes tendem a ocultar”.

Tomamos, portanto, a compreensão que a insurgência dos movimentos sociais está ligada ao levante de visibilidade da agenda social objeto de disputa. Produzindo, a partir da prática interventiva e do eco dos discursos, uma referência visível e transmissível sobre as bandeiras levantadas. Visibilidade é, nesse contexto, a somatória de valores simbólicos arquitetados com os esforços tecnológicos empreendidos, a fim de provocar vazão narrativa e se inserir na disputa da memória social em contexto onde as “lutas por reconhecimento se tornaram cada vez mais lutas pela visibilidade dentro de espaços não localizados de publicidade mediada”, como demarca Thompson (1998, p. 215) em cenário onde a negação

---

práticas que orientadas à produção de respostas aos discursos midiáticos “em termos de um enfrentamento tensional que, direta ou indiretamente, possa resultar em crítica interpretativa ou controle dos desvios e equívocos midiáticos”

ao diálogo e à participação nos embates narrativos seria suicídio político (THOMPSON, 1998, p. 124).

Amplificando os horizontes de reivindicações e se dispondo a apresentar, em todos os canais possíveis, as insígnias das lutas travadas; é imprescindível perceber que “se a visibilidade é um meio, a popularidade e a impopularidade são o objeto de desejo ou termos dos agentes do campo político em tempo de eleição interminável” (GOMES, 2004, p. 122) e, aliado aos interesses, conjuga-se narrativas e toma um lado nas trincheiras que produzem a síntese da memória social. Esta é uma relação bipártide, oposta e travada de modo desproporcional quanto ao exercício de poderes e que pode ser percebida no conjunto de caracteres que são articulados por um lado, pelo discurso jornalístico toado segundo a ordem hegemônica; por outro, pelas narrativas contrahegemônicas nos suportes disponíveis. Por isso, assim como a manutenção das vias de diálogo com os agrupamentos jornalísticos é uma prática para intervir na construção que, naturalmente, já será composta sobre movimentos sociais; o emprego de medidas para anunciar os posicionamentos e localizar pontos de vistas sem a mediação do jornalista é, para além da afirmação de autonomia, a produção seriada de registros, provas e artefatos do experienciado.

### ***2.3.1 O que dizem de nós: criminalização em agendamento***

Não é por acaso que movimentos sociais, grupos de contracultura e experiências contrahegemônicas são, por vezes, recebidos em tônica de negação e criminalização resultantes da representação social construída no jornalismo. Ulisses (2012, p. 141), ao pesquisar sobre a representação das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST<sup>45</sup> nos jornais, concluiu que os canais privados atuam para reforçar “a imagem de sinonímia entre a luta por direitos e o delito”. A observação é uma constante também percebida nos escritos de Cruz e Moura (2010, p. 13), destacando o discurso que “associa os Sem Terra ao crime, ao terrorismo, constituindo uma sensibilidade social deturpada e, em consequência, negativa”. A leitura empreendida pelo conjunto de movimentos camponeses que compõem a Via Campesina escracha que o objetivo da criminalização dos movimentos – nos jornais, mas não só – reside em

---

<sup>45</sup> - Fundado em 1984 como parte da dinâmica de redemocratização do Brasil, o MST é um movimento de intervenção política e, hoje, o maior movimento social no país.

criar as condições legais e, se possível, legítimas perante a sociedade para: a) impedir que a classe trabalhadora tenha conquistas econômicas e políticas; b) restringir, diminuir ou dificultar as políticas públicas; c) isolar e desmoralizar os movimentos sociais junto à sociedade; d) e, por fim, criar as condições legais para a repressão física aos movimentos sociais.” (VIA CAMPESSINA BRASIL, 2010, p. 6)

Para Alves (2012, p. 38), “é ingenuidade política acreditar que o Estado burguês não utilizará mecanismos [...] para isolar os novos movimentos sociais conforme eles se ampliam, que não os tornará invisíveis por meio da mídia”. Logo, este não é o único caso e muitos são os exemplos a espalhar a relação nutrida entre o jornalismo e os movimentos sociais. Com maior atenção à cobertura jornalística das manifestações de 2013, no Brasil, Albuquerque (2014) relata a tônica de criminalização aos movimentos. Atentando-se especificamente ao ato ocorrido no Dia da Independência, em Brasília, a autora atesta que “ficou claro o interesse midiático em desqualificá-las. Grande parte das notícias divulgadas nesta data chamam atenção para conflitos entre manifestantes e polícia ou para atos de vandalismo, passando a ideia de que a movimentação constitui um mero ato de subversão, omitindo-se as suas motivações” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 51)

Debruçar-se sobre a Primavera de Ocupações Secundaristas de 2015/2016 nos trabalhos de Santoro (2016) sobre São Paulo; de Sordi e Moraes (2016), discutindo Minas Gerais; Nunes (2016), observando o Rio de Janeiro; e Macêdo Jr et al (2018) atentos ao Ceará nos fazem afirmar o esforço existente nas produções jornalísticas em compor imagens deturpadas e socialmente negativas a partir do amplo corpus analisado em tais trabalhos.

Diante destes casos não devemos tratar com estranheza o dito por Safatle (2012, p. 49) sobre a experiência do Occupy Wall Street, onde “boa parte da imprensa mundial gosta de transformá-los em caricaturas, em sonhadores vazios sem a dimensão concreta dos problemas”. Esta é uma avaliação semelhante a disposta por Kucinsky (1989, p. 35) que, ao escrever sobre jornalismo comunitário, entendia que a transformação “em rito de reconhecimento, institucionalizado e mitificado, leva a uma inversão de valores: ao atribuir caráter excepcional à resistência, justifica o seu contrário, a submissão. O normal fica sendo não resistir.” Isso vale, de modo geral, como uma luva para conotar o tato jornalístico sobre experiências de desobediência civil – principalmente juvenis.

São inúmeros e não se encerram nos casos aqui elencados os estudos a discutir o caráter sistêmico do jornalismo e dos aparatos pertencentes aos setores mais ricos da sociedade brasileira na afirmação de imagem pública que alia movimentos sociais à desordem e à conflitualidade. Observamos isto, inclusive, no objeto que analisamos neste trabalho e percebemos como as ocupações universitárias em 2016 ganham destaque nos impressos

cearenses muito mais por seu caráter de ruptura com a gestão superior das instituições do que pelas causas que impulsionam a mudança nos espaços – a exemplo do que analisamos em Macêdo Jr (2017b).

Esta, para nós, expõe com precisão uma das faces mais cruéis da negação democrática: o conjunto de ideias empreendidas por um grupo minoritário e com interesses particulares é agendado para um conjunto amplo de pessoas a partir das instituições de radiodifusão; enquanto, por outro lado, as versões conjugadas por maiorias sociais e de interesse coletivo não constam – ou surgem de forma deturpada – nos espaços dos debates públicos. Nisto, amplia aos movimentos sociais a criatividade de medidas, para equalizar as condições, para dispor da circulação de ideias frente à massiva e desigual concentração dos meios.

### ***2.3.2 Nós por nós: movimentos em comunicação em tempos de hiperconexão***

Ao analisar o processo de comunicação popular<sup>46</sup> e a retomada das vivências comunitárias na organização política de Coletivos de Comunicação no Brasil<sup>47</sup>, Nunes (2018, p. 77) conclui que o contato com o conhecimento e a informação “produz novas perspectivas de se colocar diante da realidade e de atuar politicamente. Esse processo é irreversível e abre infinitas possibilidades ao exercício da cidadania e à criação de novas práticas no campo da cultura e da política”. A pesquisa calcada na observância de agrupamentos contrahegemônicos permite tatear as relações de contrapoder<sup>48</sup> existentes nas narrativas divergentes – em relação ao conteúdo oficial do jornalismo – contido nas produções de movimentos sociais e agrupamentos ativistas ao retratar a realidade.

As lições do jornalismo contrahegemônico são impressas como registro de memória, “abre condições para que novas lutas sejam travadas em busca de libertação. [...] Ele é, ao mesmo tempo, o veículo aglutinador e o porta-voz de um grupo de indivíduos conscientemente organizados” (GOMES, 1989, p. 246) permanecem nas plataformas virtuais. Nisto, comunicação é práxis para a vivência coletiva em movimentos sociais de modo que

<sup>46</sup> - Comunicação popular é, para Círcia Peruzzo (2009), um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares em caráter de mobilização coletiva via canais próprios de comunicação

<sup>47</sup> - Foram estudados agrupamentos de caráter exclusivamente jornalístico, como: Fora do Eixo/Mídia Ninja, Coletivo Papo Reto, Coletivo Catarse, ANOTA – Agência de Notícias Alternativas e Coletivo Maruim. A pesquisa foi apresentada como relatório de estágio pós-doutoral da Profa. Márcia Vidal/PPGCom UFC.

<sup>48</sup> - Conceituado por Castells (2012, p. 22) como “a capacidade dos atores sociais para desafiar os poderes incorporados nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação dos próprios valores e interesses”

ao tomar para si a responsabilidade de produzir e difundir os seus próprios conteúdos, essas organizações desenvolveram canais para expressar as suas práticas culturais, os seus valores e as suas interpretações de mundo, de modo a veicular informações diretamente relacionadas ao contexto em que estavam inseridos (FONSECA, 2011, p. 69)

Os movimentos sociais exercitam o conceito de self em Thompson (1998, p. 181) na medida em que produzem uma representação sobre si em espaços próprios de comunicação. No intento de conformar um bloco articulado capaz de posicionar e radicar uma visão de mundo que parte dos opimidos, configuram-se como “espaços de visibilidade [...] para fazer-se presente na cena pública, mobilizar outros indivíduos e, assim, exercer pressão coletiva” (MARQUES; NOGUEIRA, 2012, p. 140) e; no reconhecimento – assim como as instituições formais – que “noticiar é uma forma eficaz de interagir com o mundo” (DREIER; PIVA, 2009, p. 1), adotam metodologias e “trabalham para serem ‘lembradas’; [...] Para atingir esse objetivo, produzem textos informativos para divulgação jornalística, compreendendo pautas, releases, position papers, informes oficiais, comunicados, artigos, notas técnicas. Enfim, produzem notícias” (DUARTE, 2003, p. 146) para, como descreve Nunes (2018, p. 76), alcançar

a visibilidade de segmentos sociais que sempre foram excluídos da sociedade, que nunca tiveram nem vez, nem muito menos voz, trazendo à tona suas necessidades, a luta por seus direitos e abrindo um espaço para sua inserção na vida social e, conseqüentemente, para o exercício da sua cidadania.

Afinal, “as relações públicas estão voltadas também para ativar mudanças sociais e culturais” (MAFEI, 2004, p. 29). Tomando por base estes acúmulos e a necessidade expressa em disputar as narrativas, tem sido cada vez mais frequente se deparar com dinâmicas de cobertura espontânea. Para Peruzzo (2017), existe diferença na relação de conteúdo produzido por ativistas e militantes em contraste ao realizado por jornalistas profissionais sobretudo no tato com as informações, pois,

(...) os meios pessoais como os celulares e smartphones filmando, fotografando e postando nas redes, acrescidos da atuação tecnicamente mais qualificada das mídias alternativas, também interferem nas motivações e visões sobre os fatos, possibilitam a visão de conjunto e dão a conhecer fatos que não aparecem nos grandes meios de comunicação convencionais. Além do interesse na identificação dos aspectos desprezados ou manipulados negativamente pela grande imprensa há o fator de inserção. (PERUZZO, 2017, p. 12)

O cenário proposto por Peruzzo (2017) diz respeito à dinâmica de comunicação em redes sociais virtuais onde a circulação em tempo real é marca do processo de difusão e onde a narrativa sobre o contado “não é mais apenas a mescla do ficcional com o informacional, mas a narrativa histórica do imediato”, como outrora proferiu Marialva Barbosa (2004, p. 11). Ainda em Peruzzo (2017), temos dois elementos que não podemos perder de vista: em primeiro plano, é imprescindível destacar o papel que os suportes tecnológicos desempenham nos processos comunicativos dado que as temporalidades de plataformas virtuais e impressas são diferentes e provocam efeitos particulares. Segundo – e resultante do primeiro – a sensação de ‘inserção’ diz respeito à usabilidade das plataformas virtuais e ao convencimento onde dispor o conteúdo é uma prática justa, para difundir junto aos contatos uma curadoria de conteúdos eleitos importantes a serem vistos por tais.

Nesta via, adotamos o conceito de redes sociais proposto por Santaella (2009, p. 133) onde “cada indivíduo de um coletivo inteligente é um nó que tem laços sociais (canais de comunicação e vínculos sociais) com outros indivíduos” que, dispostos em plataformas virtuais, constituem a teia para intercambio de produtos e conteúdos desenvolvidos de forma descentralizada pelos territórios, mediados por tecnologia móvel.

As redes sociais virtuais inserem-se dentro das ferramentas de uso popular, consideradas por Thompson (1998, p. 215) como capazes de “politizar o cotidiano tornando-o visível e observável em maneiras que antes não eram possíveis”. Neste processo, elas – como plataforma de disposição de conteúdo – posicionam-se como agentes referenciais para construção da compreensão da atualidade a partir dos registros realizados por sujeitos inseridos nos circuitos cotidianos em interface à mediação algorítmica – conceito a ser discutido no próximo capítulo.

A partir de 2011, novos paradigmas de comunicação em rede possibilitam ampliação das perspectivas de diálogos dos movimentos. Das insurgências populares no norte da África contra ditaduras na Tunísia, no Egito, no Iêmen e na Líbia; às greves na Espanha e na Grécia; às revoltas nos subúrbios de Londres; ao Occupy Wall Street nos Estados Unidos; apesar de se constituírem de incidências radicadas sobre motivações diferentes, “em todos esses novos movimentos, o papel das redes sociais, como Facebook e Twitter, na organização das manifestações foi importante” (ALVES 2012, p. 32). Temos, portanto, no empoderamento – e na sensação deste – ocasionado na possibilidade de comunicar posições,

um sentimento que nasceu da indignação contra os governos e classe política ou ditatorial, ou, em sua opinião, pseudodemocrática. Indignação provocada pela raiva, ante a cumplicidade que percebiam entre a elite financeira e a elite política, e que

explodiu pela reação emocional que causou algum acontecimento insuportável. E foi possível pela superação do medo mediante a união criada nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano. (CASTELLS, 2012, p. 38)

Castells (2012, p. 24) considera que estamos lidando com um objeto que está inserido na ordem de “comunicação de massas porque processa mensagens de muitos para muitos e, potencialmente, pode chegar a numerosos receptores e conectar-se a incontáveis redes que transmitem informação digitalizada em um bairro ou por todo o mundo” ou, em outras palavras, na possibilidade de encampar as informações em “uma difusão nova, nas redes sociais da internet [...] tomando forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores”, explica Carneiro (2012, p. 9), ao analisar o lugar das redes sociais virtuais em sublevações populares.

Um bom caso para mensurar o proposto por Peruzzo encontra-se nas jornadas de junho de 2013 que, analisadas no trabalho de Alves Filho (2016), revela que o conjunto de propagação da versão dos movimentos de resistência na internet acumulou enraizamento social suficiente para pautar, inclusive, a cobertura dos veículos comerciais de comunicação. As experiências adotaram, sobretudo, o Facebook para dinâmica de disputa das narrativas “não apenas como espaço de divulgação das manifestações futuras, mas também como meio capaz de ecoar denúncias a respeito de repressão policial e cerceamento da liberdade de expressão, presente inclusive nos meios midiáticos” (ALVES FILHO, 2016, p. 39).

A aplicação do Facebook como espaço prioritário de comunicação em situações de desobediência civil também é objeto de estudo de Tadeu Bousada (2017), com atenção ao caso das ocupações universitárias de 2016 no Espírito Santo e, para o pesquisador, a plataforma “não só atuou na visibilidade de movimentos sociais anteriormente apagados pela comunicação tradicional, como tem todo o aporte estrutural para aglutinar interessados por toda a rede, o que facilita a mobilização popular [...] e a aderência de novos agentes”. Também percebemos esta avaliação, ao entrevistar jovens ocupantes do mesmo período sobre o uso do Facebook como canais de ativação das redes sociais para diálogo e disputa de narrativas na composição da memória social e compreensão dos episódios de desobediência civil, sendo estas os únicos canais públicos de comunicação desenvolvidos pelas experiências das ocupações universitárias de 2016 pós-golpe no Ceará.

Somos frutos de uma geração que as experiências contrahegemônicas foram educadas a utilizar uma plataforma de caráter hegemônica no intento de tentar falar com as maiorias sociais. Experiências como Mídia Ninja e produções de coletivos locais que acabam ganhando maior projeção do que teriam são bons parâmetros para pensar sobre as brechas que

já existiam no jornalismo para inserir conteúdo contrahegemônico, mas que ganha novas lógicas, positivas – na medida em que facilita a criação de espaços para divulgação – e negativas – pois se submetem a regulação tecnológica sem transparência – em ambiências de redes digitais. Por isso, apesar da internet – e ainda mais as redes sociais virtuais – ser um meio com limitações, é tido por muitos usuários e militantes como espaço aglutinante de comunicação comunitária capaz de permitir, ainda que em microesferas, o exercício de cidadania na medida em que sujeitos historicamente excluídos do processo comunicativo podem inserir suas narrativas sob a sensação de disputar a memória social.

### 3. DOS DITOS E NÃO-DITOS SOBRE O CASO

Dada à abrangência pública em que o caso em estudo se insere, alcançando muitas pessoas, ao estabelecer a ruptura com a ordem cotidiano, é fundamental refletir sobre e a dinâmica de produção da imagem pública. Afinal, na cena pública, existe uma linha frágil que diferencia o real das invenções narrativas – o parecer ser real que podem valer tanto quanto ações concretas. Temos, em Gomes (2004, p. 242), a abordagem de imagem pública não como uma simples representação, mas um “fato cognitivo” construído a partir de “mecanismos enunciativos e linguísticos” capazes de formar convicções e conceitos junto aos consumidores da informação e, nisto, “é possível entender a força da imagem pública no somatório de exercícios de aparência, representações, fé e um carisma mediatizado a partir de jogos de poder entre visibilidade e credibilidade” (WEBER, 2009, p. 16).

Com atenção ao conteúdo das instituições jornalísticas cearenses e das páginas administradas pelos movimentos de ocupação é que partimos, neste trabalho, da valia em registrar e analisar a imagem pública demarcada sobre ocupações universitárias de 2016 no Ceará.

#### 3.1. Nem tudo é verdade nas páginas do jornal

Atentos à imagem construída pelo jornalismo cearense sobre o caso em estudo e no intuito de identificar o compilado narrativo, dedicamos monografia (MACEDO JR, 2017) e registramos em outros trabalhos (MACEDO JR e NUNES, 2017; MACEDO JR, 2018) o que articulamos, ao avaliar o conteúdo disposto em matérias de apuração<sup>49</sup> do Jornal O Povo e do Diário do Nordeste em plataformas impressas e online. Devidamente clipadas<sup>50</sup>, temos 21 registros do O Povo e 8 do Diário do Nordeste.

Nisto, identificamos que: a) existem diferenças entre o fluxo de narrativa construído nas matérias de apuração do jornalismo cearense em oposição à ocorrência dos fatos registrados; b) as produções de conteúdo estão prioritários sobre UFC e provoca invisibilidade das demais instituições, principalmente as do interior; c) as peças de apuração jornalística realizam omissão dos marcadores políticos manifestados pelas ocupações, a

---

<sup>49</sup> - Também existem registros opinativos que arquivamos e, em breve, serão analisados em trabalhos vindouros.

<sup>50</sup> - Clipagem é um método de pesquisa documental em jornalismo onde produções específicas são destacadas do conteúdo total e reunidas por grupos de afinidade, sejam teóricas ou temáticas. Neste caso, clipamos matérias que pautavam o objeto deste trabalho.

exemplo da bandeira #ForaTemer; e, d) ocorre priorização de pautas que construam a imagem de sinonímia entre a luta por direitos e o delito.

### ***3.1.1. Fluxo da narrativa***

Durante o período avaliado e considerando o tema abordado como um delimitador, existem três grandes picos de noticiabilidade. O primeiro deles, marcado dos dias 03 a 05 de novembro, dá-se numa figuração do início da insurgência universitária a partir da Assembleia Estudantil da UFC e da impossibilidade de realização do ENEM na Faculdade de Educação ocasionada pela ocupação da instalação. O segundo pico, de 07 a 09 de novembro, aponta à ampliação da desordem. O último, por fim, espraia-se até o dia 13 de dezembro com participação dos estudantes em atos de rua (MACÊDO JR, 2017a, p. 76)

Logo na dissecação do conteúdo de cada matéria analisada e organização dos conteúdos e marcas textuais em linha do tempo, percebemos que a composição do fluxo narrativo, entretanto, acontece em torno da Universidade Federal do Ceará e invisibiliza a existência de outras experiências.

Até iniciarem as ocupações da UFC, nada tinha sido publicado nos jornais sobre ocupações universitárias no Ceará – mesmo já estabelecidas na Reitoria da Universidade Regional do Cariri, no Crato; e do Campus Iguatu do Instituto Federal do Ceará. Neste caso, percebemos como a localização geográfica é fator decisivo para representação dos jornais. (MACÊDO JR, 2017<sup>a</sup>, p. 76)

Na medida em que a primeira é registrada com matérias de densidade e abordando intervenções específicas, às ocupações no interior cabe apenas a figuração no segundo momento, como parte da ampliação de um processo iniciado na capital – o que não corresponde a ordem dos acontecimentos.

Dentre as 7 matérias em que as experiências interioranas são versadas – 6 de O Povo e 1 do Diário do Nordeste – apenas duas apresentam destaque e profundidade, sendo que uma sobre a deflagração de ocupação no campus Crato da UFCA e a outra sobre um caso de violência no campus Juazeiro do Norte, todas as demais aparecem como citação, referenciando a existência dentro de matérias que, no todo, aprofundam algo sobre as mobilizações na UFC – destacamos a instituição pois entendemos que

é importante atentar-se que não se trata apenas de uma questão sobre Fortaleza, dado que as articulações discentes do IFCE Aldeota também seguiam invisíveis; enquanto a Greve Estudantil da UFC em Fortaleza, sozinha, dispunha de 22 matérias (15 de O Povo, 7 de Diário do Nordeste) neste período. (MACÊDO JR; NUNES, 2017, p. 10)

### **3.1.2. Representação Social**

Ao sistematizarmos os elementos conjugados no ciclo metodológico da pesquisa monográfica, empenhamos esforços para tecer a imagem pública construída pelas produções jornalísticas analisadas. Atendemos ao convite de Freire Filho (2016, p. 65) que, ao estudar a representação de minorias nos veículos de comunicação, ensina a importância em “se interrogar sobre a origem destas imagens social e ideologicamente motivadas, por que elas perduram e são produzidas”.

Sobre a representação social de estudantes, atentamos a recorrência de emprego do termo 'alunos'. Palavra de origem latina que significa 'lactante, criança de peito' para conotar que se trata de sujeito que não dispõe de conhecimento suficiente, para caminhar sozinho (LEWIS; SHORT, 1958), quando aplicado ao caso, gera compreensão de que estudantes-ocupantes não sabem o que fazem; são imaturos; ou, ainda, são facilmente influenciáveis<sup>51</sup>.

Encontramos na representação social dos estudantes-ocupantes, no Ceará, o mesmo que Cláudia obteve, ao estudar sobre a figuração de estudantes em 1968, 1988-1992 e 2013 em produtos jornalísticos cariocas. Apesar de tempos históricos diferentes e do fato de estarmos tratando de localidades com realidades socioeconômicas díspares, é cabal sinalizar que as lentes do jornalismo registram participação juvenil em atos políticos como “uma espécie de rebeldia, fúria e transgressão típicas dos mais jovens” (PEREIRA, 2016, p. 17) justificadas pelos jornais como causas da “típica rebeldia juvenil, o inevitável embate geracional e, por fim, as explosões hormonais comuns nesta fase da vida”.

Outra relação está em torno dos perfis. A representação das ocupações contém apenas estudantes de graduação, anulando a participação política e sem nenhuma menção aos discentes dos Programas de Pós-Graduação que ocuparam e paralisaram atividades neste período, a exemplo: Comunicação/UFC, Psicologia/UFC e Saúde Coletiva/UFC.

---

<sup>51</sup> - Para além da possibilidade de tratar-se de emprego demasiado do termo 'aluno' para dinamizar o texto jornalístico, optamos por não abandonar o preceito onde o jornalismo é responsável pelas cargas simbólicas das mensagens que emite.

Nisto, os jornais reconhecem estudantes como sujeitos protagonistas do movimento; apesar de pouca participação nos espaços de fala dos periódicos. Nenhuma matéria de DN traz aspas com falas estudantis. Em OP, 8 das 15 matérias analisadas contam com participação dos ocupantes. O pouco espaço restrito à participação estudantil continha, em maioria, falas agitativas associadas a verbos dicendi que reforçavam a caracterização do estudante-ocupante como uma figura pitoresca e alegórica de nossos tempos. Existiram, ainda, falas evasivas registradas nas publicações.

Confirmamos, aqui, a necessidade em “ouví-los, explicar práticas e focar esforços a fim de representá-los de forma que o sujeito abordado sinta-se percebido e, na mesma perspectiva, se reconheça na fotografia gerada sobre ele” (MACÊDO JR, 2017a: 75).

Já sobre o ato de ocupar, os registros norteiam a PEC/55 como motivo pelo qual estudantes toavam ocupações. Entretanto, ‘Fora Temer’ é a outra bandeira política do movimento e que, dentre todas as matérias, só aparece em uma aspa estudantil. Em trabalho nosso, constatamos que os dois motivos tem igual peso na orientação estudantil sobre a decisão em ocupar - conforme notas de deflagração; entretanto, o segundo não é jamais mencionado na apuração jornalística. Não consideramos natural que, dentre 29, apenas uma exponha – e de forma indireta – uma das questões causais da incidência juvenil.

A ruptura com o cotidiano provocada pautava os jornais em inúmeras formas, considerando o fluxo ininterrupto de debates, oficinas e espaços de produção de conhecimento sob nova ordem – pouco pautadas. Em medida oposta, ações que causavam ônus ao bem estar social, como atos de rua e os marcos inaugurais de ocupação conseguiram espaço – não os explicando, mas denotando o prejuízo e ofertando saídas: indicando vias de fuga no trânsito e afins.

Dito isto, é justo reconhecer que os jornais se dedicaram a cobrir as manifestações, nos termos de Champagne (1998, p. 179), “para espicaçar a curiosidade dos leitores e aumentar suas tiragens”.

### **3.2. Soltando a voz nas redes sociais**

Com ponderações críticas e discordantes das versões tendenciosas pelo jornalismo cearense, estudantes universitários dispõem o conteúdo em páginas de Facebook orientados a disputar a memória social a ser produzida sobre eles e sobre a ação política que

desenvolveram, como evidencia o nosso trabalho de etnografia militante (MACÊDO JR, 2018) publicado em livro-reportagem.

Selecionadas as páginas a constituírem o objeto sob análise, sendo: @ocupaifce, @ocupaurca2016, @greveestudantilUFC, @ocupaufca, @ocupartes e @ocupaunilab – já detalhadas anteriormente – nos dedicamos à sistematização das postagens nelas contidas.

Como técnica de pesquisa para conformação do corpus para os estudos, realizamos extração de informações das páginas supracitadas através do sistema Netvizz em dezembro de 2018 para contraposição das informações e compilação de dados estruturados capazes de responder aos anseios deste trabalho. Assim, sistematizamos todo o conteúdo referente ao período de 20 de outubro de 2016 à 18 de janeiro de 2017 – que demarca do registro do primeiro post sobre o assunto nas páginas do IFCE Iguatu ao dia de encerramento da ocupação da Reitoria da URCA. Estas informações são estruturais neste trabalho e serão utilizadas segundo variadas metodologias dos estudos em comunicação a serem adotadas e descritas na sequência destes escritos.

### ***3.2.1. Dos usos e formatos***

Estamos lidando com um universo demarcado por interações entre usuários e conteúdos mediados por páginas em ambiência virtual e, entendendo o caráter de agendamento e tecitura narrativa nas postagens, seguiremos, neste trabalho, as orientações propostas por Bardin (2011) para Análise do Conteúdo, adotando a completude dos posts realizados pelas páginas no período de uso como objeto para análise – descartando, por sua vez, a possibilidade de técnicas amostrais e os conteúdos publicados por outros usuários na timeline que não o enunciador da página.

O primeiro passo para esta operação foi o arquivamento do conteúdo – entendendo que as possibilidades de interação com o conteúdo permanecem ativas – se deu na tabulação dos dados outrora extraídos pelo Netvizz, a fim de serem explorados no traçado metodológico. Ainda naquele momento, realizamos as primeiras leituras flutuantes de modo a tatear o terreno em que estamos lidando e identificar primeiros padrões e indicadores. Ao prepararmos o material para análise, temos 890 postagens distribuídas em:

Tabela 1 – Distribuição dos posts nas páginas de ocupações

PÁGINA			POSTS
@greveestudantilUFC	UFC	Fortaleza	205
@ocupaifce	IFCE	Iguatu	103
@ocupartes	IFCE	Fortaleza	129
@ocupaurca2016	URCA	Crato	120
@ocupaufca	UFCA	Crato e Juazeiro	194
@ocupaunilab	UNILAB	Redenção	139

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019).

Bardin (2011, p. 101) acertou ao demarcar que a fase de exploração do material é “longa e fastidiosa”, sobretudo considerando a quantidade expressiva dos itens a ser codificado. Neste processo, definimos unidades de classificação segundo critérios de formatos – com atenção à gradação de componentes entre vídeos, imagens, links e apenas texto nas postagens; de composição – buscando as referências estratificadas dos usos de cada formato; e de finalidade narrativa – adotando como critério as intencionalidades de uso das composições orientadas ao público alvo. Para, à luz destes, revisitar todas as postagens já extraídas a fim de crivar o conteúdo e, disso, sistematizar dados.

Na medida em que as publicações se orientavam a difundir informações na plataforma e ampliar a rede de seguidores para disputar a imagem pública sobre as ocupações, elas se estruturam, sobretudo, a partir de conteúdos produzidos e/ou compartilhados de outros canais em formatos distintos. Nisto, a adoção quanto ao formato se dá nesta disposição:

Tabela 2 – Formato das postagens

PÁGINA	CONTEÚDO POR POSTAGEM							
	Imagens		Link		Vídeo		Apenas Texto	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
@greveestudantilUFC	155	75,6%	32	15,6%	9	4,4%	9	4,4%
@ocupaifce	73	70,9%	6	5,8%	20	19,4%	4	3,9%
@ocupartes	105	81,4%	8	6,2%	4	3,1%	12	9,3%
@ocupaurca2016	86	71,7%	5	4,1%	9	7,5%	20	16,7%
@ocupaufca	150	77,3%	12	6,2%	10	5,2%	22	11,3%
@ocupaunilab	96	69,1%	11	7,9%	10	7,2%	22	15,8%

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019).

Temos a predominância do formato visual em imagens estáticas na plataforma em todos os canais. Com exceção a @ocupaunilab, todos os demais superam a marca de 70% na predominância de imagens frente ao substrato total do conteúdo. Esta é uma concentração importante sobre usos da plataforma e definição estética da performance virtual em tempos que o consumo de informação em redes é um processo fugaz e em curto espaço de tempo.

O segundo formato mais adotado para @ocupaunilab, @ocupaufca, @ocupaurca2016 e @ocupartes está na expressão de texto como única ferramenta em postagens em valores que superam os 10% para os três primeiros. Já @greveestudantilUFC opta pelo formato em links como segunda via e @ocupaifce pela expressiva adoção de vídeos que, de longe, é o que mais emprega o formato.

Para não entrarmos em impressões rasas sobre estas categorias, devemos aprofundá-las a fim de discutir cada item, considerando suas nuances e particularidades. Nisto, queremos nos debruçar primeiro sobre alto uso de imagens que, ainda, revela nesta pesquisa uma tática fundamental exercida pelas comissões de comunicação para construção da figuração pública que as páginas se propõem.

### *3.2.1.1. Das imagens*

Estes conteúdos se dividem, quanto à composição, em dois tipos: no primeiro, agrupamos os cards de feitura publicitária; no segundo, reunimos os registros fotojornalísticos. Nivelamos o conteúdo presente nestes indicadores a partir dos caracteres do conteúdo e suas finalidades narrativas. Em card, estabelecemos as seguintes categorias: ‘Programação’ o chamado público para atividades realizadas nos espaços ocupados; ‘Notas’ exprimem posicionamentos políticos, tecem pontes de solidariedade e divulgam conquistas; ‘Campanha’ trata das ações de solicitação de apoio de doações para manutenção das ocupações; ‘Meme’ é voltado à comicidade sobre assuntos correlatos; ‘Explicativo’ reúne publicações voltadas a justificar a ação e denunciar o status estrutural das universidades; ‘Cartoon’ agrega a comunicação por meio de expressões visuais e, por fim; ‘Gestão’ orientada ao manejo do suporte, como troca de capas e outras fundamentações – registrada na figura 6.



Figura 6 – Categorias das Fotografias



Fonte: Páginas no Facebook das ocupações (2018)

Deste modo, ao tabular as categorias, realizamos a classificação das postagens seguindo essa tipologia para quantificação destas e, assim, produzindo instrumentais para a realização das análises propostas neste trabalho. Uma questão importante a ser destacada neste momento, quanto a execução metodológica, é: na medida em que publicações com imagens constituem o maior agrupamento de corpus, permite, por um lado, maior complexidade na análise destes; por outro, este mesmo quesito não é possível nas demais em decorrência da quantidade mínima disponível no estudo. Ao classificarmos, temos:

Tabela 3 – Composição e finalidade das imagens

	PÁGINAS DAS OCUPAÇÕES EM											
	UFC	IFCE				URCA	UFCA	UNILAB				
		Iguatu		Fortaleza								
<b>CARDS</b>	<b>125</b>	<b>79,9%</b>	<b>47</b>	<b>64,3%</b>	<b>71</b>	<b>67,7%</b>	<b>52</b>	<b>60,5%</b>	<b>83</b>	<b>55,3%</b>	<b>66</b>	<b>68,8%</b>
Programação	109	70,4%	34	46,6%	50	47,6%	32	37,2%	75	50%	55	57,2%
Nota	5	3,2%	5	6,8%	3	2,9%	1	1,15%	1	0,6%	1	1%
Campanha	1	0,6%	---	---	4	3,8%	1	1,15%	1	0,6%	---	---
Meme	1	0,6%	2	2,7%	3	2,9%	---	---	---	---	3	3,2%
Explicativo	1	0,6%	---	---	2	1,9%	14	16,4%	2	1,4%	2	2,1%
Gestão	7	4,5%	6	8,2%	6	5,7%	4	4,6%	4	2,7%	3	3,2%
Cartoon	---	---	---	---	3	2,9%	---	---	---	---	2	2,1%
<b>FOTOGRAFIA</b>	<b>30</b>	<b>20,1%</b>	<b>26</b>	<b>35,7%</b>	<b>34</b>	<b>32,3%</b>	<b>34</b>	<b>39,5%</b>	<b>67</b>	<b>44,7%</b>	<b>30</b>	<b>31,2%</b>
Cotidiano	7	4,5%	9	12,4%	27	25,7%	20	23,3%	60	40%	11	11,4%
Ato de Rua	2	2,1%	1	1,4%	---	---	2	2,3%	1	0,6%	---	---
Demarcação	12	7,7%	6	8,2%	4	3,8%	6	7%	3	2%	4	4,2%
Dem. Externa	---	---	3	4,1%	---	---	2	2,3%	---	---	9	9,3%
Mobilização	9	5,8%	1	1,4%	3	2,8%	4	4,6%	2	1,4%	4	4,2%
Mob. Externa	---	---	2	2,7%	---	---	---	---	1	0,6%	---	---
Natureza	---	---	4	5,5%	---	---	---	---	---	---	---	---
Históricas	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2	2,1%
<b>TOTAL</b>	<b>155</b>		<b>73</b>		<b>105</b>		<b>86</b>		<b>150</b>		<b>96</b>	

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019).

Primeiro, percebemos como cards são maioria das imagens postadas em todos os cenários, chegando na linha do extremo de 80% no caso da UFC. Com atenção a este índice, notamos que a categoria com majoritária expressão é a de ‘Programação’, alcançando métricas superiores a 50% em @ocupaunilab com 57,2% e @greveestudantilUFC com 70,3% no quadro total de imagens dessas páginas e tendo apenas @ocupaurca2016 com valores inferiores a 45%.

Na medida em que convida para agendas voltadas à produção de conhecimentos nas ocupações, limita-se à baixa expressão de posicionamentos políticos via notas ou de processos explicativos sobre as ocupações. Os valores de cards ‘Explicativos’ são ínfimos

quando comparados aos de ‘Programação’ e, nisto, apenas @ocupaurca2016 obtém razão numérica que possui a segunda casa decimal neste quesito.

@ocupaurca2016 também possui um alto valor em ‘Programação’, marcado em 36,2%. Contudo, diferente das outras páginas, se dedica a radicar campanha de diálogo em redes sobre as motivações políticas que impulsionam a ação. O número diminuto de postagens de cunho ‘Explicativo’ nas outras páginas revelam, assim, que estas mais apelavam para uma política paliativa voltada a reduzir os efeitos da criminalização decorrente da ação, ofertando serviços e com reduzida tônica política ao invés de travar o debate público sobre os impulsionadores da ação. Esta correlação nos faz perceber que não existia uma pulsão pública de ode as ações como ‘tomadas de poder’, mas uma insessante produção de peças para defender e legitimar as ocupações.

É justo notar, ainda, que meme é um artifício pouco explorado e os que foram publicados, em todos os casos, são produções de agentes externos às ocupações – e, inclusive, de outros estados.

O uso restrito de fotografia está relacionado não a uma baixa valorização da pragmática contemporânea discutida por Susan Sontag (2004, p. 16), ao dispor da relação humana com a fotografia onde mecanismos visuais “fornecem um testemunho” de experiências, mas pela articulação de medidas protetivas aos ocupantes frente à criminalização iminente – o que não impediu, entretanto, a fotografia de rostos dos ocupantes.

Dentre as fotografias, o registro do Cotidiano é uma categoria majoritária neste índice. Com exceção a UFC, única que não atinge a segunda casa decimal na porcentagem total entre imagens, a categoria desponta a construção de sentidos sobre o uso comum das ocupações. @ocupaufca é quem melhor assume esta envergadura, ao calcular 40% das imagens voltadas a esta finalidade com cobertura fotográfica da ampla maioria das atividades realizadas. Em ampla maioria, a expressão do cotidiano é o registro fotográfico da programação divulgada – reforçando, assim, o sentido narrativo de abertura das ocupações, de zelo com o espaço e de não-violência que, na constância, estabelece esse paradigma como a normalidade do espaço ocupado.

Ao somar os valores dos cards de ‘Programação’ e das fotografias de ‘Cotidiano’ e estabelecer valores abissais em todos os cenários, nos permite dizer que a função central das páginas estava voltada a ecoar uma ideia de normalidade, para dirimir criminalização do que se propunha a versar sobre os marcadores políticos que fundamentavam a ação.

As medidas de ‘Demarcação’ e de ‘Mobilização’ são capazes de romper lógicas cotidianas e, quando somadas, apenas em @greveestudantilUFC alcança mais que 2 dígitos

com 13,5% do total de postagens com imagens. Identificamos que os atos de rua pouco aparecem nas páginas, mesmo sendo um momento político bastante aquecido e midiático, propício ao agendamento dado o caráter frequente e grandiosos em todas as cidades em que ocorreram. A baixa quantidade de registro, por sua vez, denota pouco tato com a prática de comunicação contrahegemônica no sentido de furar as brechas. Não que estes ensinamentos sejam novos – há muito o MST já produzira táticas como os famosos bonés vermelhos para identificar a multidão em coberturas aéreas de ocupações de terras e, assim, ampliar sentidos sobre a representação de si – mas que não existiu atenção em beber das fontes ou de atentar-se a construção de tática neste sentido.

Se esses valores são pequenos, não podemos passar despercebido que @ocupaunilab mais compartilha ações de ‘Demarcação’ e de ‘Mobilização’ externas a instituição do que divulga as ocorridas na própria Universidade. @ocupaifce e @ocupaurca também realizam a ação de modo notório, mas os valores não superam as marcas da ação local. Uma observação que não queremos perder de vista é: em todos esses casos, nenhuma externa diz respeito à outra experiência cearense. Apenas @ocupaufca realiza um post, fazendo alusão a mobilização das federais no estado – sendo este o único caso do tipo.

Note-se, ainda, o caráter pontual presente em cards de ‘Cartoon’ e nas fotografias de ‘Natureza’ e de caráter ‘Histórica’, sendo lidas como usufruto das características sociais e técnicas dos territórios em que estas se expressam.

### 3.2.1.2. *Dos vídeos*

Em decorrência da quantidade restrita de itens para análise, optamos aqui em não estabelecer crivos quanto à composição deste formato. Deste modo, destacando maiores atenções a finalidade narrativa.

Aqui, exploramos as categorias ‘Imagens cotidianas’ para agrupar peças audiovisuais voltadas ao registro das práticas comuns nas ocupações; ‘Falas explicativas’ para aqueles que se firmam na exposição de argumentos que justificam as ocupações; ‘Agitativos’ voltados à disseminação de paródias, memes e palavras de ordem; ‘Denúncias’ que expõem questões estruturais da Universidade e justificam a medida de ocupação; ‘Debate’ que registram debates realizados nas ocupações e, por fim; ‘Externos’ que se capilariza na reprodução de vídeos sobre outras experiências de ocupação. Deste modo, calculamos:

Tabela 4 – Finalidade dos vídeos

VÍDEOS	PÁGINAS DAS OCUPAÇÕES EM											
	UFC	IFCE				URCA	UFCA	UNILAB				
		Iguatu	Fortaleza									
Imagens Cotidianas	2	22%	7	35%	2	50%	3	34%	4	40%	1	10%
Falas Explicativas	3	33%	3	15%	1	25%	---	---	4	40%	1	10%
Agitativos	4	45%	2	10%	---	---	1	11%	1	10%	1	10%
Denúncias	---	---	2	10%	---	---	2	22%	---	---	---	---
Debate	---	---	3	15%	---	---	2	22%	1	10%	2	20%
Externos	---	---	3	15%	1	25%	1	11%	---	---	2	20%
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>		<b>20</b>		<b>4</b>		<b>9</b>		<b>10</b>		<b>10</b>	

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019).

Todos feitos por celular, o uso de vídeos se mostra em quantitativo expressivo no IFCE Iguatu somando em 19% do total de postagens deste espaço. Nos demais, expressa números abaixo de 10%. Esta relação confere que, para a maioria, o formato audiovisual não está localizado no centro da tática para uso das páginas e surge, sobretudo, com ‘Imagens Cotidianas’. Esta última foi a única categoria a estar presente em todas as páginas e com a maior quantidade de amostras, segundo notamos ao somar o quantitativo de cada categoria.

Figura 7 – Categoria ‘Imagens Cotidianas’ em Vídeo



Fonte: @ocupartes (2017)

A segunda categoria com maior adesão é a de ‘Falas Explicativas’. Para além de ampliar as dimensões de acessibilidade a exemplo do vídeo em Libras disponibilizado por @greveestudantilUFC, a ideia de falas direcionadas e de diálogo mediado estabelece que esta possibilidade seja adotada neste formato. Podendo suprir, em alguma medida, a demanda por afirmativas de pautas deixadas no conjunto das imagens. Não por acaso, a única página que não se propôs a produzir vídeos com falas explicativas foi @ocupaurca2016 – mas, por sua vez, ofertou um conjunto de cards com este fim.

Quanto aos ‘Agitativos’, diziam respeito sobretudo a paródias. Um bom exemplo é o Funk da História, produzido na Universidade Federal do Ceará, publicado no Youtube e compartilhado em @greveestudantilUFC. Apenas um meme em audiovisual foi identificado, postado por @ocupaunilab. Outro fator importante nesta categoria é a circulação do vídeo em caráter de palavra de ordem produzido na Faculdade de Educação da UFC que percebemos publicado na @ocupaurca2016, @ocupafce e @greveestudantilUFC – sendo este o único caso de circulação de audiovisual entre as experiências do Ceará.

O uso do formato audiovisual por transmissão ao vivo foi utilizado apenas nas experiências interioranas – e em todas elas – replicando os debates na plataforma, possibilitando conexões dos usuários ao conteúdo e arquivando o registro. Os vídeos com denúncias também sofrem recorte territorial, notando-se no sul do Ceará nas experiências de @ocupafce e @ocupaurca2016.

Quanto aos ‘Externos’, é importante dizer que todos dizem respeito à experiência de outros estados e que eram compartilhados aliado a textos que evocavam o sentido de ampla nacionalização das ocupações. Tomamos nota de apenas um registro sobre as ocupações chilenas dos secundaristas conhecida como a Revolta dos Pinguins em @ocupaunilab – inclusive, única quando comparada entre todos os formatos.

### 3.2.1.3. *Dos links*

Aqui também tivemos uma quantidade diminuta de itens para análise e, por isso, decidimos focar na finalidade narrativa despontada no conteúdo, sem estabelecer maiores relações quanto à composição detalhada destes.

Assim, nos debruçamos sobre as categorias ‘Jornalística’ que diz respeito às produções primadas sob método jornalístico em canais privados voltados a disposição de conteúdo sob dinâmicas locais e nacionais; ‘Institucionais’ com matérias produzidas pelos

sites das Universidades ocupadas; ‘Embasadores’ que assumem tônica argumentativa em defesa das ocupações; ‘Mobilização’ agrupando circulação de conteúdo disposto na plataforma por outros canais e perfis; por último, as de ‘Engajamento’ que oferece mecanismos para adesão em modo interativo.

Nesta composição, temos:

Tabela 5 – Finalidade dos links

LINKS	PÁGINAS DAS OCUPAÇÕES EM											
	UFC	IFCE				URCA	UFCA	UNILAB				
		Iguatu	Fortaleza									
Jornalística	7	21,9%	---	---	4	50%	2	40%	1	8,3%	5	45,4%
Institucionais	1	3,1%	1	16,7%	---	---	---	---	1	8,3%	1	9,2%
Embasadores	3	9,3%	2	33,3%	2	25%	1	20%	3	25%	---	---
Mobilização	17	53,2%	1	16,7%	2	25%	1	20%	7	58,4%	5	45,4%
Engajamento	4	12,5%	2	33,3%	---	---	1	20%	---	---	---	---
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>		<b>6</b>		<b>8</b>		<b>5</b>		<b>12</b>		<b>11</b>	

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019).

Os links compartilhados são, sobretudo, matérias jornalísticas que discutem sobre a PEC 55/2016 ou que reforçam publicamente uma construção de sentidos sobre as ocupações. Nisto, são utilizadas na finalidade de legitimar os discursos produzidos através da chancela dos usufrutos de poderes do jornalismo. A página da UFC é a que mais explora o artifício, adotando este em 15% das publicações realizadas.

Quanto à alcunha ‘Jornalística’, tivemos o cuidado de estabelecer um crivo mais detalhado em torno de matérias compartilhadas que versavam especificamente sobre as ocupações sendo esta a com maior adesão em compartilhamentos. Além destas, notamos que @ocupaunilab e @greveestudantil UFC compartilham matérias sobre ocupações em outras instituições de ensino, 2 e 1 respectivamente; matérias sobre outros assuntos fora da esfera discutida são compartilhadas uma em cada página, com excessão a @ocupaurca e @ocupartes. Já sobre produções opinativas, temos o compartilhamentos de 2 exemplares em @greveestudantilUFC e um em @ocupaunilab.

As publicações institucionais se constituem de informes públicos sobre a

adequação de calendários acadêmicos ou de publicações anteriores que são utilizadas por estudantes como mote de argumentação e cobrança. Os ‘Embaixadores’, nesta via, se fundamentam como suporte de advocacy para manutenção das ocupações. Deste último, é importante notar as contribuições da Defensoria Pública da União e a circulação da cartilha por eles produzida que, no manejo do conteúdo, percebemos publicada em quase todas as páginas – com exceção a @ocupaunilab – e sendo, por vezes, o único embaixador como em @ocupaurca2016. Outro embaixador foi o único panfleto mapeado na pesquisa, desenvolvido pela Comissão de Comunicação do Comando de Greve da UFC que fora publicado no Issuu<sup>52</sup> e disponibilizado em @greveestudantilUFC.

Sobre ‘Mobilização’ é importante notar que essa é a única categoria adotada por todas as páginas. Não por acaso, uma vez que se constitui de ferramentas margeadas pela Plataforma. A maior expressão nesta categoria está compartilhamentos de links de outras páginas decorrentes de unidades ocupadas na instituição a fim de divulgar os canais, a exemplo dos notórios 12 casos contabilizados em @greveestudantilUFC.

Engajamento é o menos explorado dentre as categorias propostas. Trazemos com destaque a aplicação de jogo chamado ‘Faça sua PEC’<sup>53</sup> desenvolvido por estudantes-ocupantes do curso de Sistemas e Mídias Digitais que estimulava o usuário a escolher medidas públicas a serem propostas ao parlamento e apresenta, em resposta, a votação dos parlamentares e a correlação de forças no legislativo em apoio ou abandono daquela plataforma política – uma ótima aplicação pedagógica para discutir interesses, e-democracia e interesse público. Naquele período, a plataforma não estava preparada para publicação de imagens animadas em extensão .gif e, por isso, elas eram postadas como links. Em todos os casos notados, elas cumpriam papel de meme e voltado ao engajamento do usuário.

#### 3.2.1.4. *Dos textos*

Nesta etapa, trataremos apenas das publicações compostas apenas por textos sem recursos multimídia. Mais uma vez, temos neste formato um número relativamente pequeno quando comparado aos demais, razão que impulsionou a opção por dedicar esforços analíticos na finalidade narrativa constate no conteúdo em detrimento da composição dos ítems.

---

<sup>52</sup> - Disponível em: [issuu.com/maxrodrigues1/docs/folder](https://issuu.com/maxrodrigues1/docs/folder)

<sup>53</sup> - Disponível em: [gamejolt.com/games/faca-sua-pec/217655?fbclid=IwAR1K\\_dNpVktZY\\_dRNghNxRkMY\\_muPtROgl-N\\_p9u6L0CrYAMtQDWo6upZhNM](https://gamejolt.com/games/faca-sua-pec/217655?fbclid=IwAR1K_dNpVktZY_dRNghNxRkMY_muPtROgl-N_p9u6L0CrYAMtQDWo6upZhNM)

Para tal, compilamos as categorias ‘Informe’ para tratar de notícias; ‘Programação’ para esboçar divulgação de atividades; ‘Nota’ para expressão de posicionamentos públicos; ‘Meme’ para reunir os conteúdos de efeito cômico; e, para fechar, ‘Campanha’ para doação de itens.

Nesta composição, temos:

Tabela 6 – Finalidade dos textos

	PÁGINAS DAS OCUPAÇÕES EM											
	UFC	IFCE				URCA	UFCA	UNILAB				
		Iguatu	Fortaleza									
<b>LINKS</b>												
Informe	3	33,3%	1	25%	4	33,3%	4	20%	7	31,8%	7	31,8%
Programação	4	44,5%	2	50%	3	25%	6	30%	9	40,9%	11	50%
Nota	2	22,2%	1	25%	3	25%	9	45%	4	18,2%	3	13,7%
Meme	---	---	---	---	---	---	---	---	2	9,1%	---	---
Campanha	---	---	---	---	2	16,7%	1	5%	---	---	1	4,5%
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>		<b>4</b>		<b>12</b>		<b>20</b>		<b>22</b>		<b>22</b>	

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019).

Com exceção ao ‘Meme’, percebemos que a adoção deste formato se dá frente a um conjunto de informações urgentes, pouco planejadas e dispostas na rede como fruto do imediatismo e da necessidade de, brevemente, circulá-las. Esta categoria, por sua vez, é bem pouco expressiva e aparece apenas em @ocupaufca em arranjos textuais voltado a arrancar risos e engajamento.

Na ideia onde ‘existe algo fundamental a ser mostrado’, a formatação dos posts estava, em ampla maioria, relacionada a conteúdos que são postados de forma urgente e de expressão direta – a exemplo de uma convocatória de assembleia extraordinária para 30min depois, a exemplo de @ocupaunilab. Quando comparamos as publicações que dispõem de formatos visuais ao quantitativo de postagens com apenas texto, percebemos que, em todas as experiências, a adoção de imagens nas publicações é uma tática central para ampliar a difusão do conteúdo. Em outras palavras, estas publicações não existiriam, caso tivessem aparato ou tempo hábil para converter o texto em imagem para circulação.

Mais uma vez, o formato predominante é ‘Programação’ estabelecendo o chamado

para as atividades disponíveis nas ocupações. Vale atenção que, diferente dos cards, o chamado para reuniões e espaços privilegiados de decisão se deram, sobretudo, neste formato, somando três em @greveestudantilUFC, dois em @ocupaunilab e um em @ocupaufca e em @ocupaurca2016. É neste formato, ainda, que se dispõem o maior quantitativo de diálogos orientados em ‘Informes’ públicos e de posicionamentos em ‘Notas’, exprimindo, portanto, uma prática comum para exposição de ideias.

### 3.2.2. Da frequência de postagens e da narrativa resultante

Afinado ao percurso realizado até aqui, cruzamos os dados sobre a quantidade de posts realizados pelas páginas a cada dia, considerando a primeira data de uso como marcador inicial. Disto, sistematizamos:

Tabela 7 – Volume de postagens por dia

Página	IES	QUANTIDADE				
		0 posts	1 a 5 posts	6 a 10	11 a 15	16 a 19
@greveestudantilUFC	UFC	34	18	6	5	3
@ocupaifce	IFCE	24	50	---	---	---
@ocupartes	IFCE	4	38	3	---	---
@ocupaurca2016	URCA	39	43	1	1	1
@ocupaufca	UFCA	2	17	14	3	---
@ocupaunilab	UNILAB	28	19	5	3	1

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019).

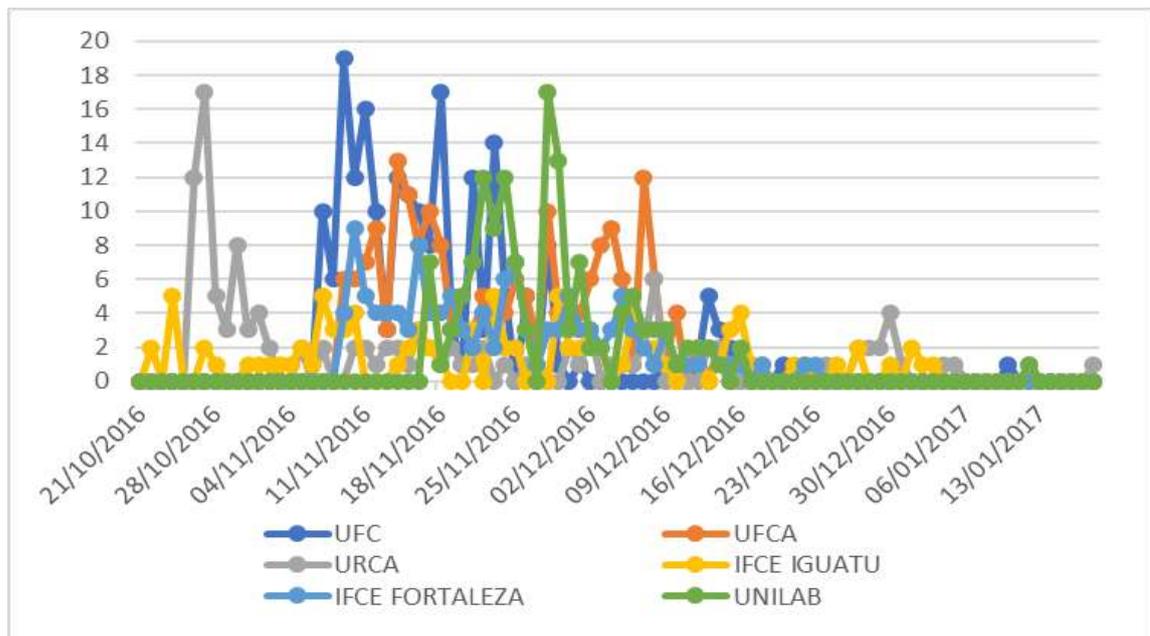
Primeiro, queremos tomar como recomendação postulada por Facebook ao orientar variável entre um e cinco postagens por dia como parâmetro, pois retroalimentam a mediação algorítmica da plataforma – conceito que aprofundaremos no terceiro capítulo. Estes caracteres em face a esta definição nos permitem observar em três vias: na primeira, nos debruçamos sobre a quantidade de dias sem postagens e percebemos em @ocupaunilab e em @greveestudantilUFC números maiores que o parâmetro estabelecido; enquanto, por sua vez, temos em @ocupaufca e @ocupartes uma expressão inferior a uma semana sem alimentação da plataforma.

Na segunda, atentamos ao excedente e percebemos que @ocupaufca tem o mesmo número de dias com quantidade de postagens aderentes ao parâmetro e que ultrapassam a recomendação. @ocupaunilab e @greveestudantilUFC possuem mais que a metade dos usos sugeridos. A este fenômeno dá-se o nome de overposting quando em, escala métrica, uma página realiza quantidade excedente de forma contínua em plataformas digitais.

A terceira está na aferição da desigualdade na distribuição do conteúdo entre os dias, de modo que as únicas páginas que realizaram mais de 16 postagens no mesmo dia são, em contrapartida, as mesmas que passaram mais dias sem publicar nada. Doravante, @greveestudantilUFC, @ocupaurca2016 e @ocupaunilab.

Para melhor extratificar o fluxo das postagens, temos:

Gráfico 1 – Fluxo de postagens das páginas



Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019).

Nesta visualização conseguimos perceber, de forma mais acentuada, os períodos de overposting e de baixa gerência dos canais. Temos um boom de saturação da timeline em quase todos os canais logo após o lançamento – com exceção a @ocupaiuce que nunca ultrapassa cinco postagens – e permanecendo assim 07 de dezembro, último registrado de overposting, praticado por @ocupaufca.

Diferente das redações jornalísticas nutridas por reuniões de pautas e planejamento estratégico que orienta a produção de sentidos e a costura narrativa sobre as coisas, as comissões de comunicação pouco se reuniam e encaminhavam as tarefas de forma

mecânica e pactuada em mecanismo de comunicação comum – a exemplo do que apuramos em entrevistas na composição da monografia. Nisso, a gestão das páginas possuía baixa curadoria do conteúdo e pouca – ou nenhuma – definição do traçado narrativo a ser compartilhado.

Nisto, oposto à análise dos jornais realizado na graduação, não temos aqui um circuito narrativo. Temos, por sua vez, um apanhado majoritário de conteúdo ofertado diariamente com convites a programações e com registros fotográficos destas que convencionam uma condição comum quanto ao maquinário industrial da geração de saberes. Notamos na configuração do conteúdo que esta era a única narrativa planejada de forma seriada e executada fielmente em todos os casos, pois a ampla adesão à tática de divulgação das ações abertas nas ocupações confere uma costura de sentidos voltada a dirimir à criminalização que as ocupações tendiam a sofrer, atribuindo, assim, o sentido de normalidade ao espaço acadêmico. Apesar de se nutrir em debates oficinas incomuns ao currículo das instituições, o chamado ao debate público permitia a justa construção de narrativa onde o espaço continuava exercendo seu papel: produzindo conhecimentos.

A ausência de campanhas articuladas em torno de alguma pauta específica ou de apontamentos políticos mais constantes nos faz concluir que o exercício de comunicação pública, por sua vez, pode ser majoritariamente envolta à postura defensiva aqui discutida em detrimento da possibilidade de estabelecer maiores considerações nos canais construídos sobre a forma que percebem a conjuntura e o mundo que os rodeia.

A presença massiva dos serviços de programação frente à notória ausência de políticas de comunicação e agitação da política assumem duas conotações: na primeira, configura uma noção de cotidiano que torna as ocupações mais próximas à prática de cidadania do que de desobediência civil – de modo que a centralidade em dizer que existiam atividades sucumbiu, por exemplo, à narrativa sobre paralisação das atividades e a articulação de ações de demarcação e de pressão pública em torno das pautas defendidas. Na segunda, corrobora para o esvaziamento da política nos canais pensados para o diálogo público.

É justo, portanto, aferir após análise do conteúdo que a narrativa construída pelos estudantes eixa-se em: a) o estabelecimento das ocupações nas universidades com demarcação da política nos dias iniciais de ocupação; b) oferta de programação e construção de imagem pública de cidadania em relação aos usos dos espaços – maior período narrativo; que desemboca em c) acirramento no dia de votação em última instância da PEC 55, de 11 a 13 de dezembro; e finaliza com o d) encerramento e balanço das ocupações.

Assim, @ocupaufca finalizando atuação em 14 de dezembro com 1037 seguidores; @greveestudantilUFC encerrou suas atividades em 17 de dezembro com 5558 seguidores; @ocupartes concluiu trabalhos em 21 de dezembro com 781 seguidores; @ocupaifce fechou expediente em 03 de janeiro com 567 seguidores; @ocupaunilab dirimiou trincheiras virtuais 12 de janeiro com 664 seguidores e @ocupaurca2016 hasteou bandeira em 18 de janeiro com 1006 seguidores.

### ***3.2.3. Da representação social***

Considerando os itens discutidos até aqui e o conjunto do conteúdo analisado, notamos, na narrativa construída nos canais de comunicação pública das ocupações, a constituição de representação social em três vias: sobre o estudante, sobre o ato de manifestação política e sobre a ação de ocupação.

Temos em @greveestudantilUFC, @ocupaufca, @ocupaunilab, @ocupaifce e @ocupartes uma representação social margeada em disputa dentro dos marcadores do sistema político. Tomando, por sua vez, uma representação do ato de ocupação como uma ação cidadã voltada à defesa de direitos sociais e em conformidade aos preceitos legais, apoiando-se, essencialmente, na construção de imagem pública de bom convívio e diálogo. Estabelecem uma configuração de ocupação como um espaço aberto a partir da manutenção da produção de conhecimento nas Universidades, só que, naquele momento, com o convite público a todos que queiram se fazer presentes.

Representam o ocupante como um cidadão em exercício de direitos e a manifestação política como um critério para justaposição de um sistema democrático. Balizam-se em torno de uma representação média que mais exprime a importância da ação empreendida do que os motivadores desta sem demarcar uma orientação política e pouco visibilizando as organizações políticas que construíram as ocupações.

Em @ocupaurca2016, temos uma representação antissistêmica e de ruptura. É comum, no texto, críticas inflamadas ao ordenamento do Estado e às dinâmicas democráticas. Entende e nomeia a ação como um precursor revolucionário, representa o estudante como o dono de todo poder, quando se propõe à ação coletiva, renega valores de cidadania em exposição a versadores políticos que conflitam entre anarquismo e stalinismo com frequentes formações políticas demarcadas nestes radicais. Versa sobre manifestação política como ação urgente e pautada essencialmente na demarcação do ódio de classes, estimulando ações como

o achincalhamento e a queima de um boneco com o rosto de Temer na entrada do Campus. Provoca, ainda, o enunciado pela página como única verdade possível em detrimento da negação invariável do apurado por jornalistas ou do que fora dito em outros canais.

### **3.3. Recorrência e significados contextuais**

Para tatear os significados construídos pela cobertura jornalística e pelas produções dos estudantes-ocupantes sobre a onda de tomadas, selecionamos os eixos identificadores que sinalizavam recorrência nas matérias e relacionamos com a conceituação teórica. Destacamos quatro que avaliamos recorrentes: ocupação, protesto, diálogo e criminalização.

Ao nos debruçarmos sobre ‘ocupação’, constatamos que as inserções nas matérias não dialogam com a conceituação proposta por Harvey (2012) de que são agentes políticos urgentes e coletivos dado que imprimem à imagem de ações resultantes de grupos fracionados e não-representativa de uma decisão coletiva; e, em maior grau, quando o foco principal do enquadramento está nos ônus ocasionados, como a não-realização do ENEM na Faculdade de Educação da UFC. O destaque a avaliações críticas afastam o conceito do termo proposto por Marcuse (1999), Bianchi (2008), Zibas (2008), Harvey (2012) e Gohn (2013) ao conteúdo disposto na empregabilidade da palavra pelos jornais e aproximam, por sua vez, ao significado de ‘invasão’ – usado apenas uma vez em matéria de O Povo – a alternância entre os termos, portanto possui significados mínimos na mudança discursiva.

Com atenção ao versado em ‘protesto’, encontramos nas matérias de DN, o reforço à ideia de criação de problemas, a exemplo dos casos que afetam em mobilidade urbana; valendo salientar o papel do enquadramento na neutralização da dimensão política e legítima de uma manifestação, marca do conceito proposto por Alves (2012), que trata no sentido de “organização popular que questiona o status das diretrizes gerais e aplicadas do convívio em sociedades”, sem escantear as anotações de Peruzzo (2004) e Gohn (2013), ao referenciar cidadania como forma de exposição popular de divergência com as medidas tomadas pelos sujeitos que exercem poder de decisão. Em OP, surgem como serviço público e, por vezes, são anunciados sem explicar, por exemplo, os motivos que pautam a ação.

Paulo Freire (1993, p. 34) aposta em ‘diálogo’ como horizonte, “em qualquer hipótese, é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-

la, transformá-la”. Contudo, percebemos que a via escolhida na aplicação do termo se dá tem tom de negociação, barganha ou obrigação estabelecida; colocando-se de agitação oposta ao estímulo de construções e avaliações coletivas. É imprescindível constar registrado que, apesar da cobrança por diálogo, estudantes são os perfis que menos são convocados a fala – apesar de estarem no centro da representação.

Em ‘criminalização’, nos amparamos ao escrito por Sauer (2008, p. 2), onde

criminalizar não é utilizar a força policial para reprimir manifestações (tratar como 'caso de polícia'), mas é transformar (caracterizar ou tipificar) uma determinada ação em um crime. Utilizando mecanismos legais, a intenção é fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas (pela opinião pública, pelo órgão estatal responsável) como criminosos e bandidos (iniciativas feita à margem da lei).

Ao enquadrar ciclos de ocupações como medidas fora da ordem associadas à ruptura com a cidadania e ao estabelecimento de caos social, estabelecem às práticas e aos praticantes o lugar de alvos de criminalização. Observamos que o Sistema Verdes Mares apresenta uma abordagem mais agressiva e direta na expressão de posicionamento; enquanto no Grupo O Povo, de modo geral, percebemos que estas marcas estão mais enraizadas nas entrelinhas.

Diferente dos jornais, a medida de emprego nas páginas das categorias escolhidas e abordadas nesta etapa se alia em consonância aos autores e conceituações aqui propostas. De modo que temos, portanto, um embate de ideias, sentidos e narrativas para composição da compreensão desses tempos na memória social.

### **3.4. Das observações sobre os embates para produção de memória social**

Primeiro, é justo notar que as narrativas construídas pelos maiores grupos de comunicação do Estado e as empreendidas pelas ocupações universitárias estabelecem, no presente, uma disputa de narrativas nos termos até aqui discutidos. Esta, por sua vez, se volta ao futuro com consequências nas guerras culturais de nossos tempos – a ser debatido com mais profundidade à frente – e ao passado, ao estabelecer uma síntese sobre a memória a ser conjugada sobre determinados episódios. Esta relação, por sua vez, ocorre em face a um sistema social de marcante fluidez e alta circulação de informações que se contrapõem, inclusive, com informações falsas; nisto, a participação dos usuários e a interpretação que realizam se constitui em potente ferramenta que norteará expressão do resultado destes

fenômenos, como bem tratou Raquel Paiva (2003, p.54). Assim, evidenciamos, neste trabalho, a necessidade de maiores espaços de escuta investigativa da população, sob métodos de estratificação populacional, sobre os sentidos fins que elas conjugam sobre o caso.

É reconhecendo “que os sujeitos estabeleceram relações históricas com os meios, considerando que as apropriações focalizadas especificamente na investigação estão atravessadas pela trajetória de relações e de vínculos com outras experiências de apropriação midiáticas”, como faz Bonin (2016, p. 211), que entendemos o processo de produção de memória social está na contramão de um consumo sem questionamentos à notícia. O consumidor de informações está constantemente bombardeado de informações que circulam nas ruas e nas redes e, nisto, estabelece participação ativa na definição do que entende como real frente a versões divergentes. A adoção de critérios ideológicos, para o exercício de crivo, é fundamental e um importante delimitador sobre as relações de credibilidade em processos comunicativos. Por isso, debruçar-se sobre a produção de memória social pressupõe localizar a população em geral como objeto principal.

A prática que possui proximidade aos estudos de recepção e que busca entender a memória social que as pessoas conjugam sobre o ocorrido não é uma resultante deste trabalho – que não se propõe a isso. No entanto, esta pesquisa contribui para este passo futuro na medida em que sistematiza as versões aqui já expostas sem, contudo, se aprofundar nos critérios adotados pelas pessoas para escolha do relato que será tomado como verdade – sendo uma pista para trabalhos futuros do gênero. Neste caso, identificamos que a sistematização da narrativa dos contramovimentos em plataformas digitais e, inclusive, da ausência de informação e memória sobre o caso devem ser levadas em conta, ao se observar os embates de posições.

É inegável a posição de plataformas como Facebook, Instagram<sup>54</sup> e Twitter<sup>55</sup> para “novas oportunidades para a administração da visibilidade [...] possibilitando uma exposição pública numa escala e intensidade que nunca antes existiram, eles também trouxeram novos riscos” como outrora dissera Thompson (1998, p. 126). Tomar esta afirmativa nos faz exprimir dois caminhos importantes: no primeiro, entendendo a súpula trilhado nestas plataformas por movimentos sociais – como fizemos neste capítulo; e, no

---

<sup>54</sup> - Instagram é uma rede social de circulação fotográfica em estética quadrada, voltado ao registro do cotidiano efêmero na ferramenta stories; e ao registro de momentos memoráveis no feed do aplicativo. A interação é permitida via seguidores que reagem às fotografia com distribuição de corações.

<sup>55</sup> - Twitter é uma rede caracterizada pela publicação de status em limite textual de caracteres e atualização automática do feed de status. Dele nasce a ferramenta #hashtag voltado a tabular postagens de temas comuns.

segundo, aprofundando análise em torno do sistema sociotécnico que envolve usuários, contextos e plataformas virtuais – a ser explorada no próximo capítulo.

#### 4. DE INTERESSE PÚBLICO EM AMBIENTES PRIVADOS

No capitalismo os padrões de consumo são criados, estimulados e constantemente atualizados a partir de novas formas tecnológicas que se reinventam, como diria Žižek (2008, p. 87-88) não orientadas à contemplação de necessidades sociais, mas de estabelecer novas fontes para produção de riquezas e, conseqüentemente, novas barreiras de desigualdade. É simples perceber como, hoje, as demandas e o formato de consumo são diferentes, quando comparadas aos perfis estabelecidos para outras gerações. Se, nos anos 70. era impensável ouvir música sozinho, não tardou até nascer o *discman*<sup>56</sup> em 1984 pela empresa Sony e, com a virada do milênio, popularizar-se como um item indispensável, para acessar a indústria fonográfica com privacidade; e, desde 2008, com o lançamento dos primeiros smartphones, temos a mesma possibilidade em qualquer celular de uso popular – dispositivo que, por sinal, era pouco acessível e com poucas funcionalidades em 2001: o período de ouro do *discman* no Brasil. Estabeleço este comparativo para refletir que, dentre as insignias dos tempos em que vivemos, as condições tecnológicas às quais estamos submetidos reinventam os formatos de sociabilidade.

Do advento da internet ao modelo que temos hoje, é inegável que os câmbios em protocolos de funcionamento aliados a [não] conectividade das pessoas redesenham não só as possibilidades de uso; mas, também, a forma como nos relacionamos com a sociedade que nos rodeia e, inclusive, delimita o próprio espaço e suas lógicas de funcionamento. Portanto, lidamos por ciberespaço como um ambiente conectado à realidade, que “não existe descolado do mundo material e que a infraestrutura lógica e física da maioria das redes está sob o controle das mesmas pessoas e empresas que sempre controlaram o capital” (SOARES, 2007, p. 70) de modo que

a Internet não é uma cidade isolada do mundo. Muito menos as pessoas que agem e interagem nela estão desconectadas das formas de organização da vida no ambiente offline. [...] seria difícil negar que a disseminação da Internet vem acompanhada da subsunção de suas lógicas de funcionamento aos eixos estruturantes do sistema capitalista: a mercantilização do maior número de elementos e esferas da vida; a aceleração constante dos fluxos de capital por meio da sua reprodução expandida no tempo e no espaço; e a apropriação do trabalho humano por poucos grupos, em um fenômeno de concentração da riqueza. (INTERVOZES, 2018, p. 50)

---

<sup>56</sup> - Aparelho portátil capaz de reproduzir CD com arquivos de áudio e de uso individual a partir do uso de fones de ouvido.

Não é por acaso que, segundo Statista (2018), as cinco empresas com mais altos valores no mercado global se concentram no manejo de tecnologias de comunicação, sendo: Apple<sup>57</sup> alcançando o primeiro lugar com U\$\$ 926,9 bilhões; Amazon<sup>58</sup> que acumula o valor de U\$\$ 777,8 bilhões; Alphabet<sup>59</sup> com 766,4 bilhões; Microsoft<sup>60</sup> calculada em 750,6 bilhões; e o Facebook<sup>61</sup> que vale 541,5 bilhões. Estas oferecem, sob concentração, os novos quesitos tecnológicos para manter-se inseridas na sociabilidade de tempos em que a posse de computador, de celular, conexão com internet e com plataformas de disposição de conteúdo são fundamentais para estar atuante no circuito comunicativo.

Nem tão nossa como outrora professou Castells (2001; 2013), a Internet atualizou a prática de concentração que, como bem demonstra a pesquisa Monopólios Digitais, publicada pelo Intervozes (2018), radica a conformação de uma nova seara para exploração capitalista. Dentre outras coisas, a internet e o conjunto de dados acumulados na rede possibilita ao capitalismo alçar uma nova etapa de controle sob a vida das pessoas. Esta percepção é compartilhada por Zuboff (2018, p. 48) que considera o aspecto da vigilância empreendida por plataformas e dispositivos virtuais “como lógica hegemônica da acumulação em nosso tempo”.

Para evitar confusões com a possível carga simbólica sobre segurança e cuidado que o termo ‘vigilância’ possa conter, reafirmamos a delimitação conceitual proposta por Fernanda Bruno (2008, p. 11) que classifica vigilância digital como o “monitoramento sistemático, automatizado e à distância de ações e informações de indivíduos no ciberespaço com o fim de conhecer e intervir nas suas condutas ou escolhas possíveis”. Podemos perceber, de forma prática nas ações de disposição de conteúdo por mediação algorítmica – a serem discutidas com profundidade mais a frente – a concretude do conceito no estudo realizado por Zuboff (2018) que verificou a permanente extração de dados fornecidos involuntariamente por usuários no Google e no Facebook para serem analisados e utilizados segundo interesse dessas empresas.

---

<sup>57</sup> - Apple é uma multinacional de propriedade majoritária de Steve Jobs que projeta e comercializa produtos eletrônicos de consumo, o software de computador e computadores pessoais, a exemplo do Iphone, MacOS e MacBook respectivamente.

<sup>58</sup> - Amazon é uma transnacional estadunidense fundada por Jeff Bezos e voltada ao comércio eletrônico, computação em nuvem, streaming digital e inteligência artificial.

<sup>59</sup> - Alphabet é uma holding e um conglomerado que possui empresas pertencentes ou vinculadas ao Google, incluindo o próprio Google.

<sup>60</sup> - Microsoft é uma transnacional com sede em Washington que desenvolve, fabrica, licencia, apoia e vende softwares de computador, produtos eletrônicos, computadores e serviços pessoais, tendo como grande advento o sistema operacional Windows.

<sup>61</sup> - Facebook Inc é uma corporação estadunidense de plataformas digitais para redes sociais – a ser aprofundado neste trabalho.

Tais plataformas exercem, portanto, vigilância numa performance que

não mais isola e imobiliza indivíduos em espaços de confinamento, mas que se aproxima ou mesmo se confunde com o fluxo cotidiano de trocas informacionais e comunicacionais. Uma vigilância que se exerce menos com o olhar do que com sistemas de coleta, registro e classificação da informação; menos sobre corpos do que sobre dados e rastros deixados no ciberespaço; menos com o fim de corrigir e reformar do que com o fim de projetar tendências, preferências, interesses. (BRUNO, 2006, p.153)

Não se dá de forma automática e tampouco é um processo natural: a expressão do capitalismo de vigilância sobre nós se articula a partir da midiaticização da vida – a ser mais profundamente discutida neste capítulo. Por isso, hoje, pouco podemos avançar no debate sobre composição de imagem pública na internet e disputa de memória social a partir destas – ou quaisquer outros fenômenos da comunicação em espaços virtuais – sem considerar esta ambiência e os quesitos que a estruturam, pois dizem respeito à lógica, à finalidade e ao funcionamento das redes e, portanto, apontam e elucidam os substratos que destas resultam e são objetos de análise.

#### **4.1. Redes para balançar em terras tupiniquins**

A primeira visita da internet ao Brasil ocorreu em 1975, durante o VIII Congresso Nacional de Processamento de Dados – CNPD, em São Paulo. Somente no ano seguinte, após uma série de experimentos via iniciativa da Embratel<sup>62</sup>, que se deram as primeiras conexões nacionais de computadores à rede mundial. Porém, a implantação e difusão da internet não se deram rapidamente. Lembro que meu primeiro contato com um computador e com a internet aconteceu em 2006, com 12 anos, no Laboratório de Informática da EEFM Antônio Albuquerque, na cidade de Iguatu, onde cursei o ensino fundamental. Recordo que as pessoas realizavam cursos pagos para manejo do computador – que iniciavam explicando como ligar a máquina corretamente – e para o uso do pacote de escritório da Microsoft. Nesta cidade, em 2011, realizei estágio facilitando cursos como este, em caráter público, no Centro Vocacional e Tecnológico - CVT<sup>63</sup> para conclusão do curso técnico em Informática e como parte de

---

<sup>62</sup> - Empresa Brasileira de Telecomunicações foi criada em 1965 como empresa de economia mista e controle estatal para gestão das comunicações via satélite no Brasil. Foi privatizada em 1998, sendo subsidiária de multinacionais. Hoje, pertence ao grupo América Móvil.

<sup>63</sup> - Centro Vocacional e Tecnológico é uma política do Ministério de Ciência e Tecnologia para popularizar o acesso a formação técnica voltada ao mercado de trabalho.

política pública nacional voltada à inclusão tecnológica daqueles que ainda não estavam sociabilizados com a tecnologia.

Os abismos provocados pelas desigualdades dos adventos tecnológicos demarcaram, nesta década, uma série de medidas, para ampliar o consumo de dispositivos e as dimensões de acesso a banda larga<sup>64</sup> no país. O lançamento do Plano Nacional de Banda Larga – PNBL, registrado no Decreto 7.175, de 2010, assume um perfil vinculado às dinâmicas de consumo, não de acesso a direitos na medida em que confere caráter privado à infraestrutura de banda larga sob gestão de grandes provedoras e menospreza as reivindicações pela universalização do serviço – que só seria conferida por um sistema público.

Estas medidas resultaram num cenário onde dispomos de 107,9 milhões de usuários distribuídos em 36,7 milhões de residências com acesso à Internet, equivalente respectivamente a 61% da população e 54% das casas (CETIC.Br, 2017) – número levemente maior que a média mundial de 53% dos lares registrada pela UIT (2017) – em país que possui 71% do território com cobertura, segundo relatório da Reuters (2019). Entretanto, o acesso não se dá de forma nivelada pelos territórios. Em ótica regional, percebemos a partir dos dados revelados pela pesquisa sobre Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC por domicílios de 2017 que o preço cobrado pelas provedoras é o principal motivo que convencionou a quantidade de moradias conectadas em 64% no Sudeste, 54% no Centro-Oeste, 52% no Sul, 46% no Norte e 40% no Nordeste.

A Escola que estudei – hoje um prédio inutilizado em bairro periférico – e o CVT – que não mais oferta cursos de iniciação tecnológica na cidade – não cumprem mais o papel de centralidade exercido antes para contato e uso das tecnologias de informação e comunicação em detrimento da maior popularização e acesso a internet no território. É justo localizar que, aqui, estamos falando de uma cidade de médio porte e que exerce influência regional para outros municípios. Logo, um bom parâmetro que expressa a média da fotografia nacional aqui discutida e que expõem as marcas da efetivação de um sistema em que o acesso a internet se dá cada vez mais em plataformas privadas em detrimento ao abandono das iniciativas públicas.

A dinâmica que dispõe o acesso à internet como um exercício de poderes de consumo está expressa nos dados articulados por CETIC.Br (2017) que revelam o crescimento da proporção de pessoas no Brasil que, apenas, utilizam dispositivos móveis para navegação, alcançando 43% em 2016 frente aos 20% registrados em 2014 – mas inferior a

---

<sup>64</sup> - Segundo a UIT, Banda larga é uma padronização da conexão a internet, definida na capacidade de transmissão superior a 5MB por segundo.

média mundial registrada pela UIT (2017) que confere coeficiente aproximado em 60% ou 4,3 bilhões de usuários no mundo.

As pesquisas publicadas em dezembro de 2019 pelo Instituto DataSenado (2019), em parceria com as ouvidorias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, revelam que, hoje, temos uma realidade em que 98% dos brasileiros utilizam celular para acesso à internet que, por sua vez, está disponível em planos residenciais privados para 71% dos usuários e via internet móvel paga para 59% da população. Performances como esta já listava, quatro anos atrás e no período das ocupações aqui analisadas, segundo a Trefis<sup>65</sup> em publicação na Forbes (2015), que a média dos consumidores de informação ao redor do globo já empregavam mais tempo todos os dias, interagindo com dispositivos móveis do que à frente da tela de computadores e televisões.

Smartphones, tablets e outros que permitem mobilidade e conexão se caracterizam em espaços híbridos<sup>66</sup> onde, hoje, “os aparelhos móveis criam uma relação mais dinâmica com a internet incluindo-a em práticas cotidianas que ocorrem em espaços urbanos” (SILVA, 2006, p. 24). E justo notar que, ainda considerando os dados da UIT (2017), a maior parte da relação desenvolvida no ciberespaço se dá em plataformas como o Facebook e Youtube. Estas, por sua vez, figuram entre as seis plataformas que concentram 70% dos acessos no Brasil. (INTERVOZES, 2018).

Ao explorar a usabilidade de plataformas em países no sul do mundo, identifica-se que 55% dos internautas brasileiros entendem o Facebook como a síntese do que é a internet e não percebem fronteiras entre estas (QUARTZ, 2015). A sentença onde “a Internet é o Facebook” também é compartilhada por 65% dos navegantes na Nigéria, 61% na Indonésia e 58% na Índia como expressão de uma prática onde, como discute o artigo, muitos usuários nunca circularam em outras ambiências para além da estadunidense.

Confirmamos esse poderio na alta demanda dos usuários que instalam as aplicações do conglomerado Facebook nos celulares. O relatório do Intervozes (2018, p. 108), ao somar os aplicativos Facebook, Facebook Lite, FB Messenger, FB Messenger Lite, Whatsapp e Instagram expõe quase 293 milhões de downloads que equivalem ao total de 85% dos realizados na Play Store para dispositivos com sistema operacional Android – o mais utilizado no Brasil. Enquanto Snapchat, Spotify, Netflix e Pinterest estão em casas abaixo aos

---

<sup>65</sup> - Iniciativa composta por engenheiros do MIT e analistas de Wall Street sobre performance de dados em mercados digitais.

<sup>66</sup> - Caracterização teórica de Silva (2006) para lidar com a conjunção entre a realidade física e digital.

5% – não estabelecemos comparativo com os números trazidos sobre as aplicações do Google, pois estas já vem instaladas em conjunto ao sistema operacional aqui discutido.

Não por acaso as redes sociais virtuais são, segundo as pesquisas do DataSenado (2019)<sup>67</sup> e do Instituto Reuters (2019)<sup>68</sup>, os principais mecanismos para obtenção de notícias por brasileiros. Nesta última, ao comparar os dados de 2013 e 2019, percebemos que as plataformas online permanecem imbatíveis com marca de 90%, com oscilações em três pontos percentuais, como o principal espaço para ler e acessar notícias. Destas, as redes sociais que figuravam como fonte para 47% da população no primeiro indicador, passam a contabilizar 64% no marcador final. Delimitando em escopo por redes em 2019, verifica-se que 54% dos brasileiros conferem ao Facebook o status de principal plataforma para se atualizar sobre acontecimentos recentes, com aumento de 2%, quando comparado ao ano anterior. O Whatsapp alcança o quantitativo de 53% após crescimento de 5%; seguido do Youtube com 42% e ampliação de 8%. Vale atentar-se ao quarto colocado que, apesar da posição, é o que mais cresce em número de adeptos com finalidades informativos: o Instagram salta de 16% para 26% em um ano.

Para usos gerais, as duas pesquisas remontam que o Whatsapp alçou 2019 como a aplicação mais utilizada, seguida pelo Facebook no Brasil. Com atenção à frequência de utilização das plataformas, a pesquisa Datasenado (2019, p.3) apresenta que a tomada em alguma medida, com intuito informativo, está em 83% do uso do Whatsapp frente aos 79% do Facebook. As diferenças entre os números são decorrentes da definição do universo amostral e trato dos dados, onde DataSenado (2019, p. 110) lida com o conjunto total das informações enquanto Reuters (2019, p. 6) descarta os entrevistados que apontam não terem consumido notícia no mês anterior.

Diante desses elementos, é falso dizer que as pessoas não se interessam por informação. Inclusive, 56% da população brasileira compartilha notícias em redes sociais virtuais, emails e em chats de conversas e parcela expressiva dos usuários se propõem a participar e opinar sobre o conteúdo na medida em que 36% comenta as publicações nas redes sociais virtuais e nos sites de notícia (REUTERS INSTITUTE, 2019). Especificamente sobre

---

<sup>67</sup> - Pesquisa realizada em amostragem probabilística que realizou 2.400 entrevistas com cidadãos que têm acesso à internet, em todas as unidades da federação, por meio de ligações para telefones fixos e móveis, no período de 17 a 31 de outubro. A amostra é estratificada com alocação proporcional à população segundo o IBGE. A margem de erro é de dois pontos percentuais com nível de confiança de 95%.

<sup>68</sup> - A pesquisa se deu através de um questionário on-line aplicado em janeiro e fevereiro de 2019 utilizando amostras representativas do perfil de cada país a partir dos censos e que consideram idade, gênero, região e educação. Como a pesquisa se volta ao consumo de notícias, realiza filtro com quem disse que não havia consumido nenhuma notícia no intervalo de um mês para garantir que respostas irrelevantes não afetassem adversamente à qualidade dos dados. A pesquisa não informa margem de erro.

o engajamento de usuários em plataformas digitais, Data Senado (2019, p. 5) destaca que 41% dos brasileiros tem como ação permanente a interação por cliques, 20% aposta no compartilhamento de postagens, 19% realiza as próprias publicações e 15% comenta nos posts já existentes. Em outras palavras: há busca por informação, mas pouco hábito na produção de informação própria.

Cabe, entretanto, atenção ao conteúdo compartilhado e a veracidade diante do ordenamento dos fatos das notícias retransmitidas, pois correm o risco de ser falsas – processo a ser discutido mais à frente neste capítulo. Entendendo o lugar de centralidade que estas ocupam nas relações contemporâneas, tal qual trata Stefania Milan (2015), ao discutir sobre as relações em ambientes virtuais fruto das discussões na Universidade de Amsterdã, tomamos, neste trabalho, que estamos lidando com ferramentas que não são neutras e que se esboçam em torno de amplo poderio econômico e sociotécnico. Logo, a observância sobre as normativas nacionais que regulam o uso e o funcionamento destas não podem estar ausentes para usufruto da análise.

#### ***4.1.1. Aqui é terra sem lei***

Orientado na liberdade de expressão dos usuários, na neutralidade dos provedores sobre o conteúdo a ser consumido e na privacidade no fluxo de comunicação, a legislação estabelece uma normativa de segurança aos navegantes; foi aprovado, em 2014, o Marco Civil da Internet (MCI), doravante descrito na Lei n. 12.965/2014. À medida que toma fôlego a partir do contexto de comprovado monitoramento e espionagem de usuários – inclusive, da Presidência da República pelo governo norteamericano de Barack Obama – se dá em texto aprovado que é fruto das pressões políticas no Parlamento – sobretudo do MDB que era maioria nas casas legislativas e tinha no presidente da Câmara, Eduardo Cunha, total desaprovação ao projeto – e, dentre outras coisas, permite ao Governo Federal o exercício de vigilância e arquivamento dos dados de todos os usuários a serem utilizados com finalidades não previstas, a partir da criação de Datacenters prevista no Art.24 caput VII.

Os dados dos usuários articulam uma mina de ouro a ser explorada e, por isso, ao realizar o convênio com planos de internet, os aderentes assumem uma série de prerrogativas que desrespeitam a lei e seus princípios; e que, sem estas, os usuários não teriam acesso a internet e não integrariam as plataformas. Por exemplo, apesar da lei proibir que os sites coletem dados dos usuários, o Facebook só permitirá adesão à plataforma, ao firmar

autorização – por vezes tácita, naturalizada e sem conhecimento prévio – de exercício desta ação; ou na medida em que está vedada a regulação da velocidade da conexão a partir do conteúdo são ofertados planos de internet com valores restritos de dados para usos gerais e quantidade ilimitada para uso do Whatsapp e do Facebook.

A negação da neutralidade, neste último caso, desemboca numa relação que reforça a concentração de uso destas, pois a adesão de plataformas rivais significará emprego de maior uso dos dados limitados e, por consequência, maiores gastos com internet. Apontam, portanto, em intencionalidade orientada à produção e manutenção de hegemonia que se expressa, de forma mais latente, no projeto chamado Facebook.org em que a empresa se propõe a oferecer acesso de internet aos territórios que ainda não o possuem, com a restrição de funcionamento apenas para aplicativos do conglomerado, da Wikipedia e sites de empresas parceiras.

Ainda que o Marco Civil verse sobre usuários, ele estabelece ponderações importantes às plataformas e provedoras, ao estabelecer direitos. Contudo, como os hubs de bancos de dados e suas empresas mantenedoras são, sobretudo, estadunidenses, desrespeitam as legislações nacionais e estabelecem, a exemplo do Brasil, uma agenda de negação do Marco Civil da Internet desrespeitando o aspecto da privacidade ao monitorar os navegantes para coletar dados coletados, para, assim, desmontar a neutralidade e enviar publicidades, notícias e espaços de navegação orientados ao perfil compilado sobre o usuário. Logo, nos preocupa, ainda quando o texto da lei permite que as provedoras armazenem a performance digital dos navegantes e as registrem em banco de dados sem nenhuma orientação para protocolos de segurança, como consta no Art. 16.

Apesar de estarmos tratando do primeiro instrumental produzido no mundo para este fim, Eduardo Tomasevicius (2016), ao analisar todos os pontos do escopo final do Marco Civil, aponta redundância com outras legislações, ações conflitantes com outros tratados ou medidas que não podem ser realizadas ou que teriam efeito nulo, dadas as características internacionais dos atores envolvidos numa relação entre usuário e sistemas. Assim, considera que é uma lei sem normativa – ou meramente agitativa. Não por acaso, temos tantas brechas e pouca capacidade de lidar com as questões que dizem respeito ao manejo dos dados.

Quando a onda de ocupações universitárias aconteceram no país, em 2016, não tínhamos nenhuma lei específica que tratasse sobre aplicativos e plataformas digitais, bem como sobre os conteúdos que neste circulavam. Para ser justo, a única normativa que versa sobre o objeto é a Lei 13.640/2018 que regulamenta a atividade do Uber e outras aplicações com finalidades de transporte.

O Intervezes (2018) sistematizou as iniciativas de legislações em debate nacional que versam sobre esta ambiência. Destas, duas merecem atenção neste trabalho por se dedicarem especialmente a questões específicas sobre o manejo do conteúdo: a primeira é o Projeto de Lei 6989 de 2017 conhecida como Baleia Azul, que se pauta na exigência da retirada, por parte dos provedores, de conteúdos que estimulem a automutilação, a situações com risco de vida ou tentativa de suicídio; a segunda é o PL 9647, de 2018, que se propõe a alterar o MCI, para responsabilizar civil e criminalmente os produtores de conteúdo e os provedores de conexão à Internet por danos referentes a conteúdos, perfis e notícias falsas.

Em ambos os casos, percebemos que a vedação e medidas punitivas lidam com questões de natureza social sem observar as raízes das questões. Circulação de inverdades e incentivo à violência são questões estruturais e não adventos resultantes deste novo ciclo de sociabilidade virtual. De modo que a retirada do ar e outras sanções não conseguem, ao fim, eximir o problema e abrem margem jurídica para exercício de censura e desmonte do princípio de liberdade de expressão, garantido no Marco Civil. Em ambos os casos, o Marco Civil aponta boas medidas ao lidar com denúncias, permitir a retirada de conteúdo, segundo a política de conteúdos da empresa e, em caso de divergências, permitir aos tribunais arbitrários a mediação e resolução de conflitos.

Vale ressaltar o caráter preocupante no PL 9647/2018, ao inibir o exercício da disputa de versões e pretender, aos provedores de conexão e plataformas digitais, a conjugação sobre o que será tomada por verdade social – como discutido no capítulo anterior, conjugando exercício de poderes pouco saudável a dinâmicas democráticas.

Por fim, temos, na ausência de perspectiva, o horizonte projetado. Das poucas propostas, um exercício autômato e que pouco reflete as questões centrais. Nada disso deve ser espantoso para nós, pois o trato com as questões de comunicação – de poderes, também podemos dizer – sempre são tratadas no ornamento parlamentar deste país como um jogo sem regras – ou regras burladas e sem fiscalização – e de cartas marcadas que favorecem concentrações dos setores dominantes e que impõem repressão e silenciamento às maiorias sociais.

## **4.2. Das engenharias de poder**

A internet como conhecemos hoje certamente causaria estranhamento aos usuários da plataforma há 20 anos atrás. Fuller e Hawood (2015) confirmam que, em 1997, a internet

já se figurava com importância e quaisquer previsões sobre o futuro da rede “não continha a palavra ‘algoritmo’, nem sequer enfatizava, particularmente, o papel da Internet na triagem ou na organização da informação” – dois itens que, hoje, não podem ser despercebidos, dado o caráter estruturante que possuem para composição de plataformas. É certo que existem diferenças entre o idealizado e o concebido e nos interessa, aqui, remontar o arranjo tecnológico que modela as plataformas para redes sociais virtuais e cria condições para exercício de poderes.

#### **4.2.1. Do armazenamento em Big Data**

Nos anos 2000, quando apenas um quarto de todas as informações do mundo estava arquivada em bancos de dados digitais não se previa que a quantidade registrada por Cukier e Mayer-Schoenberger (2013), 13 anos depois, se invertesse radicalmente com apenas 2% de armazenamentos em espaços offline. O alto montante de arquivos possibilitados pela ampliação de usuários, de dispositivos e plataformas em rede, construindo informações públicas e outras a serem garimpadas para compilação de dados estratificados são abrigados em complexos bancos de dados.

Tratamos desta dinâmica aliada ao processo de datificação discutido por Van Dijck (2014) onde a lógica praticamente ubíqua de quantificação da vida social através da produção de dados e metadados é uma constante e todos os signos e informações são passíveis de serem registradas e articuladas a outras para composição de saberes complexos. Diante da tamanha quantidade de registros, diferente de uma biblioteca que preserva documentos, os bancos de dados compostos não são agentes passivos e se articulam como sistemas complexos de arquivamento e manipulação de alto quantitativo de dados compilados para, sob análises métricas, entender e antever o comportamento de usuários na web (CUKIER; MAYER-SCHOENBERGER, 2013). Esse sistema nomeia-se por Big Data e é capaz de articular e cruzar dados das mais diversas origens na intenção de mapear padrões de comportamento para conseguir adiantar medidas a serem tomadas por sistemas virtuais.

Antes, o peso das narrativas consumidas, das experiências e da memória social eram fundantes para propor futuros possíveis. Hoje, o advento do Big Data se ratifica como um sistema complexo capaz de sistematizar a performance digital de usuários e constituir métricas que, resultantes da gravação sequencial dos passos dados na rede, podem ser contrapostas sob inúmeros formatos, considerando os dados do próprio usuário e de outros

que conjugam perfil semelhante na rede a fim de perfilar relações e produzir inteligência. Aqui, toda informação é um ponto inicial para articulação e construção de um saber em duas vias: “para os usuários, os dados fornecem uma chave para ter acesso a notícias relevantes e resultados personalizados. Para os anunciantes, os dados são a chave para encontrar prováveis compradores” (PARISER, 2011, p. 82)

Para autores mais entusiastas como Castells (2012, p. 32), temos “em nossa época, a comunicação multimodal com redes digitais [como] o meio de comunicação mais rápido, autônomo, interativo, reprogramável e autopropagável da história” e identificamos nesta sentença uma condição ambígua: apesar de afirmar o caráter autônomo para conferir que tudo pode ser publicado pelos usuários; não reflete sobre as condições onde os dados são armazenados por empresas privadas e, como se preocupa Braga (2015, p. 115), possui alto potencial de controle ideológico.

Dizer isto, como outrora proferiu Pariser (2011, p. 94-95), é reconhecer “que seu comportamento agora é uma commodity, um pequeno pedaço de um mercado que fornece uma plataforma para a personalização de toda a Internet”. Estamos lidando ao explorar Big Data com um expoente para firmar – em termos práticos – os mecanismos do capitalismo de vigilância na medida em que monitora, analisa e agrupa informações pessoais, a fim de permitir, em interface a outros componentes, uma dinâmica de consumo personalizado e de controle das narrativas – sobretudo no que diz respeito a circulação delas.

Como diria Zuboff (2018), temos uma relação oposta onde à medida que as empresas dispõem de total transparência dos usuários e domínio da trajetória firmada na arena pública das plataformas virtuais; é, a justaposição do sigilo absoluto que possuem sobre o que produzem e o que lucram com nossos dados em ação assegurada por ordenamento jurídico. Por sua vez, com exceção a legislação estadunidense sobre a Internet, o conjunto de marcos regulatórios nacionais tem efeitos pouco efetivos, para firmar soberania sobre empresas, servidores e conexões oriundos de outros países como destaca Intervezes (2018) – e já abordamos aqui.

#### ***4.2.2. Dos filtros e das bolhas***

A reflexão expressa por Antoun (2008, p. 24), ao valorizar a importância fixada à produção de padrões e exploração da mina de dados dos usuários nos fluxos de comunicação contemporâneos que operam a sociedade em detrimento das percepções produzidas pela

história – logo, da memória e da lembrança – se constitui em importante observação para compreensão das engenharias de poder no capitalismo de vigilância. Isto porque o autor evoca atenção ao trato das informações agrupadas em Big Data.

O manejo destes, por sua vez, dá-se através de complexos sistemas computacionais que dispõe orientações voltadas a compilar dados estruturados e agrupá-los segundo critérios. Nomeados por filtros, entendemos o mecanismo como um arranjo programado capaz de aprofundar análise sobre objetos específicos dispostos em bancos de dados, identificando perfis comuns e ordenando ações pré-definidas pelo conjunto da sistemática.

O quesito territorial em interface ao georreferenciamento dos dispositivos conectados a internet e das informações disponíveis em banco de dados aciona filtro capaz de, por exemplo, permitir a identificação da localização como cotidiana ou como um novo contato espacial e, a partir desta, orienta ações voltadas ao consumo, a performance e/ou interação social, segundo a finalidade delimitada em cada plataforma digital. De modo que a ausência do filtro impediria a realização desta funcionalidade e a orientação de ação não seria possível de outra forma.

Identificamos poucos estudos voltados a tipificar filtros e analisar suas implicações. De longe – e com destaque devido às marcas desta pesquisa – é a definição do ‘filtro bolha’ é a compreensão mais profunda sobre esta funcionalidade produzida na última década. Pariser (2011) se dedicou a traçar conceituação onde o filtro atua como motor para previsões que orientam a disposição de conteúdo, considerando o perfil compilado de interações sociais, de engajamento e das práticas de consumo em plataformas digitais. Produz, portanto, conteúdos orientados e especializados a cada usuário que desenvolvem a sensação de efetividade da plataforma; mas, em especial, reduz os itens de consumo para escolha ativa do usuário. Em outras palavras

o código básico, no coração da nova Internet é muito simples. A nova geração de filtros na Internet olha para as coisas que você parece gostar - as coisas reais que você fez, ou as coisas que as pessoas como você gostam - e tenta extrapolar. Eles são os motores de previsão, constantemente criando e aperfeiçoando uma teoria de quem você é e o que você vai fazer e querer no futuro. Juntos, estes motores criam um universo único de informação para cada um de nós – o que denomino de filtro bolha - que fundamentalmente altera a maneira com a qual nós encontramos ideias e informações. (PARISER, 2011, p. 32-33)

O efeito desse filtro se dá, sobretudo, no acesso a conteúdo sob orientação positiva e alinhado aos interesses, desejos e aspirações identificados na performance em rede.

Logo, para fazer-se viável, a disposição de acontecer a partir do perfil traçado pelo filtro bolha resultante do conjunto de relações e das redes sociais empreendidas na plataformas que, articuladas, convencionam conteúdos orientados.

A bolha, por sua vez, é o resultado deste filtro e congrega uma série de usuários com perfilamentos comuns. Por isso, “ao mesmo tempo em que a bolha tem de se isolar das outras, sua extensão interior depende da produção pelas outras bolhas de um espaço que lhe é próprio”, conferindo, nos termos de Santaella (2013, p. 315), caráter único a cada conjunto que se articula sob diferenciadores profundos definidos pelos filtros.

A definição imperceptível destes agrupamentos se dá, portanto, na imersão em conteúdos orientados para consumo de forma inteligente sob alta aceitação; e, por outra perspectiva, na privação do acesso aos conteúdos que não correspondem às definições sobre usuários construídas pelos filtros. Ato que julgamos problemático, pois impede o contato com opiniões diferentes e circuitos informativos que orbitam outras linhas de raciocínio, fortalecendo uma dinâmica de cultura individualista e que valoriza a intolerância às diferenças. Pariser (2011, p. 189) é categórico ao dizer que “o filtro bolha não é ajustado para uma diversidade de ideias ou de pessoas. Não é projetado para nos introduzir a novas culturas. Como resultado, vivendo dentro da bolha, podemos perder um pouco da flexibilidade mental e da abertura que o contato com a diferença cria”, conclui.

O filtro é amplamente percebido pela população brasileira e entendido negativamente, dado que 76% dos brasileiros concordam que a personalização de conteúdos na internet, resultante desses mecanismos, é uma forma de manipular a opinião das pessoas, como demonstra o DataSenado (2019, p. 21).

#### **4.2.3. Integrando dados e funções**

Sistemas computacionais se orientam a partir de uma arquitetura de dados e funções desenvolvidas por profissionais que realizam ação de programação em linguagens computacionais. Ao conjunto de comandos estruturados em orientações lógicas é dado o nome de algoritmo. As postulações de Ferrari e Cechinel (2009) alocam algoritmo como uma sequência de comandos sob fundamentos definidos, finitos e que instruem, segundo ordenância, a execução de medidas programadas.

Ordenador, neste trabalho, exprime a capacidade de um aditivo programado para influir no funcionamento do sistema de dados e da plataforma a partir da produção da ação

responsiva, segundo critérios pré-definidos ao usuário decorrente da interação e performance realizada no ambiente virtual.

A produção de um aparato tecnológico em dinâmica virtual em muito se assemelha a duas máximas dos movimentos sociais brasileiros versados em “nossos passos vem de longe” e “não mexe comigo porque eu não ando só”. O primeiro se dá no acionamento de protocolos e comandos já produzidos e arquivados na estrutura da Web ou na composição de uma linguagem computacional, ao programar algoritmos de modo que, por exemplo, o programador não precisa desenvolver um código do zero em linguagem com baixo nível de abstração<sup>69</sup>, orientando todos os itens, para que o computador imprima em tela uma frase simples, porque é possível acionar o comando ‘write’ em Pascal, ‘print’ em Java ou ‘count’ em C++ que já foram antes desenvolvidos.

O segundo é percebido na relação onde tecnologias inteligentes e resposivas articulam caracteres, dados e ordenadores lógicos resultantes de outras fontes, para produzir uma ação orientada e automatizada. Este processo é nomeado nas Ciências da Computação como Application Program Interface – API e entendido por pesquisadores como Puglisi (2015) como o conjunto de especificações para a realização de interação entre interfaces de programação com componentes de software. Nisto, realiza a integração de filtros, de programas, de relatórios de bancos de dados e outras fontes ao escopo do código, a fim de obter produtos a partir do cruzamento de informações e funcionalidades específicas de cada ítem. Percebemos que API pode assumir formatos diferentes, a exemplo das adoções para gerenciamento de dados orientados a objetos, como discute a dissertação de Elaine Sousa (2000) e para definição de funcionamento de plataformas na web como especifica a dissertação de Bruno Freitas (2017).

Neste sentido, entendemos o algoritmo como um ordenador e evocar o papel dele em sistemas computacionais é considerá-lo como item estrutural, pois atua como uma coluna vertebral, ao dispor da lógica de funcionamento de sistemas e plataformas. Contudo, não totalizante, porque demanda o emprego de bibliotecas com itens previamente programados e, em casos de sistemas responsivos inteligentes, acresce a presença de outros ordenadores essenciais que são acionados por API para o alcance da finalidade do programa.

---

<sup>69</sup> - A abstração é uma definição tipológica para linguagens de programação computacional e se nivelam a partir da localização de proximidades e distâncias entre as linguagens humanas e as inerentes aos protocolos lógicos e numéricos que regem o funcionamento de máquinas responsivas. Por exemplo, C++ a é uma linguagem próxima a humana, logo, com alto nível de abstração. Diferente de Assembly que está mais próxima à linguagem lógica de microprocessadores e, por sua vez, possui baixo nível de abstração.

Tratamos, portanto, de uma dinâmica em termos de funcionamento de programações computacionais equivalente ao que Freeman e Louçã (1987) postularam sobre ‘constelações tecnológicas’, para discutir a interdependência entre componentes em face a infraestrutura espacial e dinâmicas econômicas. De modo que a ausência ou inoperância de um item pode invalidar a performance total. Se essa é uma verdade para um celular que demanda uma tomada específica e um tipo definido de carregador, para preencher a bateria e ter tempo de uso, a mesma lógica se aplica ao funcionamento de sistemas computacionais complexos e inteligentes que, apenas integrados a outros suportes além do código base, consegue desempenhar sua finalidade.

#### ***4.2.4. Da mediação algorítmica***

Considerando os quesitos tecnológicos abordados até aqui, nos debruçaremos sobre a dinâmica de mediação de conteúdos em plataformas digitais com atenção especial aos ordenadores que compõem as plataformas e aos quesitos que estruturam as relações sociotécnicas que envolvem humanos e dispositivos inteligentes, entendendo que lidamos com uma sistemática articulada que envolve quesitos de ordem lógica, a exemplo da estrutura algorítmica e dos componentes acionados por API; de ordem material, como a qualidade na conexão à internet e funcionalidades dos hardware dos dispositivos; e de ordem política, como os impressos nos marcos regulatórios sobre internet.

Trazer estes marcos é, mais uma vez, radicar que o algoritmo sozinho não conseguiria dispor de um sistema responsivo inteligente dadas suas limitações, de modo que não devemos confundir a ação mediada por algoritmos – onde o código imprime respostas em tela sem interface com outros ordenadores, a exemplo de uma calculadora – com mediação algorítmica que, por sua vez, diz respeito ao funcionamento de plataformas sob lógica algorítmica onde o código computacional aciona e se alia a outros ordenadores, a fim de configurar a disposição de conteúdo a partir da conjugação dos componentes lógicos em interface ao banco de dados, aos sistemas inteligentes de agrupamento e às modulações permitidas pelo hardware de consumo para, no fruto da interação destes, dispor curadoria de conteúdos.

O termo mediação algorítmica é de alcunha recente e figura em alguns estudos de comunicação e informação sob usos variados lançados, sobretudo, nos últimos dois anos, no Brasil. Ao compor estado da arte sobre o termo, notamos que, inicialmente, se afina as

discussões sobre mediação de massa em Barbero (1997, p. 173-174) ao dispor sobre o lugar das técnicas e aparatos na seleção e trato da informação – ainda que não tragam este aporte teórico – e, por sua vez, confinam a compreensão da mediação como uma colateral resultante unicamente do algoritmo. Percebemos esta relação nos artigos de Tales Tomaz e Guilherme Silva (2017), Fernanda Bruno (2018), Douglas Calixto (2018) e Faltay Filho (2019); e na dissertação de Carolina Moura (2018). Outro caso bastante recorrente está na adoção do termo em um único momento do trabalho e sem caracterização, conceituação ou citação, propondo, assim, a existência de um fenômeno, mas sem remeter a uma compreensão categórica ou a que se propõe tratar com este ao modo que fez Ricardo Pimenta (2019, p. 5) em artigo, ao explicar sobre a intencionalidade de cursos realizados para que inscritos compreendam sobre mediação algorítmica – e nada mais; ou como empregou Anna Bentes (2019, p. 223), ao propor, em capítulo de livro, a necessidade de estudar os efeitos que estes produzem; ou, por fim, como usaram André Lemos e Daniel Marques (2019, p. 19) ao ponderar a necessidade de rastrear a ação a sensibilidade performativa<sup>70</sup>, para mapear e problematizar a privacidade no contexto da mediação algorítmica.

O que unifica todos os trabalhos apresentados até aqui é o uso pontual do termo e a baixa – ou nenhuma – discussão conceitual que norteia o leitor ao exercício de inferências, para compreender a categoria à luz da aplicação contextual nos escritos. Esta prática confere a sensação de estarmos lidando com uma categoria já convencionada na Academia e de uso comum – o que não é verdade. Mesmo na dissertação de Moura (2018), o único trabalho em que o termo compõe o título, temos uma descrição pouco aprofundada em que a categoria só é tomada três vezes em todo o trabalho e, em nenhuma destas, propõe-se a explicar o que a autora chama por mediação algorítmica – subentendida na leitura como a mecânica da seleção de conteúdos por algoritmo. Esta adoção é majoritária nos estudos em Comunicação e despreza o conhecimento sobre as estruturas produzidas pelas Ciências da Computação já apresentadas neste trabalho, ao confirmar um emprego extremado a um único ordenador e reducionista do processo, que hipervaloriza a lógica em detrimento da desvalorização de outros ordenadores fundamentais para produção de mediações algorítmicas a exemplo dos filtros de seleção.

Outra compreensão sobre o termo está na dissertação de João Caribé (2019) que compete ao algoritmo a capacidade, inclusive, do usuário ser mediado e ter a rede social

---

<sup>70</sup> - Sensibilidade Performativa é, para Lemos e Marques (2019, p. 4), a “forma específica de produção de performances e sensibilidades advinda dos fenômenos de produção, coleta e interpretação de dados e informações retiradas dos objetos e do ambiente”.

definida pelo aparato tecnológico. O autor toma mediação algorítmica como equivalente a “um novo grupo de informações e seus valores identificados, o Big Data” (2019, p. 134) e defende que este reordena todas as outras formas de mediações já classificadas, a saber: entre pares<sup>71</sup>, técnica<sup>72</sup> e midiática<sup>73</sup>. Esta visão, encontrada sobretudo em trabalhos nas Ciências da Informação, por sua vez, aloca ao manejo dos dados o único ordenador para mediação e minimiza o processo a expressão de um único componente ao relegar todo o ecossistema das relações sociotécnicas. Em paralelo a Moura (2018), esta proposição estabelece o exato oposto extremo.

Um terceiro ponto de vista, ainda que estruturado na atenção apenas ao algoritmo, está na dissertação de Daniel Filipe Loiola ao identificar que a “mediação algorítmica atua nesse espaço intermediário [entre usuários e plataformas], criando listas, organizando as redes e estabelecendo relações entre as diferentes obras, e assim buscando encontrar uma lógica unificadora entre os diversos fragmentos publicados” (2018 p. 62), estabelecendo os produtos decorrentes da mediação algorítmica. Este, assim como os anteriores, não articulam uma leitura complexa sobre a dinâmica de funcionamento do fenômeno em plataformas, mas observa, nas conclusões, a presença de filtros ordenadores que produzem o caráter exclusivo do conteúdo para cada usuário (2018, p.151).

É fundamental, aqui, posicionar que a ausência de uma conceituação teórica sobre o fenômeno comunicacional de mediação algorítmica – bem como o emprego vago deste – nos leva a apresentar, neste trabalho, uma proposta para debate que, assim como aprendemos ao ler Kitchin (2016), abarque uma visão complexificada da questão capaz de valorizar os intentos das compreensões específicas sobre os protocolos de funcionamento das plataformas, mas que, também, comporte a contextualização e inserção dos itens e ordenadores que permitem a expressão do resultado identificado por Loiola (2018).

Iniciamos este percurso com atenção aos escritos por Sérgio Amadeu Silveira (2019), pois, ao lançar o conceito de modulação como “um processo de controle da visualização de conteúdos” (2019, p. 37), traz apontamentos sobre a ação na gestão de conteúdo e personalização na disposição para usuários, segundo critérios definidos em ação possível pela conjunção a outros componentes tecnológicos para além da plataforma em questão. A proposição conceitual se insere em observância sociológica que, apesar das pistas

---

<sup>71</sup> - Tratada como a dinâmica de mediação entre sujeitos sem uso de adventos tecnológicos. Por exemplo: uma conversa presencial.

<sup>72</sup> - Explicada por Caribé (2019, p. 25) como a mediação realizada por ação formulativa de humanos, a exemplo das artes visuais.

<sup>73</sup> - Abordada por Caribé (2019, p.26) no trato das dinâmicas de mediação com transmissão em radiodifusão e de características audiovisuais sem conexão a internet, a exemplo de rádio e televisão.

para compreensão tecnológica, se constitui, assim como em Loiola (2018) em apontamentos sobre resultados e não sobre funcionamento – que nos interessa neste estudo.

Por isso, bebendo desta leitura e com referência em Barbero (1997), entendemos mediação algorítmica como um processo ocorrido a partir de plataformas digitais e articulados sob dinâmicas inteligentes operadas de forma autônoma por máquinas que realizam não só a disposição do conteúdo, mas, inclusive, produzem mediação do tempo e das coisas para agentes em conexão na plataforma.

Dado nosso interesse em estudos sobre Facebook, identificamos na plataforma dois fluxos de mediação, percebemos dois que se intercambiam a partir da ação do usuário: o primeiro orientado ao consumo de informação e o segundo notado durante a ação de circulação de conteúdo. No primeiro tipo, orienta-se a fim de realizar curadoria de conteúdo personalizado para usuários que resultam de ciclo onde: a) um *user* pessoal construído na plataforma virtual disponibiliza informações e realiza performance em rede, para; b) serem arquivadas e tratadas em Big Data; a fim de c) operar sobre os caracteres disponíveis para modelar dados estruturados considerando filtros e agrupando perfis a partir de objetos comuns de interesse; para d) serem dispostos em API sob lógicas algorítmicas capazes de prever conteúdos; e, assim, e) disponibilizar conjunto sequencial de notícias, publicidades e, enfim, informações de toda ordem que, sob lógicas interativas, recebem valores que retroalimentam e conferem o caráter cíclico como demonstra o gráfico.

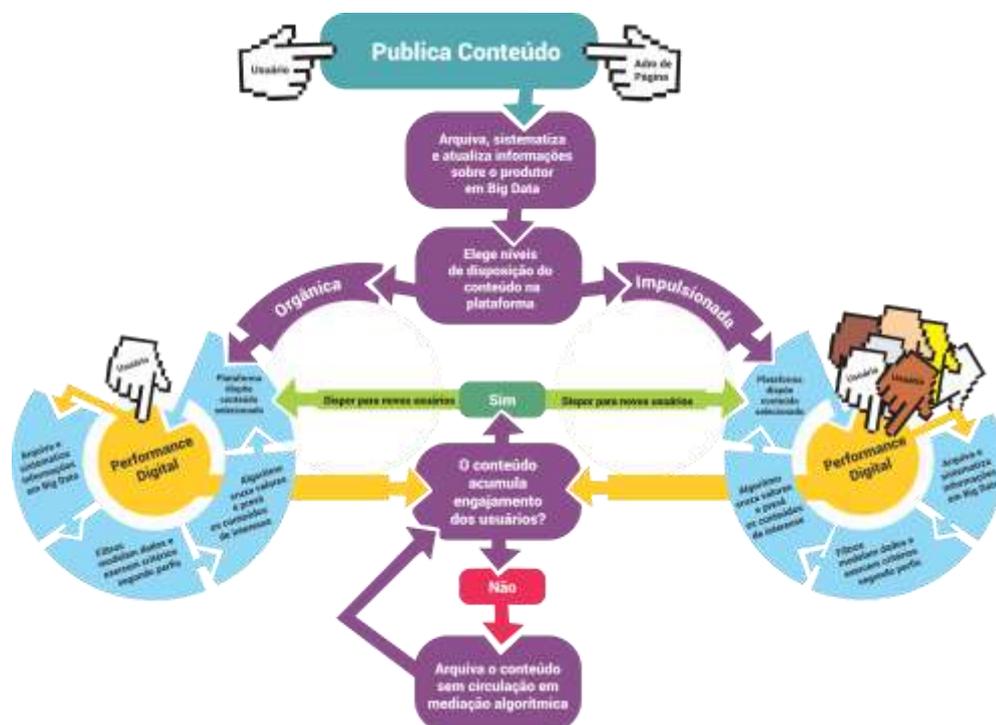
Gráfico 2 – Ciclo da mediação algorítmica para consumo de informação



Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019)

Já no segundo tipo, conduz a circulação de conteúdo personalizado para usuários a partir de circuito onde: a) um *user* pessoal ou *page* aderentes à plataforma virtual realizam publicação na plataforma; esta b) é arquivada e sistematizada em Big Data, atualizando as informações sobre o produtor; a fim de c) o produtor escolhe níveis de disposição do conteúdo, tendo como possibilidade as mediações algorítmicas de caráter orgânico – atingindo o conjunto de relações em rede – ou a impulsionada – que, sob patrocínio, terá maiores métricas de alcance a partir da expansão do universo de disposição do conteúdo em público-alvo definido pelo produtor; d) o conteúdo é disponibilizado aos usuários sob dinâmica de mediação algorítmica para consumidores. É nesta a etapa que a plataforma opera com centralidade e total poder, definindo os rumos de vazão das publicações e; e) o engajamento resultante da performance digital estabelece métrica para circulação do conteúdo: se possui engajamento, é disposto para mais usuários e, quando não, deixa de circular em feeds; para, f) o conteúdo manter-se caráter público mas em situação de arquivamento quanto à circulação, podendo ser acessado e sob possibilidade de interação mas sem estímulos para isso, sendo, portanto, o consumo fruto da busca ativa de usuários; g) podendo, por fim, voltar a circular com a tomada de novas interações – que é comumente tratado como ‘ressuscitar posts’.

Gráfico 3 – Circuito da mediação algorítmica para produtores de informação



Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019)

O alcance orgânico, ou seja, resultante de mediação sem pagamento tem circulação diminuída em detrimento dos posts patrocinados – sendo esta lógica, inclusive, definida e demarcada a fim de monetarizar os usos das plataformas e articular umas fontes de receitas. Assim, publicações publicitárias e posts impulsionados terão mais espaço para circulação em mediação algorítmica que conteúdos naturalmente predispostos.

Logo, assim como importa dizer que a mediação algorítmica não é exata em sua completude, pois lida com variáveis, é justo confirmar que, hoje, dispõe de arcabouço de dados complexos produzidos e retroalimentados por estas sistemáticas capazes de influenciar, em tempo real, na tomada de decisões cotidianas a partir de estímulos automáticos resultantes de, por vezes, coleta de informações sem a percepção e autorização dos usuários – ou seja, violação de direitos – para considerar “conhecimento sobre o usuário adquirido naquele instante, o conhecimento de escolhas anteriores do usuário e o conhecimento estimado estatística e demograficamente sobre usuários como este” (GILLESPIE, 2014, p. 176), na exposição de propostas.

Mediação algorítmica é expressão do que Kitchin e Dodge (2011, p. 5) caracterizam por ‘gerenciamento automatizado’ onde “sistemas de software pesquisam, capturam e processam informações sobre pessoas e coisas de maneira automatizada, automática e autônoma, fazendo julgamentos e articulando resultados sem supervisão humana”. Bom exemplo ainda na questão territorial está na percepção onde, ao realizar acesso a internet em novas localidades, somos confrontados com o fornecimento de publicidades orientadas por Google e indicações para realização de solicitação de amizades, considerando quesitos territoriais no Facebook.

As plataformas desenvolvem mediações algorítmicas sob ordenadores diferentes e específicos, segundo a intencionalidade de funcionamento a que se propõem. Aprofundando a discussão dos casos propostos, temos: a expressão do Page Rank no Google que foi desenvolvido em 1998 e estabelece mediação algorítmica para consumidores, posicionando informações entre os resultados de buscas consideradas como ‘relevantes’. Já em Facebook vemos o EdgeRank que foi mencionado publicamente em 2010 e se constitui em mediação algorítmica concomitante para consumidores e produtores de conteúdo, ao estabelecer filtros nas publicações que surgem no Feed a partir de critérios como afinidade, relevância e tempo – mediação algorítmica que discutiremos com mais afinco adiante. Os dois modelos de mediações são alocados sobre critérios que se baseiam na personalização – logo, cada usuário é submetido a uma experiência particular, ainda que realize os mesmos caminhos dado que a performance na rede não é a mesma.

Ao discutir que processos inteligentes e informatizados estabelecem uma nova ordem social, Kitchin (2016, p. 2) entende que processos como os citados acima “vão desempenhar um papel cada vez maior no exercício de poder, um meio através do qual se automatiza a disciplina e o controle das sociedades e aumenta a eficiência da acumulação de capital” em noção que impulsiona para muitos estudos – sistematizados sobretudo na tese de doutorado de Araújo (2017) – a afirmação da existência de uma Era de governança algorítmica generalizada que se dá, por um lado, no agenciamento computacional<sup>74</sup> sobre a vida como média da práxis social; por outro, nos efeitos disruptivos que esta relação provoca.

Com atenção ao primeiro, Beer (2016) concentra-se no que chama de processo de ‘tradução da vida em métricas’, para estabelecer ponderações sobre a produção de racionalidades a partir de estímulos sistematizados e das influências sociais que estas causam. Esta classificação, assim como as contribuições de Zuboff (2018), destaca que estamos tratando de sistemática que não só tornam automáticos processos, mas garimpa de forma combinada as informações provenientes das atividades realizadas. Por isso, torna-se factível que “cada vez o monitor do nosso computador é uma espécie de espelho que reflete nossos próprios interesses, baseando-se na análise de nossos cliques feita por observadores algorítmicos”, como bem explica Pariser (2012, p. 9). Já o segundo, privilegiaremos em discussão à luz do trato do objeto no item 3. 6. desta dissertação.

É preciso confirmar, assim como Zuboff (2018), que o caráter privativo da mediação algorítmica pela qual as pessoas estão expostas reforça o status unilateral do capitalismo de vigilância, onde a opacidade dos algoritmos e dos dados – inacessíveis ao usuário – definem não só o conteúdo agendado, mas a visibilidade e circulação destes que são julgados relevantes ou não por traçados aritméticos. Esta crítica não é um pensamento de vanguarda, dado que 59% dos brasileiros defendem que a mediação algorítmica das plataformas deve ser pública, como disponível nos dados do DataSenado (2019, p. 19).

### **4.3. Dos ditos e não ditos sobre o livro de rostos**

É inegável reconhecer que o Facebook é o maior site para articulação de rede sociais virtuais em atividade durante a pesquisa. Com atividades iniciadas em fevereiro de 2004, foi fundado por um grupo de estudantes de Harvard composto por Mark Zuckerberg –

---

<sup>74</sup> - Agenciamento computacional é uma proposição teórica da Tese de Araújo (2017) que atualiza o preceito das teorias de agendamento ao contexto de mediação algorítmica.

proprietário majoritário até hoje – Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes. A utilização inicial, restrita aos estudantes da universidade originária, foi rapidamente expandida para outras instituições e, gradualmente, para jovens em várias unidades de educação até tornar-se uma plataforma orientada para todas as pessoas com 13 anos ou mais. Hoje, para além do site e das aplicações do Facebook, a Coorporação comprou as ações majoritárias do Instagram em 2012 e do Whatsapp, em 2014. Juntas, articulam um público com 1,82 bilhões de usuários via dispositivos móveis no Facebook, um bilhão no Whatsapp, 900 milhões no Messenger e 400 milhões no Instagram, detendo 75% do mercado de mídia social móvel no mundo (TREFIS, 2019).

No Brasil, está como a principal fonte para acesso de informação (INTERVOZES, 2018, p. 13) e está localizada no rol de concentração do mercado de aplicações, possuindo seis (46%) das 13 aplicações mais utilizadas no país, doravante Facebook, FB Lite, FB Messenger e FB Messenger Lite, WhatsApp e Instagram. Neste trabalho, focamos nossas atenções ao Facebook. Este se caracteriza na possibilidade em possuir dois tipos de contas: o modelo fundamental é o perfil onde usuários constroem uma representação em self sobre si e podem se associar a outros perfis sob consentimento na insígnia da amizade; e, posteriormente, nascem as páginas utilizadas por produtores de notícias, empresas, coletividades, figuras públicas, organizações e marcas para disposição de conteúdo orientado aos usuários que optam por seguir os canais. Articuladas, estabelecem quatro modalidades de redes sociais comportadas na plataforma: na primeira, entre relações possíveis por usuários que decidem conjuntamente estabelecer interconexão; na segunda, mediada por grupos que reúnem usuários que não estão interconectados sob a alcunha de amigos, mas possuem um item de comunhão; na terceira entre usuários que seguem páginas em dinâmica unilateral; e, por fim, a quarta e menos visível, construída a partir de páginas que seguem e compartilham outras páginas.

Ao longo dos anos, a transformação da rede não se deu apenas no direcionamento ao público. À medida que se amplia para acolhimento de mais usuários, reinventa as aplicações ofertadas e a lógica de funcionamento da plataforma que, por sua vez, se refletem nas possibilidades de conexão entre usuários em dinâmicas de consumo dos conteúdos dispostos. Por isso, assim como Milan (2015) entendemos que a compreensão sobre plataformas não pode estar somente na usabilidade mas deve se debruçar, especialmente, no arranjo sociotécnico que a compõe pois este delimita as regras impostas e a dinâmica resultante.

### 4.3.1. Sobre a Plataforma

O primeiro formato da plataforma era composto como um conjunto de murais que disponibilizavam informações de usuários a partir de um perfil construído segundo a necessidade de representação e estabelecimento de redes sociais na internet entre estudantes de campus universitários e escolas.

Figura 8 – Perfil de usuário no Facebook em 2005

Fonte: Arquivo do site MídiaBoom (2011).

Ao serem visitados, os murais expunham, para além de informações pessoais, o traço de dados comuns entre a rede social de usuários, como amigos em comum. A possibilidade de diálogo por mensagem existe desde o início da plataforma, bem como sempre esteve presente a funcionalidade ‘Poke’ que, conhecida como cutucada, era utilizada para chamar a atenção de outros usuários para estabelecimento de relações.

Facebook, ainda neste período, já permitia a criação de grupos moderados para reunião de usuários segundo interesses comuns. Estes espaços permitiam a discussão através de postagens a serem comentadas e o envio de mensagens para todos os membros.

Figura 9 – Grupo no Facebook em 2004



Fonte: Acervo para divulgação do Facebook (2004)

Tínhamos, na origem, uma plataforma essencialmente voltada à produção e fortalecimento de vínculos em redes sociais. Assim funcionou até 2006, quando passou a ser aberto para que qualquer pessoa com mais de 13 anos criasse um perfil – superando o modelo para conexão de redes sociais em ambientes educacionais. A abertura do uso da plataforma veio acompanhada de um pacote de mudanças voltadas ao redesenho de funcionalidades, a fim de alcançar a massificação do uso. Uma medida fundamental para isso foi a ampliação das formas de acesso após o lançamento de aplicativo para celular que ampliou as dimensões de uso da plataforma e dobrou o público de usuários naquele ano.

Resultante do conjunto de informações concentradas sobre os usuários após dois anos de lançamento e da adesão de tecnologia API, estabeleceu – sob práticas experimentais – o Feed de Notícias como estrutura da plataforma. Nisto, o Facebook passa a adotar o espaço

como janela inicial aglutinando as informações postadas pelos usuários e estabelecendo uma alteração fundamental nas lógicas de privacidade. “Antes do mecanismo [...] na percepção dos usuários, estar visível a outros dependia da ação do usuário ou usuária publicar na estrutura do seu perfil e da ação proativa de outro usuário ou usuária propositalmente acessá-lo” (ARAÚJO, 2017, p. 132) e, com a alteração, estrutura-se uma lista em fluxo com publicações resultantes das conexões sociais realizadas no espaço virtual. A mudança torna mais visível as narrativas dispostas e reflete, naquele ano, como um marco das intencionalidades da rede sobre a constituição de um ecossistema que mina a privacidade e estimula a vida em público – sobretudo ao considerar os casos contrários e de mobilização contra a mudança descritos na tese defendida por Araújo (2017).

Figura 10 – Interface gráfica do feed de notícias em 2006

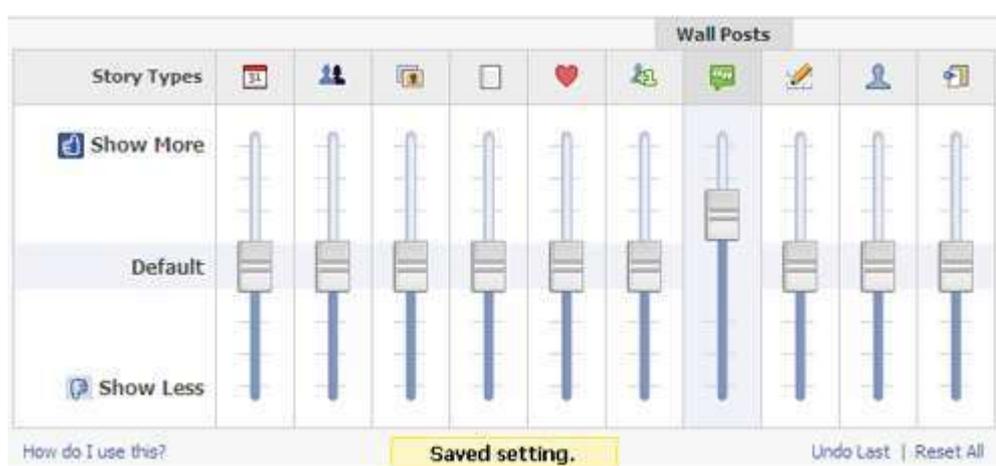


Fonte: Arquivo do site MídiaBoom (2011).

O Feed estabelece a transição na plataforma entre um modelo de mediação por algoritmo para a praxis de mediação algorítmica, pois aciona a utilização de novos ordenadores ainda não presentes no funcionamento do algoritmo central e a modelagem dos fluxos de disposição dos conteúdos ocorre a partir da definição de filtros. No primeiro modelo,

é permitido ao usuário estabelecer os valores percentuais nos filtros segundo prioridades de interesses. A seleção se dava a partir do registro em barras de rolagem que recebiam informações sobre o nível de interesse em dois grandes campos: no primeiro, concentram filtros sobre interações promovidas a plataforma, a exemplo dos grupos, de relacionamentos, de novos amigos, de mudanças no perfil e perfis favoritos – este último com a definição de até 20 usuários em conexão; o segundo diz respeito ao formato, com filtros para publicações que possuem fotografias, notas, links ou na atualização de status.

Figura 11 – Ajuste do fluxo de prioridades do feed em 2006



Fonte: Pulse 2.0 (2006) apud Araújo (2017, p. 150)

O modelo de mediação algorítmica sob customização estabeleceu o princípio – permanente até hoje – onde todo Feed de Notícias é um ato exclusivo e adaptável ao perfil estabelecido por cada usuário. O primeiro modelo, decorrente de uma plataforma que conseguia estabelecer baixo cruzamento de dados, volta-se à captação de dados como marca daquele momento.

O novo arranjo acontece em face ao contexto de crescimento da plataforma que terminou 2006, alcançando 12 milhões de usuários e ampliando para 17 milhões de usuários em 2007, registrando bilhões de conexões com amigos e mais de 5 bilhões de ações tomadas a cada hora que, para Bozworth (2007)<sup>75</sup>

Isso significa que o Feed de Notícias processa 1,4 milhões de novas ações dos usuários e 12 milhões de histórias inéditas a cada segundo para encontrar apenas as melhores 13.000 histórias para entregar aos nossos usuários ou 0,1% de todas as histórias possíveis. O Feed de Notícias também está todo o tempo crescendo rápida e inteligentemente. Ele passou do processamento de uma média de 100 MB de dados a

<sup>75</sup> - Cientista da Computação formado em Harvard em 2006 e contratado por Facebook no mesmo ano para desenvolver inteligência virtual na empresa.

cada segundo quando o lançamos, para mais de 300 MB/s (que é como ouvir 100 mp3s em um segundo!) (BOZWORTH, 2007).

Estas são condições imprescindíveis e que justificam, para os donos de Facebook, o estabelecimento das mediações algorítmicas como base para fortalecimento da experiência individual e personalizada da plataforma. Em maio de 2007, acontece a primeira Conferência F8 voltada a desenvolvedores de plataformas virtuais realizada pelo Facebook. Na ocasião, pela primeira vez, Zuckerberg anunciou a ideia de SocialGraph, onde “se você mapear todas as conexões entre as pessoas e as coisas que lhes interessam, poderia formar um gráfico que conecta todos” (ZUCKERBERG, 2010). A compreensão onde as conexões estabelecidas por pessoas são capazes de definir sujeitos e orientar demandas e ofertas é um horizonte para que o Facebook se volte, a partir de então, à captação de informações, à gestão de dados e ao uso destas para o desenvolvimento de mediações algorítmicas. Esta, no entanto, não era uma ideia pública; mas uma visão estratégica da empresa.

A primeira medida para viabilizar a empreitada se dá na implementação de dois novos botões ao lado de cada postagem no feed, ainda em 2007. Estes se constituíam em novos componentes para coleta de dados e, nomeada por Feedback do Feed de Notícias, consistia em botão com símbolo ‘X’ para informar o desejo de não mais receber conteúdos daquele formato ou usuário e, o outro, figurado em mão com polegar ao alto: nascia ali o primeiro formato de ‘like’ e informava a predileção por postagens. Nisto, estabeleceu-se as primeiras informações para composição do banco de dados a partir de lógica booleana<sup>76</sup>. As informações disponibilizadas não eram públicas, mas estavam disponíveis para manejo da média algorítmica e se constituíam em valores de posse da empresa.

Figura 12 – Botões para classificação de postagens em 2007



Fonte: Whitnah (2007) apud Araújo (2017, p. 154)

Em 2008, alterou-se o formato do perfil. O Mural foi transformado em uma lista organizada de modo cronológico com as postagens realizadas pelo usuário. Esta é outra

<sup>76</sup> - Lógica booleana é a estrutura computacional em sistema binário entre 1 e 0 da qual funcionam, por exemplo, processadores em computadores.

alteração que remodela a relação da rede com privacidade ao dispor e facilitar a navegação sobre experiências registradas em anos anteriores. Aqui tornou-se possível publicar diretamente na página de perfil que, por sua vez, passa a ser dividido em quatro abas: o feed pessoal, informações sobre o usuário, fotos e aplicativos. Cria, ainda neste ano, o sistema crowdsourcing<sup>77</sup> que ordena as notícias no feed a partir da lógica algorítmica da rede combinada ao perfil destacado pelo usuário construído pelo consumo de informações, reações e interações na plataforma. O filtro para além de fortalecer na empresa a mediação sobre o que se toma por verdade, fortalece e a alimenta a dinâmica em bolhas.

Figura 13 – Interface gráfica do mural em 2008



Fonte: Arquivo do site MídiaBoom (2011).

Qualquer semelhança com o Twitter não é coincidência. A pergunta para publicação passa a ser: ‘O que você está fazendo agora?’, valorizando o caráter instantâneo e de atualização automática da rede. A mudança amplia a composição do feed que, ainda em 2008, acolhe o formato *Live Feed* e passa a ser orientado não mais pela publicação de grandes

<sup>77</sup> - Crowdsourcing é definido pelo dicionário Merriam-Webster como o processo de obtenção de serviços, ideias ou conteúdo mediante a contribuição de um grande volume de pessoas – especialmente em ambientes digitais.

momentos, mas pela narrativa instantânea do imediato com menos filtros para composição da imagem pública. Este foi o ano da inclusão do Português do Brasil dentre os idiomas da Plataforma e da disponibilização de aplicativo para Iphones.

As alterações pelo que se chamou de Novo Facebook não duraram muito. Em 2009, a empresa lança novo design gráfico para a página inicial. Neste, é valorizado a noção de fluxo e sob atualização constante. Uma marca importante é a inclusão do espaço ‘Destaque’, contendo em barra lateral um conjunto de informações fixas orientadas ao conjunto de perfis estratificados pela mediação algorítmica. Se antes a lógica de relacionamento estava orientada à conexão entre amigos, a atualização da plataforma passa a acolher a relação com artistas, políticos e organizações de interesse público através do surgimento das páginas – que possuíam a mesma importância na mediação algorítmica que a publicação de um amigo.

A funcionalidade já existia na plataforma rival FriendFeed e, em 2009, o botão like assume o formato que conhecemos: de um botão acionado para demonstrar apoio valorado a um determinado post. Agora, de caráter público, associado à postagem e como um filtro de aprovação e valoração social sobre o conteúdo postado. O usuário emissor da publicação passa a receber notificações sobre outros usuários a aprovarem a publicação, bem como é disponibilizada a quantidade de likes recebidas em cada postagem.

Figura 14 – Adoção do like como métrica pública em 2009



Fonte: Pearlman (2009) apud Araújo (2017, p. 156)

Além da métrica da mediação, a funcionalidade demarca uma das bases para a construção de capital social na rede, metrificado não só pela quantidade de amigos, mas também pelo acúmulo de likes e interações que estes recebem.

Ainda em 2009, tivemos mais uma alteração na página inicial. Desta vez, o Feed passa a ter dois formatos: no primeiro, o conjunto de informações em dinâmica *Live Feed* com atualização constante de publicações em tempo real; no segundo, o News Feed com maior seleção dos itens a compor a seção escolhe as histórias que a plataforma entende conter engajamento do usuário, com “base em uma variedade de fatores, incluindo o número de amigos que curtiram e comentaram e a probabilidade de você interagir com determinada história”, como anuncia Yung (2009) no blog do Facebook. Temos, a partir daqui, uma experiência mais profunda e complexa de mediação algorítmica resultante da maior composição do banco de dados da empresa sobre os usuários, bem como do desenvolvimento tecnológico da arquitetura algorítmica da plataforma. Nesta etapa, com poucos meses após o lançamento da ferramenta curtir, a engenharia de redes já conseguia identificar, dentre os componentes da rede social de um usuário, aqueles com maior propensão à interação e os itens narrativos mais aceitos ao consumo de informação.

Figura 15 – Interface gráfica do feed em 2009



Fonte: Banco de Arquivos em Shareaholic (2009)

*News Feed*, no novo formato, passa a assumir a posição padrão como denotativo de valorização da seleção realizada, mas também como impulso para maior usabilidade deste formato e, assim, testagem e fortalecimento dos resultados da mediação algorítmica. *Live Feed*, no posto secundário, mantinha importância, pois também capilarizava o conteúdo total da rede e fornecia um conjunto mais amplo para observância do usuário e coleta de dados do sistema.

Em 2010, mais uma atualização foi lançada: ‘News Feed’ e ‘Live Feed’ permanecem como antes, mas com nomes diferentes; agora são, respectivamente: ‘Top News’ e ‘Most Recent’. Fonte de críticas e justificada por maior quantidade de publicações e consolidação de redes sociais com altas quantidades de amigos por usuário, o Top News se mantém como formato principal e permanece um botão visível para transição entre os modelos de disposição do conteúdo.

Figura 16 – Interface gráfica do feed em 2010



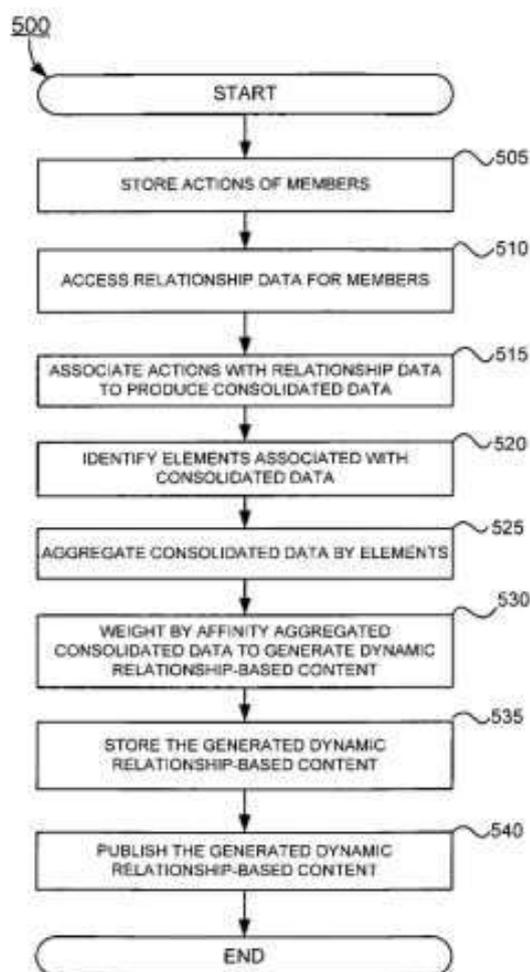
Fonte: Arquivo do site MídiaBoom (2011).

O algoritmo de seleção do Top News no Facebook foi, pela primeira vez, abordado publicamente na F8 realizada em 2010. Nomeado por EdgeRank, o sistema é “a forma como ranqueamos essas histórias no feed [...] olhando para as arestas no grafo” (SANGHVI; STEINBERG, 2010) em sequência que organiza os dados gerados por usuários e montan grafos em tempo real da rede social (BUCHER, 2018) onde conteúdos de toda natureza são considerados itens para interação e, portanto, estimulador de arestas entre usuários. A expressão de cada aresta é a atribuição de um valor capaz de traduzir a relevância de relações e, para isso, se articula em lógica sob pesagens que consideram o tempo da

relação metrificada, o formato em que se dá a interação entre usuários e o grau de relação captadas entre usuários. A lógica se estrutura na hipótese onde a intensidade e a qualidade de interação desenvolvida é justaposta aos laços concretos que as pessoas desenvolvem sem mediação da plataforma. Bucher (2018) explica que a somatória das arestas permite a hierarquização em tempo e espaço das postagens. Em outras palavras, define a ordem e a duração destas no feed de cada pessoa.

A lógica para mediação algorítmica foi patenteada por Facebook ainda naquele ano como uma tecnologia que se ordena no que denomina por “sistemas e métodos para gerar conteúdo dinâmico personalizado para membros de uma rede social na web baseado em relações” (BOSWORTH et al., 2010, p. 1). Pela necessidade imposta no processo de registro público de propriedades intelectuais, é revelada pela primeira vez a fundamentação lógica que acomete a rede no seguinte fluxograma:

Gráfico 4 – Lógica para mediação algorítmica no Facebook



Fonte: Bosworth et al (2010)

De modo mais sistemático, expõem o funcionamento que: parte dos conhecimentos armazenados sobre a performance dos usuários em rede, cruzados com dados das relações entre usuários – temporalidade, formato da interação e afinidade – expressa o estabelecimento de valorações aos conteúdos para posterior disposição ordenada. Temos, aqui, a construção de uma média articulada pela capacidade do sistema estabelecer cognições sobre as relações entre as pessoas a partir da métrica do like, das interações virtuais, das fotos postadas juntas e outros itens componentes no banco de dados.

Logo, o resultado da fórmula computacional para o EdgeRank firma em essência a expressão do que significa relacionamento para Facebook, bem como das definições de quais ações tem maiores importâncias e quais temporalidades conjugam maior relevância e, em conjunção, imprimem em tela a base de seleção de conteúdo particular a cada usuário, “muito embora a lógica potencial do algoritmo seja a mesma aplicada em todos os Feeds de Notícias, ela se atualiza em cada uso individual” (ARAÚJO; PRIMO, 2014, p. 40).

Voltada a uma dinâmica cada vez mais veloz de participação dos usuários na rede, altera a pergunta geradora que se radicava na expressão de ações para, aqui, passar a questionar ‘o que você está pensando?’ e imprimir sociabilidade de maior produção de conteúdo. Tem valor de circulação, nesta etapa, as publicações que receberem mais comentários, curtidas e compartilhamentos onde o engajamento fundamenta perfis de interesses que, em conjunto as métricas produzidas com base nas relações mediadas entre usuários, produzem bolhas sociais na plataforma e se constituem de filtros para mediação algorítmica.

Se existe preocupação sobre os critérios elencados para construção da mediação algorítmica do Facebook; nos atentamos, especialmente, à afirmativa no documento onde, para além das métricas virtuais para definição dos níveis de afinidade, “a atividade de um membro fora da rede social na internet também pode ser considerada” (BOSWORTH et al., 2010, p. 11) dado que, para além de não delimitar as fontes para coleta de informações, já anunciava a vigilância e capitalização da vida como bases de exploração contemporânea.

Ainda em 2010, anunciaram a aplicação ‘OpenGraph’ destinada a captação de dados dos usuários fora do Facebook. Junto a plugins sociais que permitiam a inclusão de botões para like em páginas fora da plataforma, estabelecendo uma lógica de sociabilidade onde é possível curtir matérias jornalísticas e produtos e, ao efetivar este ato, a informação estará disponível para a rede social do usuário; bem como fica registrado todos os likes que a peça tenha recebido – dos contatos e de outros usuários. Aqui, também se abria o capital

armazenado por Zuckerberg a partir da comercialização de dados pessoais para empresas e desenvolvedores a partir da aplicação SocialGraph.

No ano seguinte, em 2011 passa a ser fornecida a possibilidade de chamada em vídeo via Facebook em parceria com Skype<sup>78</sup>, inicia-se a funcionalidade para composição das listas de amigos e criação de um feed específico com perfis selecionados. Nasce, ali, a ferramenta ‘Seguir’ que insere as publicações dos usuários selecionados nas prioridades para mediação algorítmica e ‘Deixar de Seguir’ para eliminar as publicações de determinados usuários sem romper o laço de amizade.

Em 2012, o engenheiro de software Phil Zigoris do Facebook declarou em entrevista que “não temos um produto ou sistema chamado EdgeRank. O algoritmo do Feed de Notícias leva muitos fatores em consideração ao decidir o que mostrar” (GREENSTEIN, 2012). Esta declaração, apesar de confundir uma compreensão mais ampla sobre a dinâmica algorítmica, nos faz perceber a necessidade em compartilhar o desafio para observância de algoritmos neste trabalho – assim como perceberam BUCHER (2012) e KITCHIN (2014) – devido a indisposição das empresas em cessão do código-fonte para análise destes sob argumentação de vantagem competitiva que orienta o sigilo.

Figura 17 – Interface gráfica do mural em 2012



Fonte: Arquivo do site MídiaBoom (2011).

<sup>78</sup> - Empresa de aplicação tecnologia para chamada de vídeos.

Ainda que este, sozinho, pouco possa exprimir a política algorítmica impressa pela empresa que se articula com centralidade em torno dos objetivos estratégicos de lucro, das arquiteturas de redes e da compilação de dados estratificados. Elas estabelecem um jogo de constante afirmação e negação que impõem a pesquisadores, como Araújo (2017), o exercício para compreender o algoritmo pelos seus resultados travando o caminho inverso.

No esforço para sistematizar características e percepções sobre o funcionamento da mediação algorítmica, Araújo (2017) classifica temporalmente a existência de dois modelos: o Algoritmo Certo e o Algoritmo com Centro no Usuário.

O primeiro modelo compreende o algoritmo como um mecanismo inteligente capaz de fornecer a informação precisa para a pessoa certa e no momento ideal. Ele é tido como um grande agenciador com altos índices de acerto por conseguir delimitar conteúdos específicos para perfis segundo os preceitos do que se entende por cauda longa<sup>79</sup>.

O Algoritmo Certo é tido como uma constante iniciada em 2013; momento em que se imprime a opção para alteração entre os formatos do Feed passa a compor uma barra lateral pouco visível que, sem orientação sobre a transição, impôs para muitos a adoção do ‘Top News’ como formato único. O Facebook assume, como envergadura, a comparação a um jornal personalizado para justificar a lógica de seleção das notícias que mais devem importar para cada pessoa.

Ao analisar a estrutura da plataforma naquele período, van Dijck (2013, p. 46) destaca o que vai tratar como “ideologia do compartilhamento do Facebook”. Ela discute a adoção da ferramenta compartilhar como ethos de sociabilidade na rede e as métricas possíveis decorrente desta dinâmica influenciam na circulação do conteúdo pois o tornam disponíveis nas bolhas dos compartilhadores.

O advento de uso de *hashtags*<sup>80</sup> na plataforma orienta a personalização do conteúdo a partir da demarcação de um filtro que pode ser acionado por qualquer usuário da rede e, assim, acessar conteúdo produzido com aquele crivo específico. Consituindo-se, portanto, de funcionalidade que permite evocar construção de sentidos coletivos e metrificar a circulação de determinado conteúdo em determinado espaço de tempo.

Estamos falando do mesmo período que coincide com a redução nas métricas de visibilidade orgânica das páginas no Feed de Notícia, ou seja, sem pagar anúncios. A

---

<sup>79</sup> - Cauda Longa é um termo estatístico que diz respeito a representação em gráfico de um amplo conjunto aderente em pico em observante desnivelamento contínuo. Na cibercultura, a partir dos estudos de Chris Anderson, a cauda longa diz respeito ao consumo especializado em nichos possibilitados pelo advento da internet e suas aplicações.

<sup>80</sup> - Hashtags são filtros de conteúdo produzidos e afirmados por usuários em plataformas para redes sociais virtuais.

capacidade desenvolvida pela plataforma de mediar conteúdo em alta precisão é uma moeda em potencial para produção lucrativa – inclusive, foi criada com este fim. É interessante perceber, assim como fez a pesquisa realizada pela Social@Ogilvy em redação de Marshall (2014), que as métricas de circulação caíram pela metade quando se compara os dados de outubro de 2013 com os de fevereiro de 2014. Cai de 12,5% para em 6,15% em escala mundial e de 9,49% para 4,68% no Brasil em relação à média do alcance orgânico.

Figura 18 – Interface gráfica do feed em 2014



Fonte: Acervo de divulgação do Facebook (2014).

Em 2014, Facebook passou a cruzar dados produzidos por aplicações de georreferenciamento para, dentre outras coisas, identificar amigos nas imediações, dispor informações segmentadas e orientar dinâmicas de consumo no território. Foi possível observar a diferença entre as experiências dos usuários com as sínteses perfiladas para composição do Feed de Notícias. Isto é, mesmo performando características que o EdgeRank viria a tratar como afinidade – calculado no clicar, curtir, comentar e compartilhar de postagens entre amigos – não significa que a interação compreenderia a necessidade em querer ver mais sobre alguém ou algum assunto. É nesta base que desperta a percepção do Algoritmo com centro no usuário. Notado pela ampliação dos itens analisados para mediação algorítmica que passam a considerar não só as movimentações propostas no EdgeRank e metrificadas em rede, mas também as sínteses das experiências na plataforma. Afinal,

O objetivo do Feed de Notícias é mostrar as publicações que mais importam para você. As ações que as pessoas tomam no Facebook - curtir, clicar, comentar ou compartilhar - são historicamente alguns dos principais fatores considerados para determinar o que mostrar no topo do seu Feed de notícias. Mas esses fatores nem sempre nos contam toda a história sobre o que é realmente significativo para você. (ZHANG; CHEN, 2016)

Esta etapa demarca uma mediação algorítmica capaz de tomar como dados não apenas a performance dos usuários, mas também o conteúdo expresso nas práticas de engajamento – inclusive textuais. O objetivo do mecanismo, como sentença reforçada nos dispositivos textuais estudados, muda de definir o que é tido como certo para exibir em tela os itens que interessam aos indivíduos por critérios subjetivos antes não tratados na lógica.

A plataforma passou, em 2015, a permitir o envio de áudios e vídeos nos chats. Também foi o ano em que a empresa criou o projeto Facebook AI Research (FAIR) para aprofundar suas pesquisas em inteligência artificial e lançou a versão ‘lite’ do aplicativo com menos estruturas gráficas permitindo maior portabilidade em dispositivos móveis. Em pesquisa com usuários do Facebook neste ano, Eslami et al. (2015) observaram que 62,5% de sua amostra não era consciente da seleção de conteúdo realizada pelo Feed de Notícias.

Para, em 2016, aplicar um conjunto de questionários seriados a dezenas de milhares de usuários representativos de perfis compilados no mundo inteiro para avaliar a funcionalidade e qualidade dos algoritmos. Chamado de *Feed Quality Panel* a pesquisa possibilitou análises qualitativas em torno das informações coletadas, a fim de compor como síntese o dito ‘elemento humano; ou seja, articula junto ao algoritmo um conjunto de códigos desenvolvidos a partir da identificação de comportamentos em rede que não eram captados pelos mecanismos de coleta online e que são orientados aos perfis segundo o cruzamento de dados e a nova metrificação de interesses.

A mediação, nesta etapa, se propõe a resolver as críticas expostas por Gillespie (2014, p. 175), ao defender o caráter mais sociológico do que matemático para definição de relevância, pois se trata de “um julgamento fluido e intrincado, aberto à interpretação como termos avaliativos que pesquisadores da mídia já desembrulharam, como ‘interessante’ ou ‘popular’” e que diz respeito à relação de cada usuário com o mundo que o rodeia e às experiências que o formaram.

O novo modelo é lançado em junho de 2016 com a apresentação do News Feed Values: uma nova ordenação algorítmica para mediação orientada em sete bases, onde a) famílias e amigos são a prioridade; b) possui caráter informativo; c) volta-se ao entretenimento; d) pela valorização de todos os pontos de vista; e) comunicação autêntica; f)

na possibilidade de controle da vivência em rede; g) sob constante interação. Vale atentar-se ao lugar de destaque oferecido ao caráter informativo da rede que, resultado das indicações de interesses percebidos na pesquisa, já figurava sobre as finalidades de usos da plataforma pelos usuários. Não à toa, temos no Facebook o principal espaço para acesso a conteúdo informativo para a maioria das pessoas, como já discutimos nesta pesquisa. Já sobre o caráter de uma plataforma para todas as ideias predisposto no item d) é algo que percebemos falso dadas as mediações algorítmicas que impulsionam determinados conteúdos e relegam outros à baixa visibilidade, às dinâmicas de monetarização da plataforma e à conformação das bolhas sociais. Então, se é verdade que Facebook acolhe postagens de diversas matizes políticas, é também verdade que elas não estão disponíveis sequer para o conjunto da rede social construída pelo usuário ou pela página – quanto mais para o conjunto potencial de usuários. Entendendo o caráter homogêneo que o ‘like’ cumpria para uma plataforma que se redesenhou por completo, a função foi ampliada, em 2016, com o acréscimo de outras novas cinco funcionalidades, a fim de captar as reações dos usuários com maior especificidades, sendo elas: ‘Amei’, ‘Uau’, ‘Haha’, ‘Grrr’ e ‘Triste’. Sendo, portanto, uma medida para complexificar a coleta de dados.

Figura 19 – Botões para classificação de postagens em 2016



Fonte: Portal G1 (2016)

É importante compreender que, dois anos após coleta de dados no trabalho de Eslumi (2015), não há aparente mudança na percepção que os usuários tomam sobre Feed de Notícias. Numa abordagem qualitativa, Araújo e Sá (2016) registram em pesquisa nacional que entrevistados demonstram não perceber estarem sob mediação algorítmica e julgam o Feed como um espaço de caráter pessoal.

Temos seriadas alterações realizadas nos anos seguintes na estrutura da plataforma, inclusive que imprimem redução da visibilidade e circulação do conteúdo nas páginas – a exemplo da alteração lógica da plataforma no início de 2018 que potencializa o efeito bolha, ao privilegiar a circulação de conteúdo na timeline dos amigos com melhores métricas de afinidade em detrimento das páginas de notícias. Porém, construímos o traçado de

desenvolvimento da plataforma até 2016 – e aqui encerramos – em razão da circunscrição temporal do objeto e do corpus deste trabalho de modo que esta descrição possa contribuir no esforço de entender o funcionamento da plataforma no momento utilizado pelos atores sociais em análise.

## 5. BARRICADAS VIRTUAIS ABREM CAMINHOS?

Primeiro, é preciso tomar que a definição do código de mediação algorítmica que regula o relacionamento entre o Feed de Notícias e a publicação de Páginas – já discutido sob a alcunha de mediação do produtor-usuário – toma forma no Facebook em resultado às métricas orgânicas resultantes de estratégias articuladas e aplicadas, para melhorar engajamento e alcance ou impulsionamentos pagos de modo que, sem estes, a performance digital na plataforma possui poucas chances de se mostrar efetiva.

Por isso, não é de se estranhar, quando lidamos com um cenário onde 26% dos produtores recebem 77% dos views no Facebook, como explica artigo publicado em Tubular (2017) ou na queda crescente de alcance orgânico, dadas as observâncias de Rayson (2017) que escreve sobre a queda constante das métricas.

A pesquisa Monopólios Digitais ainda destaca que, no Brasil, das 50 páginas com maiores métricas de seguidores, 32 são referentes a canais de circulação de conteúdo em alguma medida. Destas, 40% são perfis pessoais de artistas, 21% são de sites – 9% de jornalismo, 6,2% de entretenimento e 5,8% de assuntos outros – 12,5% de programas de TV 9% de plataformas de circulação de conteúdos, 9% são de canais de TV e 6,2% são de redes de TV aberta.

É nesta ambiência que, em 2016, a construção de páginas no Facebook se dava como principal plataforma de comunicação em espaço digital para movimentos sociais no Brasil à luz do que percebemos no caminhar desses anos de desenvolvimento da pesquisa e das análises até aqui realizadas neste trabalho. Apesar da funcionalidade não compor um artifício apenas dos grandes conglomerados de comunicação e ser largamente utilizado por agrupamentos da sociedade civil, julgamos, assim como Interozes (2018, p. 166), que não conjugam instrumentos de difusão e muito menos espaços alternativos de comunicação, dado, “em primeiro lugar, pelo domínio de referências culturais (como artistas, canais e programas), reforçando atores já de destaque na indústria cultural. [...] Em segundo lugar, a derrubada significativa do alcance das publicações destes espaços fragilizou sua referência junto aos usuários da plataforma”.

Marcadamente, o Facebook foi a plataforma adotada nas experiências de Ocupações Universitárias do Ceará em 2016 e localizou-se como suporte principal para execução da comunicação pública. Constatamos, a partir do mapeamento dos intentos de comunicação pública que páginas criadas na plataforma foram os canais fundamentais para circulação de informações e, com base nelas, notas públicas, cartas, convites, banners de

divulgação de atividades, fotografias e outros componentes tornaram-se acessíveis ao público externo. Para realizar esta etapa de análise, mais uma vez, buscamos os dados outrora extraídos pelo Netvizz nesta pesquisa.

### 5.1. Ocupando o Facebook

Primeiro, perfilamos as páginas a partir das dinâmicas de postagem e das decorrentes interações virtuais em curtidas, reações, comentários e compartilhamentos que estas acumulam. Esta observação é importante porque nos permite caracterizar sobre alcance a partir de um panorama total sobre as interações virtuais com usuários que articulam a rede social das páginas em análise. Dai, registramos:

Tabela 8 – Métricas por interações virtuais

Página	IES	QUANTIDADE				
		Posts	Likes	Reações	Comentários	Compartilhamentos
@greveestudantilUFC	UFC	205	12026	2578	783	4112
@ocupaifce	IFCE	103	826	85	52	287
@ocupartes	IFCE	129	1846	406	150	795
@ocupaurca2016	URCA	120	2206	201	210	956
@ocupaufca	UFCA	194	1709	204	66	385
@ocupaunilab	UNILAB	139	1248	162	46	265

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019)

Destaca-se, pelo valor, que as funções de like e outras reações se configuram como a principal modalidade de interação entre usuários e, nisto, um importante indicativo sobre a performance de usuários em tela que realizam prioritariamente ações estimuladas. Para lidar com isto, entendendo que cada post só pode receber uma única resposta estimulada, lidaremos com o preceito de interação por clique que, por sua vez, será resultante da somatória dos valores em curtidas. Ao dividir os valores de cada prática virtual pelo número total de postagens, temos a interação média por postagem por páginas.

Tabela 9 – Médias de interação por postagem

PÁGINA		QUANTIDADE		
		Por cliques	Por Comentários	Compartilhamentos
@greveestudantilUFC	UFC	58,663	3,819	20,058
@ocupaifce	IFCE	16,864	0,504	2,786
@ocupartes	IFCE	31,767	1,162	6,162
@ocupaurca2016	URCA	38,441	1,75	7,966
@ocupaufca	UFCA	18,670	0,340	1,984
@ocupaunilab	UNILAB	19,122	0,330	1,906

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019)

Ao analisar estes números, percebemos que comentários não são uma prática instantânea de interação dos usuários – como discutiremos mais à frente. Estes se expressam, sobretudo, com demonstrações por cliques. É interessante perceber que as métricas de compartilhamento são mais altas que as de comentários em todos os casos em valores exponenciais, denotando que usuários, ao invés de reafirmar o conteúdo que concordam, o tornam mais visível ao circular na bolha reforçando o caráter de disputa de visibilidade e não de argumentação e debate.

Apenas uma página consegue superar a média de 3 comentários, 20 compartilhamentos e 50 interações por cliques a cada postagem. Considerando que o uso dos canais estava relacionado ao interesse em disputar narrativa e estabelecer diálogo com a população das cidades, constatamos que os números expressam o baixo nível de interação e retorno.

É importante notar que a interação por cliques é a principal expressão de interação para os usuários nas conexões analisadas neste trabalho. É através desta modalidade que a ampla maioria dos pertencentes as redes articuladas pelas páginas expressa posição e relação com os objetos e temáticas propostas. Dado que as reações estimuladas em interações por cliques conferem a maior parcela de interação das pessoas com o conteúdo tornado público, temos disto um importante termômetro para tipificar sobre as relações em rede e, por isso, assumem status de importância para esta pesquisa. Nisto, tomamos como um bom parâmetro a realização de comparativo dos valores registrados com o universo de seguidores, para aferir a constatação anterior que versa sobre a baixa interação.

Tabela 10 – Média de interação por usuário

PÁGINA		QUANTIDADE		
		Seguidores	Média de Likes/Reações	% de Postagens
@greveestudantilUFC	UFC	5.558	2,62	1,27
@ocupaifce	IFCE	567	3,05	2,96
@ocupartes	IFCE	781	5,24	4,06
@ocupaurca2016	URCA	1.006	4,58	3,81
@ocupaufca	UFCA	1.037	3,49	1,79
@ocupaunilab	UNILAB	664	4,00	2,87

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019)

Dados os valores finais aferidos na média de interação por cliques, percebemos que nenhum dos casos ultrapassa a marca média de 5% das postagens com intervenção dos usuários. Reforçando, portanto, a avaliação que convencionamos ao caso estudado a afirmativa de baixo retorno e diálogo dos usuários.

Entendendo o local que as interações por cliques possuem e reafirmando o caráter de semiótico de suporte/apoio existente na expressão do like, nos debruçamos sobre as outras reações disponíveis na plataforma, a fim de identificar o retorno dos usuários ao conteúdo.

Tabela 11 – Quantidade de reações nas páginas

PÁGINAS		INTERAÇÕES POR CLIQUES					
		Amei	Uau	Haha	Triste	Grr	Gratidão
@greveestudantilUFC	UFC	2414	59	36	50	19	0
@ocupaifce	IFCE	70	4	1	2	8	0
@ocupartes	IFCE	369	6	11	7	13	0
@ocupaurca2016	URCA	186	2	4	1	8	0
@ocupaufca	UFCA	202	0	2	0	0	0
@ocupaunilab	UNILAB	154	2	0	6	0	0

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019)

Em todas as páginas, a expressão da reação ‘amei’ é amplamente majoritária, quando comparada às demais. Este é um demonstrativo que a ferramenta foi utilizada,

sobretudo, para ampliar a expressão aprovação do conteúdo exposto e das iniciativas da causa. As reações que demarcadamente exprimem carga negativa, como ‘Grrr’ e ‘Triste’, são pouco utilizadas. No caso da @ocupaufca é nula a adoção destes marcadores. Nisto, percebe-se que as páginas não sofreram ataques de robôs orientados por contramovimentos de desocupação a partir destas ferramentas e não adentraram as bolhas de usuários potencialmente contrários as ideias por elas praticadas.

Outro marcador importante para análise encontra-se nos comentários. Para trato deste, iniciamos com a sistematização da quantidade de comentários em cada post, a fim de identificar a frequência de uso da ferramenta.

Tabela 12 – Distribuição de comentários em postagens

PÁGINAS	QUANTIDADE DE COMENTÁRIOS							
	0	1 e 2	3 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 50	51 a 100	+ de 101
@greveestudantilUFC	137	37	15	8	2	2	1	3
@ocupaifce	89	9	1	4	---	---	---	---
@ocupartes	82	29	17	1	---	---	---	---
@ocupaurca2016	96	17	2	2	1	1	---	1
@ocupaufca	160	27	6	1	---	---	---	---
@ocupaunilab	121	14	1	2	1	---	---	---

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019)

A alta taxa de publicações sem comentários já era algo esperado frente às baixas médias aqui apresentadas. As publicações sem comentários são maiores que a somatória de todas as que possuem e, entendendo que o público envolvido majoritariamente demonstra apoio em interações por cliques, não é natural a baixa adesão neste tipo de interação.

Esta é a única modalidade que demanda elaboração e maior emprego de tempo do usuário e, considerando que poucos posts alcançam altas métricas, é justo dizer que nem toda postagem é estimulante à resposta ou produzida e planejada com esta finalidade. Entendemos que a presença constante de overposting na gestão dos canais e o escasso planejamento de construção narrativa são elementos fundamentais e que podem explicar esses números.

Nos interessa entender os caracteres que permitem as 3 postagens do @greveestudantilUFC e 1 da @ocupaurca2016 com mais de 100 interações em comentários. Para isso, registramos as 4 publicações a seguir.

Figura 20 – Postagens com com mais de 100 comentários

**Comando de Greve Estudantil - UFC**  
17 de dezembro de 2016

**QUER VITÓRIA? POIS TOMA!**

A Greve Estudantil de 2016 já arrancou conquistas importantíssimas! Foi no movimento de ocupações que conseguimos vitórias em pautas históricas do M.E UFC como o café da manhã para todos os estudantes. É necessário que todo o corpo discente fiscalize e pressione a reitoria pela efetivação dos acordos estabelecidos.

Agora é o momento de nos juntarmos para comemorar nossas vitórias e planejar coletivamente os próximos passos da nossa luta em defesa da Universidade Pública. Vem pra Assembleia Geral: <https://goo.gl/M4sTSb>  
#OcupaTudoUFC #SóALutaMudaAVida

<p><b>E VITÓRIA DA GREVE!</b></p> <p><b>CAFÉ DA MANHÃ DISPONÍVEL A TODAS OS ESTUDANTES A PARTIR DE MARÇO</b></p>	<p><b>E VITÓRIA DA GREVE!</b></p> <p><b>INDICATIVO DE ABERTURA DE MAIS 100 VAGAS DA BOLSA DE INICIAÇÃO ACADÊMICA</b></p>
<p><b>OCUPA TUDO UFC</b> @grevestudantilufc</p>	<p><b>OCUPA TUDO UFC</b> @grevestudantilufc</p>
<p><b>E VITÓRIA DA GREVE!</b></p> <p><b>GARANTIA DA MANUTENÇÃO DO VALOR DO R.U PARA ESTUDANTES</b></p>	<p><b>E VITÓRIA DA GREVE!</b></p> <p><b>ÔNIBUS INTRACAMPUS NO PÓLO NG BRUNO A PARTIR DE MARÇO</b></p>
<p><b>OCUPA TUDO UFC</b> @grevestudantilufc</p>	<p><b>OCUPA TUDO UFC</b> @grevestudantilufc</p>

1,1 mil 172 comentários 697 compartilhamentos

**Comando de Greve Estudantil - UFC**  
15 de dezembro de 2016

A greve dos professores acabou. A PEC da morte foi aprovada. Mas e como ficam as aulas? E a greve estudantil?

A Reitoria da Universidade Federal do Ceará garantiu que, para que as e os estudantes pudessem compor a greve estudantil com efetividade, um calendário de reposição das aulas e atividades fosse feito. Como o semestre de 2016.2 se encerra no dia 15 de dezembro, o calendário de reposição só será discutido no ano que vem, em reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

Portanto, a realização de aulas extras ou avaliações de qualquer natureza antes do estabelecimento do calendário de reposições pode e deve ser contestado por nós. Isso vale também para os trabalhos por e-mail.

Se seu professor ou sua professora está marcando provas ou exigindo trabalhos agora, fique atento: isso é assédio! Caso isso esteja acontecendo, procure o Comando de Greve de Estudantes para que possamos dar encaminhamento à sua denúncia.

A greve docente pode ter acabado, mas a greve estudantil continua! Na segunda-feira (19), realizaremos Assembleia Geral de Estudantes, para debater nossas estratégias de luta a partir de agora. E a partir das 13h, nos Jardins da Reitoria. (<https://www.facebook.com/teventil116241098870783/>)

Se o retrocesso se anuncia, lutar é um dever!  
#OcupaUFC #OcupaTudo #GreveEstudantil2016

**A GREVE DOS PROFESSORES ACABOU: MAS E AGORA?**

**OCUPA TUDO UFC**

346 57 comentários 121 compartilhamentos

**Comando de Greve Estudantil - UFC**  
13 de dezembro de 2016

E a Avenida da Universidade amanheceu trancadíssima nessa terça! Estudantes em greve realizam Cadeiraço contra a PEC 55 e o congelamento dos nossos direitos! Ainda hoje, às 14h na Praça da Gentilândia tem o Grande Ato Unificado contra a PEC.

Nosso recado tá dado: Ou cai o Temer e essa PEC, ou paramos o Brasil!  
#ForaTemer #OcupaTudo #ContraPEC55

1,8 mil 148 comentários 1,6 mil compartilhamentos

**OCUPA URICA 2016 fez uma transmissão ao vivo.**  
23 de dezembro de 2016

63 101 comentários 10 compartilhamentos 700 visualizações

Fonte: Página @comandodegreveUFC e @ocupaurca2016 (2016)

As quatro publicações, todas ocorridas no mês de dezembro, possuem muitas diferenças. Quanto ao formato, temos: duas publicações com cards de caráter informativo, uma com transmissão ao vivo de debate sobre transexualidade na URCA e uma com fotografias do cadeirato na Avenida da Universidade em 13 de dezembro. Também diferem nas características da narrativa e nos dias de publicação. Conferimos, entretanto, a alta taxa de comentários ao conteúdo que exprimem e a capacidade deste em despertar interesse público, seja marcando outros usuários para também consumirem o conteúdo, seja elaborando reflexões e dialogando com o discurso exposto.

É importante notar que estas ocorrem na reta final das ocupações. Ou seja, as páginas já possuíam um público maior que o inicial e com mediações algorítmicas bem definidas – elemento que poderia dificultar a circulação destes conteúdos. Porém, a importância conferida pelos usuários ao conteúdo, a não realização de overposting nesses dias e o acerto na tática permitem aos 4 casos obterem visibilidade fora do padrão.

Outro aspecto importante para a análise dos comentários é o retorno que estes receberam após publicados, tanto em interação por cliques quando na geração de debates – e, inclusive, na ausência total de respostas. Compartilhamos, entretanto, que não tratamos das respostas escritas aos comentários, pois, para além de poucos casos, se circunscrevem em objeto a ser tratado em análise do conteúdo e objeto para outras pesquisas que não o usufruto deste trabalho. Visualizamos, nas interações por clique, por sua vez, uma boa maneira, para observar a dinâmica de retorno às produções dos usuários.

Tabela 13 – Comentários em interações por cliques

PÁGINAS		QUANTIDADE DE INTERAÇÕES POR CLIQUES					
		0	1 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 ou +
@greveestudantilUFC	UFC	332	345	26	9	3	8
@ocupaifce	IFCE	28	24	---	---	---	---
@ocupartes	IFCE	60	84	6	---	---	---
@ocupaurca2016	URCA	121	82	---	---	---	---
@ocupaufca	UFCA	21	44	---	---	---	---
@ocupaunilab	UNILAB	16	30	---	---	---	---

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019)

Apenas em @ocupaifce e @ocupaurca2016 temos a expressão nula como maioria, conferindo que comentários não possuíram devolutiva de interação nem da página.

Retomando a avaliação de que o público de seguidores manifestava-se majoritariamente em apoio as páginas, a ausência de uma política de manifestação ao comentário realizado denota pouco manejo e observância deste conteúdo, além da inviabilidade técnica, de campo e de outras abordagens para construção de vínculos e tecitura de redes sociais com os usuários. Estas duas, acrescidas de @ocupaufca e @ocupaunilab não registram, em nenhum momento, uma publicação com mais de 5 interações por clique; ou seja, estas páginas e suas publicações não se consolidaram como um espaço de debate público e, por consequência, os comentários eram pouco observados e constam de poucas interações.

@ocupartes alcança 6 publicações com interações por clique entre 6 e 10. O número pode parecer uma boa expressão, quando comparada as anteriores, mas não é. Considerando que esta página possui universo de 781 seguidores e, nisto, orbita em envolvimento entre 0,9% e 1,2% do público, insere-se como um espaço de interação numa bolha bastante restrita que não congrega o potencial da rede.

Em @greveestudantilUFC, todos os comentários que ultrapassaram 20 curtidas são críticos e não apoiam as ocupações na Universidade. Quatro delas se concentram no primeiro post de anúncio da primeira ocupação divulgada em Fortaleza. Os comentários e reações não foram feitos por robôs; logo, os comentários de ataque com notório apoio de outros usuários confirmam nestes casos uma real arena pública de debates.

Analisados todos estes componentes e atentos a uma compreensão mais geral das páginas, tratamos do engajamento dos usuários nestes canais. Logo, concebemos esta categoria como o resultado da somatória das formas de interação disponíveis na plataforma entre usuários e conteúdo, estabelecendo filtro para usuários duplicados entre os mecanismos.

Tabela 14 – Engajamento médio de usuário por postagens

PÁGINAS	ENGAJAMENTO MÉDIO					
	Nulo	1 a 10	11 a 50	51 a 100	101 a 300	301 ou +
@greveestudantilUFC	4	56	89	15	24	14
@ocupaufce	---	64	35	3	1	---
@ocupartes	4	23	92	10	---	---
@ocupaurca2016	5	28	68	13	6	---
@ocupaufca	2	112	76	4	2	---
@ocupaunilab	14	73	46	6	---	---

Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019)

Temos em @ocupaifce de Iguatu a única experiência em que todas as publicações dispõem de algum tipo de engajamento. Este dado revela que todas as postagens, independente de formato e característica, tiveram alguma resposta e interação dos usuários.

As publicações com engajamento nulo, em todos os casos, se encaixam em três perfis: ou são compartilhamento de programações de outras páginas, como percebemos nos 4 casos da Página da UFC; podem se tratar de publicações feitas por usuários na timeline da página, dados os 9 exemplos da UNILAB, 4 do IFCE Fortaleza, 4 da URCA e 1 da UFCA; ou, não menos importante, os casos onde temos postagens realizada por página com efeito nulo. Nesta última, registramos sete casos, um referente à publicação da URCA em 24 de dezembro de 2016, informando sobre a cobertura de ato a ser realizado no Natal; outro da UFCA com card da programação da ocupação em 09 de dezembro; e cinco da UNILAB, sendo: uma com card da programação de 09 de dezembro; um link com matéria sobre legalização do aborto e três compartilhamentos de publicações de outras páginas.

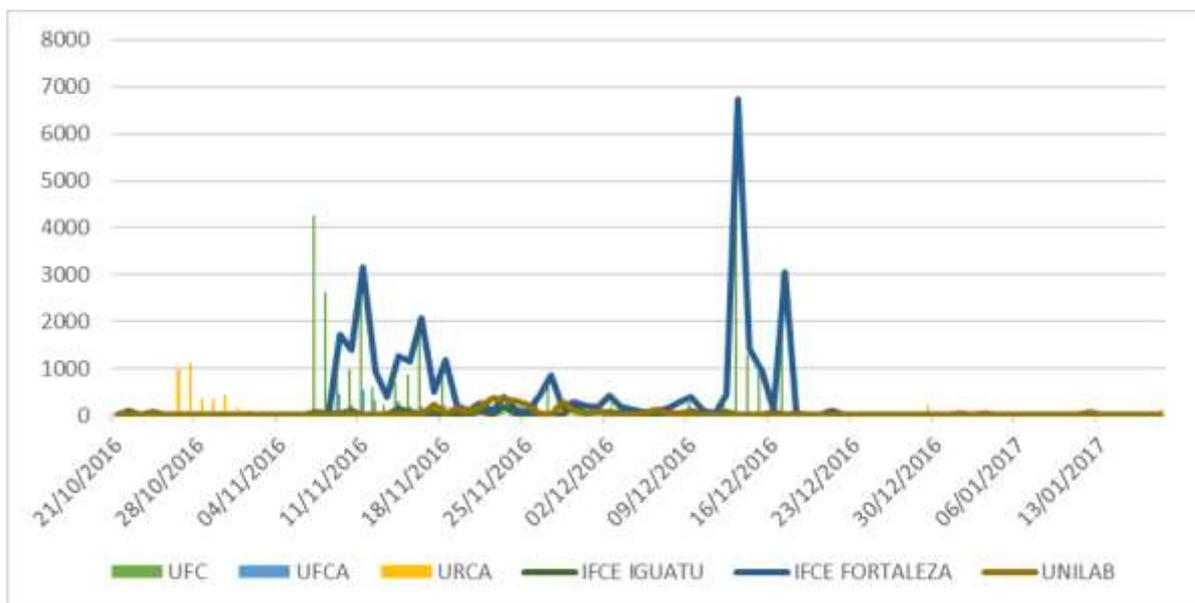
As publicações de @ocupaifce, @ocupaunilab e @ocupaufca reuniam, majoritariamente, engajamento entre 1 e 10 pessoas a cada publicação. Já o @comandodegreveUFC, @ocupaurca2016 e @ocupartes tiveram entre 11 e 50 pessoas como público na quantidade mais expressiva de publicações. Dadas as dinâmicas de mediação algorítmica e o número constante, estes públicos constituem, por sua vez, um indicativo da esfera mais próxima destes canais – isso porque a certeza desta afirmativa só seria possível com análise do código-fonte e do substrato de dados das páginas pertencentes e não divulgadas de forma pública pelo Facebook. Em outras palavras, temos, aqui, a bolha simples desenvolvida da interação entre páginas e usuários.

Ao localizar um olhar geral, temos 24 publicações em UFC, 6 na URCA, 2 na UFCA e 1 no IFCE Iguatu com engajamento superior a 100 usuários. Sem esquecer das 14 na UFC que alcançam mais de 300 usuários. Dadas às métricas comuns observadas até aqui, estas são as publicações que conseguiram melhor desempenho no universo de seguidores e, por sua vez, conseguem superar a bolha que produzem.

Ao se debruçar sobre formatos, tomamos nota que as publicações com maiores êxitos em engajamento são: 2 com links de matérias do Jornal O Povo sem caráter negativo sobre as ocupações, 3 das publicações com maiores taxas de comentários – já discutidas neste capítulo – e todas as demais contém fotografias da tomada de ocupações, de atos e manifestações políticas e simbólicas. Por isso, é fundamental registrar atenção especial aos formatos visuais, sobretudo fotográficos, na relação que estes nutrem para engajamento e disputa de narrativas em plataformas virtuais – objeto de interesse para trabalhos futuros.

Esta relação, entretanto, não é meramente matemática. Por isso, agrupamos por dias o engajamento das postagens no intento de compreender os períodos de fluxo e contrafluxo na relação entre páginas e usuários.

Gráfico 5 – Engajamento alcançado por dia



Fonte: Produzido nesta pesquisa (2019)

Estes dados em contraposição às informações do Gráfico 1, nos fazem perceber três momentos no fluxo de engajamento: a) o primeiro marcado de 21/outubro a 18/novembro marcado pelo início das ocupações, pelo emprego de overposting e por alto engajamento dos usuários nas páginas; b) o segundo referente ao período de 19/novembro a 11/dezembro que também é atravessado por overposting mas com baixas métricas de engajamento; e c) o terceiro firmado de 12/dezembro a 18/dezembro, marcado pelo período de votação da PEC 55/2016 no Senado com mobilização expressiva nas ruas, com adoção máxima de cinco postagens máximas por dia e as mais expressivas taxas de engajamento.

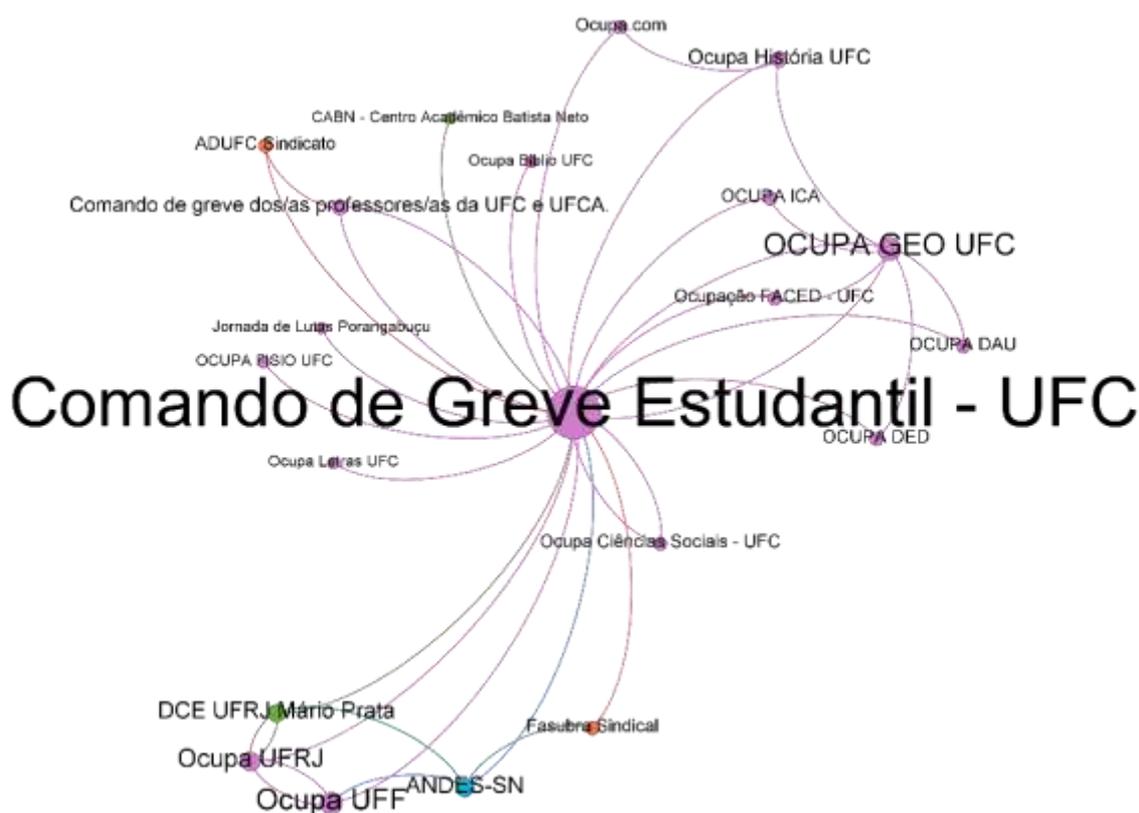
Esta percepção dos fluxos reforça duas análises fundamentais para esta pesquisa. A primeira confirmação onde a adoção de overposting, para além da saturação na plataforma e da recomendação contrária dada à mediação algorítmica, não é método garantido para engajamento dos usuários, pois, como observamos a adoção da tática foi feita no segundo período por quase um mês e não surtiu efeito. A segunda é originária da realidade que bate em nossa porta: é a ruptura com o cotidiano e o efeito de notícia jornalística nas postagens do primeiro e terceiro período que conferem engajamento aos usuários. Em outras palavras: é sobre a força da mídia hegemônica.

## 5.2. Construindo redes sociais

Aqui, no intento de identificar e analisar as redes sociais construídas entre páginas, empregamos a metodologia proposta por Recuero, Bastos e Zago (2015) para Análise de Dados e utilizamos o aplicativo Gephi<sup>81</sup> para construção de infográficos.

Investigamos o circuito de redes pelo qual as informações disponíveis nas páginas circulavam na virtualidade, definimos aplicação metodológica de análise em redes egocentradas – ou seja, construídas a partir da definição de um elemento como central e pelo qual se desencadeia a definição do conjunto da rede – onde o nó principal é a página emissora de conteúdo. Ao analisar a figuração associativa – relações associativas são marcadas por conexões estáveis e monitoradas pela plataforma a fim de identificar a rede social construída na plataforma em análise – da rede construída pela página @greveestudantilUFC, temos a seguinte representação da rede social:

Gráfico 6 – Gráfico Associativo da página @greveestudantilUFC



Fonte: Acervo da Pesquisa (2019).

<sup>81</sup> - Gephi é um aplicativo desenvolvido para estruturar dados em grafos computacionais

Temos na representação 21 nós<sup>82</sup> e 37 arestas<sup>83</sup>. Cada nó está identificado por cores que dizem respeito à configuração política de cada elemento: os rosas dizem respeito a ocupações estudantis e mobilizações grevistas; os verdes constituem as entidades de representação discente; azul e laranja são sobre sindicatos nas pautas de educação. Quanto ao tamanho dos nós, são proporcionais ao indegree, que representa a quantidade de conexões que um determinado nó recebe.

Na página utilizada pelas 34 experiências de ocupação na UFC, obtivemos um ponto orgânico de interação com outras redes. Percebemos que, pela pluralidade de ocupações descentralizadas na instituição, a página @greveestudantilUFC cumpria papel de unificação do conteúdo e, assim, uma síntese sobre o movimento de ocupações referentes à Universidade.

Ao analisar @ocupartes do IFCE em Fortaleza, tivemos uma interação única com a página da ocupação do Instituto de Cultura e Arte da UFC. Esta é a única rede construída entre páginas de ocupações de instituições distintas no Ceará e, nisto, é justo constatar que o conjunto de ocupações não produziam interações virtuais entre si, de modo que o contato entre experiências não aparece na visualização dos grafos.

A não observância de relações entre as páginas do Ceará, na medida em que @greveestudantilUFC nutria interação com experiências cariocas e, junto destas, listaram-se entre um grupo seletivo de rede social, nos fazem ponderar duas coisas: a) O Comando de Greve Estudantil da UFC se situava dentro do rol nacional de debates e, por isso, desenvolviam estas relações; b) nesta justa medida, possuía maior responsabilidade com a concretização de uma rede de diálogos e compartilhamento.

Em todas as outras páginas, a figuração se dá na representação do nó ilhado em torno de si mesmo. A não construção de relações virtuais com outras páginas tornou @ocupaufca, @ocupaurca2016, @ocupaunilab e @ocupaifce isoladas na relação de trocas de conteúdos e experiências virtuais.

Outra observação importante é que, entendendo a relação de abertura que as ocupações estabeleciam com os canais jornalísticos e o papel que as páginas cumpriam de relações públicas, elas não estabeleceram circuito de interação com páginas da imprensa ou de jornalistas.

---

<sup>82</sup> - Nós são os pontos de interseção na rede que radicam a expressão de um agente. No caso, uma página de Facebook.

<sup>83</sup> - Arestas são os vínculos entre os nós e as pontes que realizam em resultado das interações orgânicas.

### 5.3. O que cai na rede é peixe

As plataformas de redes sociais não devem ser idealizadas. Temos, como vimos neste estudo, que interações, engajamento e a construção de redes não são dados como certas ao iniciar experiências virtuais. Ao contrapor as intencionalidades e as métricas resultantes do uso das páginas de Facebook, é notório entre os moderadores a fetichização da falsa ideia onde estar conectado é abrir diálogo constante com o mundo, é falar para muitos e sem fronteiras equivalente à relação que Santaella (2013, p.117) expõe onde “(...) seus membros creem que suas contribuições importam e desenvolvem determinado grau de conexão social com o outro, de modo que tem grande relevo aquilo que os outros pensam ou se supõe que pensam sobre o que cada um cria”.

Temos, nas experiências discutidas, um apontamento negativo se ponderado sob o enquadramento de prioridade do Facebook como locus para disputa de narrativas. O uso de plataformas virtuais sem planejamento estratégico, sem ativação de redes sociais e ausente da constituição de um panorama interventivo para contrapor ideias – características percebidas em todos os casos – não se constituem em ferramenta expressiva para práticas contrahegemônicas e resulta em baixas métricas de alcance e engajamento. Dizemos isto não apenas pelo que faltou em termos de produção, mas pelas próprias características da plataforma e que nos fazem caracterizar que se constituem como ferramentas possíveis, não como resoluções de conflitos para centenas de anos em face a um sistema antidemocrático no manejo das políticas de comunicação, porque as questões, como expostas no trabalho, são maiores e anteriores.

A relação idealista aliada ao pouco tato para manejo da ferramenta ocasiona como expressão pública deste processo a prática de overposting e saturação de conteúdos com recorrência. Sob o arranjo onde postar é se inserir na nova arena pública, o uso popular da plataforma vem aliada à disposição desenfreada e desprogramada de conteúdo que, por sua vez, não alcança a finalidade de dialogar sobre o assunto com muitas pessoas – não porque o conteúdo não seja de interesse do outro ainda que para discordar, mas porque a estrutura da plataforma limita a circulação.

Convites e postagens para divulgação da programação, bem como links de leituras e afins, apesar de importantes por conferirem o caráter público e discursivamente aberto das ocupações, não compõem boas métricas de visibilidade. Isto porque o agendamento de experiências contrahegemônicas, a partir dos casos estudados, se dá mais na tomada do lugar de narrador de uma história que não será contada por nenhum outro aparato de comunicação –

ou que, neste, é tomada de forma primeira – do que no intento de mobilizar pessoas. Os usuários estão mais dispostos a ouvir e reagir – e até compartilhar para que mais pessoas saibam – mas não se dispõem a participar das atividades de yoga e oficinas de fanzine desenvolvidas.

O erro no desenho tático em estabelecer nestes canais uma construção de caráter atestatória de uma narrativa que equivaleria a normalidade e abrir mão do desenvolvimento sequenciado e articulado capaz de exprimir sentido sobre as rupturas ali estabelecidas é também fruto das marcas temporais dos tempos que vivemos. Benjamin (1994, p. 201) há muito professara que “a arte de narrar está definindo porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção” e, frente à automatização do processo de contar nas plataformas virtuais e o pouco tempo para articulação de conteúdo, temos um conjunto de experiências aqui analisadas onde a pressa e a baixa seleção em nome da narrativa instantânea do imediato pouco permitem a articulação e construção de sentidos sobre a memória social a ser conjugada por canais de natureza coletiva.

Não é preciso, contudo, inventar a roda para alcançar boas métricas de visibilidade para composição da imagem pública. Na verdade, temos, no exercício moderado de postagens sobre os atos que alteram o cotidiano, da novidade e do conjunto que o jornalismo outrora convencionou como critérios de noticiabilidade a chave para romper bolhas e alcançar maior engajamento dos usuários e circulação do conteúdo. Foi na assunção do lugar de sujeito que narra o imediato amparado no inquestionável das coisas visíveis, sobretudo fotografias, que confere-se credibilidade e replicabilidade das questões dispostas.

O que provoca engajamento e ativa redes sociais nas plataformas digitais é, por fim, a produção do fato político. Foi apenas nos casos em que este esteve notoriamente evidente – como nas poucas publicações sobre a tomada de ocupação de prédios públicos ou no enfileiramento de cadeiras na Avenida da Universidade para barrar a PEC 55/2016 – que estas páginas conseguiram cumprir a intencionalidade de agendar as ocupações sob perspectiva estudantil.

Dado que estas avaliações são gerais e se aplicam ao conjunto do corpus analisado, nos importa, ainda, discutir as relações nutridas pelas páginas em cada caso frente às conjunturas locais que são particulares. Tomando por base os dados construídos, perfilamos o desempenho de cada página para, daí, travar outras análises. Buscando, assim, caracterizar a capacidade em constituir arenas públicas, na configuração das bolhas, nas médias de engajamento e na dimensão da rede social entre páginas e usuários, para contrapor estes itens e, assim, delimitar a real participação destas na disputa de narrativa.

### **5.3.1. @greveestudantilUFC**

Dado seu caráter de central para todas as ocupações universitárias na Universidade Federal do Ceará, ela não realiza a descrição cotidianas das experiências. Sendo uma página reciclada, alcançou 5558 seguidores, realizou 205 posts que obtiveram 12026 likes, 2507 reações, 783 comentários e 4112 compartilhamentos – sendo a única página a superar a média de 50 interações por clique, 3 comentários e 20 compartilhamento por postagem; no entanto, quando comparada ao universo de seguidores, a página do Comando de Greve possui a menor interação por cliques com usuários demarcada em 1,27 por postagem.

O retorno dos usuários em comentários, em 137 posts, é nula; no entanto, calculou mais de 700 comentários nos outros 68 posts e, nos melhores rendimentos, alcançou mais de 100 pessoas em 3 postagens. Nestas, observamos que a impulsão dos comentários se dá na interação por cliques com destaque aos 9 que obtiveram mais entre 11 e 15; aos 3 que conquistaram entre 16 e 20; e aos 8 que ultrapassaram estas marcas. Estes elementos convencionam que esta página se constituiu como uma arena pública em alguns momentos e sobre assuntos específicos demonstrados nos picos de engajamento já discutidos neste trabalho.

Registrou 4 publicações com engajamento nulo que, quando contrapostas ao total de publicações, revelam um valor infimo inferior a 2%. A bolha desta página está configurada no envolvimento entre 11 a 50 pessoas em 43% dos casos e consegue ampliar em 15 publicações (7,31%) entre 51 e 100 usuários; 24 (11,7%) entre 101 e 300; e 12 (5,85%) acima de 301 – marcando 4113 usuários como o maior engajamento no mesmo post, número inferior total de seguidores.

A expressão quantitativa de reações, com atenção especial ao ‘amei’ que aglutina 2414 em todas as publicações ou 16,61% de todas as interações por cliques, indica que estamos lidando com um público cativo. Esta página desenvolve rede social com outras 21 e é a única a desenvolver perfilamento associativo. Considerando todos estes elementos, avaliamos que esta página, para além de local de memória, se insere no rol da disputa de narrativas para um conjunto mediano de pessoas.

### **5.3.2. @ocupaifce**

Aparato de comunicação pública da ocupação do Instituto Federal do Ceará – Campus Iguatu voltada ao registro cotidiano das ações estudantis. Criada no ato de ocupação,

alcançou 567 seguidores, realizou 103 posts que obtiveram 826 likes, 85 reações, 52 comentários e 287 compartilhamentos. O quantitativo de usuários, entretanto, não expressa o acompanhamento e interação com o suporte, dado que, quando comparamos a média de interação por cliques com o universo de seguidores, notamos que a página calcula interação em apenas 2,96 por postagem.

O retorno dos usuários em comentários, em 89 posts, é nula; nos melhores rendimentos alcança entre 6 e 10 em 4 postagens. Quando existentes, pouco recebiam interações por cliques. Estes elementos convenciam que esta página não se constituiu como uma arena pública para debate do caso na medida em que a adesão de formulação das pessoas é bastante baixa.

Embora esta tenha sido a única página em que todas as postagens tiveram algum tipo de engajamento, ela conflui uma bolha que reúne, em média, entre 1 e 10 usuários em 62% dos posts. Nisto, apesar de possuir um público fiel e cativo, este representa um número muito diminuto e sequer representa o total de ocupantes na instituição. Tivemos 38 casos em que as publicações aumentaram o alcance; destas, apenas 3 envolvem mais que 50 pessoas.

A expressão quantitativa de reações, sobretudo ‘amei’ que soma 70 em todas as publicações ou 7,6% de todas as interações por cliques, propõe que estamos lidando com um público cativo reduzido que possui envolvimento com a ação estudantil. Ao analisarmos o perfilamento associativo desta, temos que esta página não possui rede social com outros canais. Diante de todo o exposto, entendemos que ela cumpre papel importante de registro e arquivamento das narrativas, mas não se insere no rol da disputa de narrativas para um conjunto amplo de pessoas.

### **5.3.3. @ocupartes**

A página da ocupação do Instituto Federal do Ceará – Campus Aldeota nasce junto ao ato de ocupação do campus de Artes Visuais, envolveu 781 seguidores, publicou 129 vezes e, nestes, alcançou 1846 likes, 402 reações, 150 comentários e 795 compartilhamentos. Ao contrapor à média de interação por cliques com o total de seguidores, temos o mais alto percentual de interação dos usuários por postagem, atuando em 4,06 destas. Contudo, ainda assim, um universo muito restrito.

Temos 82 posts sem comentários dos usuários e apenas uma publicação estimula entre 6 e 10 usuários a se posicionarem sobre algum assunto. No entanto, a maior parte dos

comentários realizados recebiam interação de outros usuários, sendo 84 com valores entre 1 e 5; e 6 com valores entre 6 e 10. Se por um lado a escassa participação nos debates não configura esta página uma arena pública; por outro, é justo notar que os comentários agendam engajamento de outros usuários – e da própria página – a partir da interação por cliques.

Esta é uma página onde, ao destacar que ‘amei’ soma 369 casos ou 16,65% do total de interações por clique, é tomado por um grau de envolvimento com carga simbólica nas redes. No entanto, possuiu 4 postagens que tiveram engajamento nulo e configura uma bolha que reuniu entre 11 e 50 usuários em 71,31% das postagens. Calculamos, ainda, 10 casos em que as publicações ultrapassaram o alcance médio envolvendo mais que 50 pessoas. O engajamento médio demonstra que as publicações, em maioria, receberam retorno dos usuários e conseguiram agendar, ainda que para um público restrito e limitado, o conteúdo a que se propunham.

O perfilamento associativo desta página demonstra que ela estabelecia relações unicamente com a página da ocupação do Instituto de Cultura e Arte da UFC, fruto da área de intervenção afim entre os cursos. Considerando todos estes elementos, avaliamos que esta página, para além de local de memória, se insere no rol da disputa de narrativas para um conjunto restrito e pequeno de pessoas.

#### **5.3.4. @ocupaurca2016**

Espaço de diálogo da ocupação da Reitoria da Universidade Regional do Cariri é iniciado com o ato de ocupação e mobilizou 1006 seguidores, publicou 120 vezes e, nestes, alcançou 2206 likes, 201 reações, 210 comentários e 956 compartilhamentos.

As publicações acumulam baixo envolvimento dos usuários. Ao contrapor à média de interação por cliques com o total de seguidores, temos o segundo maior percentual de interação dos usuários por postagem, obtendo resposta em 3,81 destas. Verificamos 96 posts sem comentários dos usuários e apenas uma publicação estimula entre 6 e 10 usuários a se posicionarem sobre algum assunto. A maior parcela dos comentários, doravante 121, não receberam interação por cliques e apenas 82 conquistaram valores entre 1 e 5. Conferindo, portanto, que a página não se configura como uma arena pública para debates.

Calculamos que as postagens receberam 186 ‘amei’ o que representa 7,7% do total de interações por clique e, frente ao número de likes, é um indicativo onde a maioria dos usuários que participam manifestando apoio, mas não se inserem nesta dimensão subjetiva. O

que se reflete nas 5 postagens com engajamento nulo e, ao mesmo tempo, na configuração de uma bolha que reuniu entre 11 e 50 usuários em 56,67% das postagens. Percebemos, ainda, 19 casos em que as publicações ampliaram o alcance, onde 13 alcançaram mais que 50 pessoas; e 6 passaram a marca dos 100. O engajamento médio aponta que os posts, em maioria, obtiveram êxito no esforço de pautar discussões ainda que para um público restrito e limitado.

O perfilamento associativo desta página denota um ponto egocentrado e sem relação com outras iniciativas. Considerando todos estes elementos, avaliamos que esta página, para além de local de memória, se insere no rol da disputa de narrativas para um conjunto restrito e pequeno de pessoas.

### **5.3.5. @ocupaufca**

Espaço virtual para disposição de conteúdo sobre as ocupações da Universidade Federal do Cariri nas cidades do Crato e Juazeiro do Norte. Criada após Assembleia Estudantil, foi capaz de aglutinar 1037 seguidores, realizou 194 posts que obtiveram 1709 likes, 204 reações, 66 comentários e 385 compartilhamentos. Contudo, estes números não são um bom sinal e temos isso, inicialmente, ao ponderarmos a média de interação por cliques com o total de seguidores, notamos que a página calcula interação em apenas 1,79 por postagem.

Percebemos a relação com mais afinco, ao notar que a resposta de usuários por meio de comentários, em 160 posts, é nula. Isto equivale a 82% dos posts; enquanto, no extremo oposto, o melhor desempenho é tomado na única publicação que alcançou entre 6 e 10 envolvidos em debate. Quando existentes, pouco recebiam interações por cliques. Estes elementos convenciam que esta página não se constituiu como uma arena pública e alcançou métricas especialmente baixas.

Em termos de engajamento, observamos que 2 posts tiveram envolvimento nulo. Enquanto a participação entre 1 e 10 usuários em 57,73% dos posts, calculados em 112 moções, denota uma bolha cativa, demonstra também um número muito diminuto e que sequer representa o total de ocupantes nos campus da Universidade. Percebemos que os esforços para superá-la também se fazia real na medida em que se potencializa o resultado, obtendo 82 casos em que as publicações conseguiram maximizar o alcance; destas, o universo entre 11 e 50 pessoas diz respeito a 38,77% dos casos para além dos 4 posts que envolvem mais que 50 pessoas e 2 que tocam a mais de 100 usuários

A expressão quantitativa de reações, sobretudo ‘amei’ que soma 202 em todas as publicações ou 10,55% de todas as interações por cliques, aponta que temos um público cativo reduzido mas bastante articulado – dado que apenas 2 reações não foram ‘amei’ – sendo esta uma métrica importante para aferição da intervenção individual de ocupantes e núcleo duro de apoiadores em rede com a página. Ao analisarmos o perfilamento associativo desta, temos que esta página não possui rede social com outros canais. Considerando todos estes elementos, avaliamos que esta página se insere no rol da disputa de narrativas para uma comunidade restrita.

#### **3.4.3.6. @ocupaunilab**

Criada para publicização das ações e posicionamentos políticos na ocupação dos campus da Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afrobrasileira, atingiu 664 seguidores, realizou 139 posts que obtiveram 1248 likes, 162 reações, 46 comentários e 265 compartilhamentos. O baixo número de seguidores, entretanto, não diz respeito a um público fiel de interação, dado que, quando comparamos a média de interação por cliques com o universo de seguidores, temos a marca de 2,87.

Em 121 posts, percebemos que a participação via comentários é nula e, no melhor rendimento, alcança em único post a façanha de envolver entre 11 e 20 respostas. Diante das 4 publicações com comentários, 2,87% do total, entendemos que esta página não se constituiu como uma arena pública para debate do caso na medida em que a adesão de formulação das pessoas foi bastante baixa.

Não por acaso possui com a maior quantidade de publicações com engajamento nulo: são 14 sem retorno de nenhum tipo dos usuários. Das publicações, 73 conseguiram envolver entre 1 e 10 usuários em 52,51% dos posts. Tivemos 46 casos em que as publicações aumentaram o alcance; destas, apenas 6 envolvem mais que 50 pessoas. Nisto, apesar de possuir um público fiel e cativo relativamente pequeno, pouco ampliaram as fronteiras de diálogo. A expressão quantitativa de reações, sobretudo ‘amei’, que soma 154 em todas as publicações ou 10,92% de todas as interações por cliques, confirma a caracterização sobre o público, mas amplia na compreensão sobre o envolvimento de ocupantes e núcleo de apoiadores na demonstração virtual. Ao analisarmos o perfilamento associativo desta, temos que esta página não possui rede social com outros canais. Diante de todo o exposto, entendemos que não se insere no rol da disputa de narrativas.

## **6. PISTAS, EVIDÊNCIAS E ANÉDOTAS PARA VERSAR TEMPO**

O início desta década abre, em conjunto, uma série de desafios interpretativos sobre o mundo que temos e as correlações de entricheiramento que o conformam. Nisto, se é real que as questões, leituras e avaliações trazidas até aqui conseguem – para nós – caracterizar o objeto em análise e responder as questões propostas no projeto; é também necessário que estas estejam articuladas, em esforço último destes escritos, aos desafios e questões culturais que se afluíram nos a seguir pós 2016.

Temos, neste capítulo, uma contribuição a luz do que tratamos até aqui para contribuir nos debates que permitam-nos caminhar rumo ao solucionamento das perguntas inerentes ao período e a fenômenos correlatos – que se articulam ao que estudamos e, por vezes, se articulam ao objeto de modo indesejável. Dentre os itens observados, destacamos três esferas de manejo com respectivas implicações: a primeira é sobre o espaço virtual, que se desdobra nas relações entre as sistemáticas de produção e gerenciamento da memória e seus artefatos em espaços digitais; a segunda diz respeito as relações sociais no Facebook, observadas na percepção de uma nova forma de sociabilidade entre humanos em resposta aos adventos tecnológicos; e a terceira que se espalha na disputa política que, para efeitos deste trabalho, nos atentamos as guerras culturais.

Não temos a intenção, ao trazer estas discussões, de redimensionar o escopo de objetivos deste trabalho. Entretanto, uma vez concluído, nos propomos a elencar pistas, impressões e evidências percebidas e problematizadas no decorrer do trabalho para acumular nos debates a serem feitos em produções futuras nos estudos em comunicação e outros campos.

### **6.1. Dos códigos de memória em tempos de efêmero**

Apesar das análises críticas até aqui expostas sobre o uso e manejo do Facebook nas ocupações universitárias de 2016 no Ceará, não negamos que estas páginas constituem dispositivo de memória. Apesar de notarmos que poucas se inserem em disputa de narrativa, elas exprimem o teor de registro e, dito isto, conferem ao caráter de arquivamento de informações em comunicação e composição virtual de espaços de memória na virtualidade (ANDRADE, 2016, p. 45), a adoção de páginas no Facebook nos termos já escritos o insere como lugar de memória, porque sua “razão fundamental de ser [...] é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte,

materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais”, como dissera Nora.

Entendemos que o percurso digital cravado sobre os atos disruptivos, em alguma medida, “deixam registros que ajudam a criar uma memória e a construção de um imaginário sobre o tema em tela, criam códigos linguísticos que estabelecem uma gramática e símbolos que passam a ser compartilhado” (GOHN, 2017, p. 25) – medida esta que só é possível calcular em análises que se debrucem à luz dos quesitos ponderados no capítulo anterior sobre produção de memória social. Assim, o ato de rua ganha as redes sob a vista dos que se colocam em oposição à ordem. A circulação em ambiente virtual da peças imagéticas e audiovisuais que retratavam a repressão violenta de militantes nas mãos das forças armadas em detrimento dos tempos que convencionam a cobertura e produção jornalística é um exemplo cabível, para enquadrar as formulações de Assmann (2011a, p. 230) onde “a enxurrada de imagens torna obsoleta a escrita enquanto principal medium da memória; novas tecnologias de armazenamento e informação baseiam-se em um novo tipo de escrita: a escrita digital que, em sua forma fluida, nada tem a ver com o antigo gesto da inscrição”, radicando o expoente de novos códigos de memória em decorrência desta nova arena pública e seus protocolos de registro.

Em documento publicado em 2009, para convencionar protocolos para preservação de patrimônios digitais, a UNESCO entende este como o “composto de materiais digitalizados de valor permanente que devem ser mantidos para as gerações futuras. O patrimônio digital emana de diferentes comunidades, indústrias, setores e regiões. Nem todos os materiais digitais são de valor duradouro, mas aqueles que são exigem preservação ativa.” Portanto, interessa a nível de preservação frente às tecituras de seleção aqueles itens tidos como essenciais para conjugação da memória social de um dado ocorrido.

Em meio à hiperprodução de conteúdo em variadas plataformas, se estabelece uma dinâmica de crivo que se dá em duas facetas: de um lado, as postagens com amplo alcance e capazes de agendar ações sociais e impactar a ordem cotidiana dos fatos; portanto, com maiores possibilidades de disputa de narrativa; por outro lado, o excesso das ações e comentários decorrentes pode ser apenas excedente e automaticamente descartado pelos provedores. Temos, do ponto de vista do circuito do patrimônio digital, uma lógica excludente e que versa o oposto aos ideais utópicos de uma internet democrática que valoriza todas as vozes e participações.

Em tempos em que a internet ocasiona digitalização das relações e interações humanas, a memória e sua produção também são influenciadas por essa nova dinâmica onde a

escrita digital e tudo que é registrado através das redes sociais toma parte de uma nova esfera pública – de caráter essencialmente privado – que demanda regulamentação democrática. Isto não quer dizer que haja um abandono às formas tradicionais ou materiais de arquivamento e registro das coisas que fazem sentido e são tidas como justas a serem lembradas: os dois âmbitos convivem lado a lado, mas se inserem de formas diferentes na disputa e produção da memória social.

Duas décadas depois ainda fazem sentido os postulados por Huyssen (2000, p. 20) que preconiza a relação onde “quanto mais nos pedem para lembrar, no rastro da explosão da informação e da comercialização da memória, mais nos sentimos no perigo do esquecimento e mais forte é a necessidade [dos grandes capitalistas] de esquecermos”. Temos, nesta dinâmica, uma relação privilegiada dos detentores dos meios que sistematizam informações em rede, produzem relatórios sobre performance virtual e tudo podem lembrar sobre os usuários a fim de estabelecer dinâmicas lucrativas; enquanto as pessoas que utilizam as plataformas, em decorrência da quantidade gigantesca de informações, tem no exercício de lembrar uma ação cansativa resultante não mais das experiências que preconizam signos de memória, mas da natureza midiaticizada experienciada pelas maiorias sociais que a vida assumiu nesta década e no acesso aos lugares de memória agora disponíveis em rede. Trazer esta observação é preocupar-se, assim como Palfrey e Gasser (2011, p. 62), que “o problema com relação ao rápido crescimento dos dossiês digitais é que as decisões sobre o que fazer com as informações pessoais são tomadas por aqueles que detêm as informações” e não pelo usuário.

Os lugares de memória em ambientes digitais – entendendo que estão sob arquivo de ficheiros privados – para não se perderem devem ser arquivados pelos sujeitos envolvidos com os objetos que dizem respeito. Ao versar sobre “A memória, a história e o esquecimento”, Ricoeur (2007) já advertia sobre o esquecimento e o apagamento dos rastros e das parcelas menos oportuna aos detentores de poderes para tal como uma prática social real e que atenta contra a democracia, contra o exercício das diferenças em ação de imposição da memória que silenciam que não dispõe dos mesmos mecanismos. No texto, o autor evoca que o esquecimento em termos sociais se difere dos termos clínicos, porque não estamos lidando com uma distorção da memória a partir de fenômenos biológicos. Temos, aqui, uma relação onde o exercício de artefatos que permitem a um conjunto de informações circular e serem credibilizadas por um conjunto de pessoas em interface a um cenário social múltiplo e diverso são fatores fundamentais para o exercício de lembrar e esquecer, de tomar por verdade ou falso ou, simplesmente, de fazer sentido.

Retomando o corpus, é imprescindível notar que elas permaneciam ativas até nossa última visualização em prática de análise, em 12 de janeiro de 2020. Já sem realizar postagens, as páginas se tornaram um lugar digital de memória das experiências cotidianas ali registradas. As análises já apresentadas desta dissertação demarcam que a intervenção dos estudantes no Facebook produziu, no Ceará, um conjunto de seis páginas, onde: @ocupaurca2016, @ocupaufca e @ocupartes conseguiram se situar com mecanismos para disputa de narrativa e composição de memória para um público pequeno e delimitado; @grevesestudantilUFC apresentou sua versão para um público médio de pessoas; e @ocupafce e @ocupaunilab não se inseriram na dinâmica virtual de contraposição de ideias. Comparar o baixo desempenho destes em face à circulação das matérias jornalísticas em plataformas impressas, audiovisuais e online, da intervenção virtual dos contramovimentos e da publicidade institucional do Governo Federal em multiplataformas é, mais uma vez, reiterar o referencial teórico deste trabalho que assume a disputa de narrativas para composição de memória social como um exercício social de poderes. E, nisto, as experiências contrahegemônicas já iniciam em desvantagem.

É válido que lembrar que o caminho onde as múltiplas versões são processadas em upload<sup>84</sup> na rede e esta prática, no contexto de “construção de uma memória digital, por ser continuamente sobrescrita, implica o esquecer e o recordar, numa relação em que os dois coexistem sem qualquer possibilidade de síntese, mas inseparáveis”, como já estabelecera Jô Gondar (2016, p. 31), pois elas não se fixam a um espaço, podendo ser constantemente retomadas e acionadas, segundo a interação de usuários e retorno ao circuito de mediação algorítmica – já discutido neste capítulo.

Neste cenário, poucas publicações – decerto as quatro que contém mais de 100 comentários e, por sua vez, as que possuem maior engajamento – possam vir a compor o patrimônio digital nos termos proferidos pela UNESCO. Por isso, neste trabalho, realizamos a extração da totalidade de dados, conteúdos e arquivos digitais das páginas analisadas a fim de mantê-los acessíveis quando, porventura, estes canais não mais existirem – ou quem sabe quando o Facebook não mais existir, tal qual o Orkut<sup>85</sup>. Esta medida protetiva se dá na compreensão de que não se pode deixar na mão dos provedores e dos monopólios digitais a responsabilidade do cuidado com os caracteres da narrativa que conjugamos e na valorização das produções estudantis que compõem lugares de memória.

---

<sup>84</sup> - Na linguagem virtual significa o ato de subir conteúdo e/ou carregar arquivos na internet.

<sup>85</sup> - Orkut foi uma plataforma de redes sociais virtuais operada pela Google e que possuía ampla adesão entre brasileiros, até deixar de operar em 2014.

O fim do último século, nos postulados de Marcondes (1996, p. 309), deixou como legado aos estudos de comunicação a percepção de que “o instante cede à memória informática e a vida torna-se midiaticizada, auto-referenciada”. Refletir que esta análise já era feita antes da popularização do acesso à internet no Brasil e do surgimento das dinâmicas em redes sociais virtuais abre-nos a compreensão de que estes transformaram não só o funcionamento tecnológico das coisas, mas estabeleceram uma nova lógica existencial e de sociabilidade entre nós humanos.

## **6.2. Das conjugações sociais sobre midiaticização da vida e da política**

Seria possível viver um mundo sem o uso de aplicações, plataformas e serviços digitais de uso público e interesse privado? Esta pergunta motivou Kashmir (2019) a realizar o experimento. Conseguiu cinco semanas sem o uso de Facebook, Google e outros sistemas que, hoje, se inserem de forma hegemônica nas práticas cotidianas. Não mais foi possível por julgar que a nova sociabilidade transformou a vida sem a utilização destes num “inferno”. A causa, entretanto, não foi a inexistência de mediações semelhantes sob chancelas não comerciais; mas a pouca utilização por outros indivíduos que estavam inseridos nas práticas sociais realizadas por Kashmir. Assim, sem a possibilidade de se conectar às redes sociais via plataformas digitais, atividades tidas comuns como gestão da casa, mobilidade, trabalho e comunicação tornaram-se mais complexas e passaram a demandar mais tempo para execução.

Numa sociedade midiaticizada onde somos constantemente atravessados pelo agenciamento computacional e pela adoção de tecnologias digitais em práticas cotidianas, temos, na experiência de Kashmir, a tentativa de ruptura que, dentre muitas análises possíveis, revela que a não-adoção de dispositivos hegemônicos altera a sociabilidade e a vivência do comum. Por isso, não é um acaso que os jovens ocupantes elegeram páginas no Facebook como suporte fundamental de comunicação pública: a plataforma, naquele período, já se situava como um ambiente virtual hegemônico para obtenção de notícia e trato das relações sociais.

Nisto, é justo compreender quais são os impactos e as consequências do revés, de uma experiência social onde as tecnologias móveis mediam nossa relação e percepção sobre o mundo. Travamos, aqui, uma discussão pormenorizada a partir do Facebook e, para isso, nos debruçamos sobre as elaborações teóricas de Kitchin e Dodge (2011, p. 43), ao propor

tecnicidade como o “desenvolvimento ou evolução do poder das tecnologias de fazer coisas acontecerem em conjunto com as pessoas” a partir do potencial que as tecnologias possuem para mediar, complementar e ampliar a vida coletiva. Em outras palavras, pela capacidade de pautar e intervir no cotidiano a partir do agendamento de ideias e na orientação de práticas culturais.

### **6.2.1. Da produção de sociabilidade**

O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, em Thompson (2012, p. 77) proporciona que a relação entre pessoas não seja mais em síntese uma experiência física e presencial “de tal maneira que os indivíduos podem interagir uns com os outros ainda que não partilhem do mesmo ambiente espacial e temporal”. Na medida em que o arquivamento digital do Facebook permite a discussão em publicações sobre o cotidiano feitas no presente e no passado, as confecções sobre a sociabilidade se orientam sobre o contato de usuários que não compartilhem a mesma localidade e, inclusive, se pautem na reprodução e retomada de evidências de memória. Em outras palavras,

os efeitos particulares das informações e o desenvolvimento da tecnologia utilizada para reorganização e reconstituição da interação social, tornam-se altamente significativos, tendo em vista que tais meios técnicos reverberam em impactos fundamentais no *modus vivendi* das pessoas, tornando possíveis outras formas e estruturas de interação em todos os contextos. (SCHWARTZ, 2003, p. 26).

Se esta relação em face aos tratados de Santaella (2013, p. 111) ao convencionar que “a banda larga, aliada aos dispositivos móveis, que começou a se disseminar de forma cada vez mais ampla a partir do ano 2000 até alcançar o cenário atual de hiperconexão, transformou o ‘estar conectado’ em ‘ser conectado’” é de concepção da tecnicidade como status da performance social e parâmetro, para convencionar a sociabilidade desses tempos.

Dialogamos, aqui, com o conceito de sociabilidade programada explorado por Bucher (2012) que entende esta como o intento de radicar a interação entre agentes como uma experiência algoritmicamente moldada no intuito de provocar a atuação dos usuários para determinados fins. Sendo esta uma finalidade, não somente uma consequência para tatear controle social. Tal qual diria Kitchin e Dodge:

eles argumentam que a implantação de software irá melhorar a segurança das pessoas e da sociedade de forma mais ampla; fazer a sociedade e as viagens mais seguras; tornar o governo ou os negócios mais eficientes; tornar a luta contra o crime mais eficaz; capacitar as pessoas para serem mais criativas e inovadoras; e assim por diante. Esses discursos são muitas vezes promovidos por governos em conjunto com as empresas, impulsionado pelos interesses do capitalismo e, cada vez mais, pela agenda do neoliberalismo focada na prestação de serviços sociais para o lucro dentro de uma cultura orientada a um alvo (KITCHIN; DODGE, 2011, p. 18-19)

Na disseminação de discursos e orientações que se propõem a “seduzir, coibir, disciplinar, regular e controlar: guiar e moldar como pessoas [...] interagem e atravessam vários sistemas” (KITCHIN, 2016, p. 6) e, para convencionar sociabilidades, tomamos nota que, marca da aceleração da vida, a hiperconexão das plataformas leva os usuários do Facebook a passarem mais tempo utilizando a plataforma que se alimentando (LEVU, 2018) e são práticas como essa que levam Eduardo Conceição (2018, p. 94), em sua pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental, a constatar que “é possível confirmar o impacto no comportamento humano e nas relações familiares, profissionais ou sociais a partir da adoção abusiva ou dependente da internet entre usuários do Facebook”.

A condição da hiperconexão leva, por vezes, ao desligamento das ocorrências no ambiente offline e nos fazem valorizar a contribuição de Castells (2001, p. 108), ao deflagrar que “o novo padrão de sociabilidade em nossas sociedades é caracterizado pelo individualismo em rede”. Por sua vez, esta é a afirmativa de uma demarcação de sociabilidade que se converte frente uma dinâmica de interação social cada vez mais mediada. A dinâmica de perfilamentos e construção de identidades em cada bolha estabelece uma relação entre estes e, ao mesmo tempo, se pauta no isolamento. Essa é, para Santaella (2013, p. 315) a expressão do indivíduo com a sociedade do mundo contemporâneo: “coisolamento e cofragilidade”.

Esta reflexão ladeada a praxis em comunicação dos movimentos sociais – em especial na observância do caso aqui discutido – onde pouco empreenderam produções offline em nome do alto empenho em construções no Facebook como uma tentativa de se inserir no espaço comum de debates públicos sem a articulação de táticas para intervenção e engajamento leva, por um lado, ao não alcance de objetivos para dispor informações para muitos e; por outro, fortalece a dinâmica de sociabilidade centrada no individualismo – porque reforça a necessidade de conexão às telas para alcance de informações – e no isolamento – expresso na alta taxa de publicações sem retorno em comentários ou baixas interações por cliques nas publicações já analisadas.

### 6.2.2. *Da vida em público*

Na tomada da internet e das plataformas digitais como novas arenas de sociabilidade, configuram-se, em conjunto, como ambiência pública para construção simbólica sobre a vida onde “cada vez mais, a identidade de qualquer um que viva em uma era digital é compreendida através de uma combinação do que ele expressa no espaço real e o que ele diz sobre si mesmo” (PALFREY; GASSER, 2011, p. 45). Esta nova configuração é fonte de preocupação para Sodré (2014, p. 166), pois a configuração das redes sociais virtuais – a exemplo das novas tecnologias – como novo espaço público não contém a natureza política característica das relações presenciais, pois lidamos com uma “esfera culturalizada (por corporações editoriais e de mídia a serviço do mercado)” que, em último caso, “esvazia progressivamente a política, convertendo a ‘vida pública’ à ‘vida em público’, isto é, a uma mera visibilidade daqueles considerados aptos à reprodução imagética”.

Sob muitos estímulos para a exposição cotidiana e pouca educação para uso crítico das mídias digitais, somos uma geração que publica sobre cada momento vivido sob poucos filtros, notifica as experiências para outras pessoas com critérios rasos sobre os impactos no público atingido e, assim, torna cada momento em ato eufórico para não perder espaço na observância do outro. Numa relação de tamanho conforto em que 90% dos brasileiros entendem que as redes sociais deixam as pessoas mais à vontade para expressão, inclusive, de opiniões preconceituosas, como demonstra o DataSenado (2019, p.9)

Percebemos a ação de publicação constante no manejo das páginas a partir da prática constante de overposting sobre a reprodução automática do imediato que demarca, na espetacularização da vida como fundamento das plataformas de redes sociais, uma ruptura geracional com a percepção sobre privacidade. Araújo (2017, p. 276), ao analisar lógicas algorítmicas no Facebook, identifica que ao “observar a trajetória do Feed de Notícias e da definição do que exatamente o mecanismo faz, é possível acompanhar a construção de entendimentos específicos que buscam reforçar a exposição dos usuários” como moeda simbólica para construção de capital social.

Esta relação é estudada por Krasnova et al. (2013, p.13; 2015, p. 590), ao perceberem as redes sociais produzem a “envy spiral”, teoria que remonta os círculos sociais e o aprofundamento do sentimento de inveja como resposta ao universo fictício de harmonia, felicidade e prosperidade. A teoria se apoia nas análises sobre Facebook e Instagram e discute que as narrativas construídas não remetem à realidade total dos fatos, dado que muitos

elementos podem ser omitidos para criação da realidade ficcional. Estas plataformas, compostas por textos e imagens, criam representações públicas que podem não ser reais; de modo que o contato demasiado com as narrativas ali dispostas, quando contrapostas ao que se observa nas ruas, pode fundar uma visão divergente sobre o usuário. Esta ação, por sua vez, é resultante para Krasnova (2013) do contato feito pelos usuários com outras narrativas de amigos ou desconhecidos que expõem uma vida em perfeição nesses canais e, disto decorrem duas características que se retroalimentam: a primeira está na sensação depressiva e insatisfação com a própria vida, quando comparada as experiências consumidas; a segunda consiste na reprodução destes critérios para, por outro lado, produzir uma narrativa pública positiva sobre a vida do usuário.

A vida em público é, sobretudo, uma constante aferição social registrada e analisada por Big Data para mediações algorítmicas. Nisto, sob inspiração foucaultiana, Bucher (2012) fundamenta a comparação sobre o funcionamento do EdgeRank ao modelo panóptico, pois, “há uma ‘ameaça de invisibilidade’ que parece governar as ações dos seus sujeitos. O problema não é a possibilidade de ser constantemente observado, mas a possibilidade de estar constantemente desaparecendo, de não ser considerado suficientemente importante” (BUCHER, 2012, p. 8), impulsionando medidas para não sair da cena pública a todo custo e ainda que não alcance o objetivo – a sensação de estar visível é o termômetro da ação dos movimentos e dos usuários na plataforma.

A nova arena possui métricas específicas, para aferir o capital social dos usuários na plataforma e na rede social que constroem em ambientes digitais. Fragoso (2006) possui um dos primeiros escritos sobre esta temática, ao analisar as práticas de usuários brasileiros no Orkut e perceber que a adição frequente de usuários era uma ação voltada à construção do que trata por “prestígio social” quantificada na quantidade de usuários a comporem a rede social. Apesar da plataforma estar extinta, esta prática é uma herança que perdurou nas que vieram depois. Temos uma vida em público que não basta a narrativa construída, mas vale a quantidade de seguidores e amigos, de likes em cada post e de interações como afirmação de sucesso e popularidade – neste parâmetro, com exceção @greveestudantilUFC, as páginas não construíram capital social em potencial.

A narrativa, afinal, se adapta e se reinventa aos caracteres bem avaliados e que produzem interações na rede, como enuncia Krasnova (2013). Não distante, Malini e Antoun (2013, p. 212-213) elencam as interações como o centro do capital social na arena digital das relações públicas porque

depois da revolução do compartilhamento, o poder de publicação migra dos detentores de grandes audiências para os que acumulam mais interações. O valor de uma rede deixou de ser calculado apenas pela quantidade de público de um site, ganhando maior importância o cálculo da quantidade de grupos criados e mobilizados na internet por alguém (perfil ou coletivo).

As interações e o engajamento, como centro da fundamentação na mediação algorítmica e aqui também tomada como expressão de capital social, dimensionam uma disputa sagaz por bons resultados e alta aceitação na rede social construída pelo usuário. Para viabilizar a lógica algorítmica, a proliferação de conteúdo em curtidas e compartilhamentos a fim de fazer circular na bolha e extrapolar os limites desta ao viralizar<sup>86</sup> nas redes se insere como prática e objetivo de atores sociais em contexto de disputa de narrativas. Em tempos de caça aos *likes*, todos jogam com as armas que possuem para obter maior atenção e, assim, potencializar o alcance.

Esta nova dinâmica da vida pública também transforma o jornalismo. Nesta esfera, é factível perceber que esta modalidade altera os critérios de noticiabilidade e, nisto, matérias com maior apelo à interação tem espaço de destaque frente àquelas que não despontam de igual apelo. O fenômeno conhecido como *clickbait* é definido por Lívia Vieira (2018, p.37) como “um título que promete mais em relação ao que oferece, sensacionalista ou outra forma de conteúdo de baixa qualidade. Todo tipo de chamada com viés atrativo e mercadológico com o intuito de gerar cliques” e é objeto de estudo em tese de doutorado na UFSC a partir do confronto da prática em editorias e os preceitos éticos do jornalismo.

Ainda sobre a circulação de notícias e a expressão de capital social e força na agenda pública, outro fenômeno que não podemos perder de vista, ao adentrar esta seara, é o uso de artifícios tecnológicos como robôs capazes de pautar a narrativa segundo programação orientada para intervir em bolhas e grupos. Rudieger (2017, p. 6) explica que robôs em redes sociais virtuais são “contas controladas por softwares se fazendo passar por seres humanos que já dominam parte da vida nas redes sociais e participam ativamente das discussões em momentos políticos de grande repercussão” e ciborgues são “aquelas que são parcialmente automatizadas e também manipuladas por humanos” (2017, p. 25).

Ao percebermos que tais tecnologias operam politicamente para um campo, não queremos afirmar que os sujeitos e públicos diretamente envolvidos sejam responsáveis diretos pelos robôs e ciborgues a seu favor. Afinal, diversos grupos de interesse podem estar

---

<sup>86</sup> - Viral é a capacidade de um conteúdo circular por muitas bolhas em redes sociais virtuais em curto espaço de tempo.

fazendo uso desse tipo de recurso de disseminação de informações. Rudieger (2017, p. 6) nota, ao analisar a participação de robôs na política brasileira nesta década, que “há robôs até operando do exterior”. E, portanto, o ponto de vista da manipulação dos dados não pode ser compreendido como uma expressão de cultura interna, mas como a demarcação de exercícios desiguais de poderes e interferência à soberania nacional.

Este cenário nos faz notar que a vida em público orienta ações e exprime um novo *modus operandi* ao trato sobre consumo e exercício de noções cotidianas. Lidamos, hoje, com um acervo cada vez mais específico de produtos destinados a nichos de mercado e à sua apropriação mais individualizada (RÜDIGER, 2013, p. 34) e orientados por publicidades resultantes de mediações algorítmicas. Se por um lado a vida em público amplia as dimensões para captação de dados sobre o usuário; por outro – e não menos importante – oferece medidas e produtos segundo predeterminações da bolha e do conhecimento que o banco de dados possui sobre cada usuário em particular.

Outro aspecto, ainda, é discutido por Bond (2012), ao analisar o papel do Facebook na eleição de 2010 onde 62 milhões de pessoas tiveram a experiência no feed alterada com mensagens em destaque que orientava ao exercício dos votos por usuários e com a informação de amigos que já votaram. Com isso, a empresa alega ter ampliado a participação de 340 mil pessoas e confere o poderio de agendamento social não sobre narrativas, mas sobre ações políticas. Aqui, temos que o impacto é em relação ao modo de fazer política e a própria mediação política que a rede exerce.

O caso não é uma particularidade, dado que a pesquisa DataSenado (2019, p. 8-9) revela que 45% dos brasileiros já decidiram o voto a partir das informações dispostas em plataformas digitais de redes sociais, sendo: 31% no Facebook, 29% no Whatsapp, 26% no Youtube e 19% no Instagram. Contudo, esta ação sofre fortes demarcadores econômicos, pois quanto mais alta a renda média mais os usuários utilizam plataformas para realizar decisões políticas, alcançando a marca máxima de adoção por 53% dos que possuem mais de 5 salários mínimos. Outro demarcador importante está na em relação aos jovens – com faixa etária de 16 a 29 anos, nos termos do Estatuto – que representam o grupo com maior adesão, ao conferir que 51% utilizam ferramentas para decisões políticas e eleitorais. Na medida que cresce a idade, reduz o uso das plataformas para este fim.

Tomar estes exemplos em face aos dados sistematizados sobre os canais das ocupações nos faz perceber que, a não adoção de robôs e outras tecnologias para articulação de redes por parte de ocupantes e nem de engajamento exponencial de usuários que cumprissem o mesmo papel, revela um elemento importante para as baixas métricas das

páginas. Dado que a adoção destes aumenta as métricas de visibilidade na plataforma, pois abrem a circulação de conteúdos para outras bolhas, é importante notar que, mesmo baixas, temos alcance orgânico nas páginas analisadas o que nos permite tatear o universo real de intervenção.

### **6.2.3. Das crenças e desconfianças**

Conferir às plataformas digitais o status de nova esfera pública é considerar que as pessoas tendem a adotar confiabilidade nas informações que nela circulam. A decorrência desta dinâmica se circunscreve, entretanto, na alteração dos preceitos sobre credibilidade e confiabilidade no consumo de informações que, antes, estavam alocadas a conglomerados de comunicação e, agora, se transferem aos componentes da bolha em rede social de cada usuário.

O fenômeno da redução da confiança nas instituições tradicionais de informação, seja das empresas jornalísticas, sejam os Institutos de pesquisa, confere marca importante sobre os tempos que vivemos. Ainda que sob muitos esforços de divulgação científica e checagem de dados, a exemplo das experiências de Fact checking<sup>87</sup> do jornalismo, a experiência de sociabilidade nas redes que conjuga a falsa sensação de democratização na disputa de narrativas produz uma relação em que, adotando por critério as relações estabelecidas ou as convenções que mais fazem sentido ao usuário sem tônica crítica, elege a narrativa a ser tomada como registro da realidade.

É justo notarmos, como faz Reuters (2019), que a polarização política reduziu em 11% a confiança geral nas notícias produzidas por instituições jornalísticas – quando comparado aos números do relatório lançado no ano anterior – e este é um dos elementos para que os canais de jornalismo não sejam, hoje, a principal fonte para obtenção de informação. Ao estabelecer comparativo entre os dados do Reuters Digital News Report dos anos de 2013 e de 2019, percebemos que a incidência de uso e confiabilidade caiu da marca de 50% para 27% entre impressos e de 43% para 26% em plataformas online.

Na justa medida em que, por sua vez, o Facebook passa a ser o principal curador de notícias para brasileiros que, por sua vez, são a população que mais acreditam em notícias – como já discutimos antes neste capítulo – e soma como fonte primária de informação dentre

---

<sup>87</sup> - Fact checking é a prática jornalística de checagem de discursos em oposição aos dados dos substratos legais, factuais e temporais dos itens enunciados.

mecanismos digitais para 78% dos búlgaros, 68% de romênos, 67% dos mexicanos, 64% dos chilenos, 63% dos argentinos, 62% dos húngaros, 61% de poloneses, 60% dos malaios, 59% dos sulafricanos, 58% dos gregos, 56% dos croatas, 54% dos italianos, 53% de portugueses, 52% dos honconguêses, 50% dos alemães, 50% dos checos, 47% de espanhóis, 46% dos franceses, 45% dos noruegueses, 42% dos belgas, 40% dos canadenses, 39% dos estadunidenses e 28% dos ingleses como detalha Reuters (2019).

Observamos a polarização da política como também resultante das métricas de mediação disponíveis nas plataformas virtuais. As suspeitas de Howard e Wooley (2018, p. 3) onde “os algoritmos de mídia social podem estar criando câmaras de eco nas quais conversas públicas são poluídas e polarizadas” são confirmadas na constatação, a partir da circulação de conteúdos segundo os perfis de cada bolha. A polarização, portanto, é decorrente de um consumo selecionado de notícias que, por vezes, exprimem apenas uma versão das narrativas em disputa.

No Brasil, lidamos com um cenário apresentado pela pesquisa do DataSenado (2019, p. 5), onde 83% das pessoas entendem que as redes sociais virtuais influenciam ‘muito’ na formação da opinião pública. Esta consciência, entretanto, se afina a partir do nível educacional dos entrevistados de modo que, quanto mais alta a escolaridade, maior a noção de influência; e, quanto mais baixa, aumenta em relação inversamente proporcional a média de pessoas que percebem a influência como ‘pouca’.

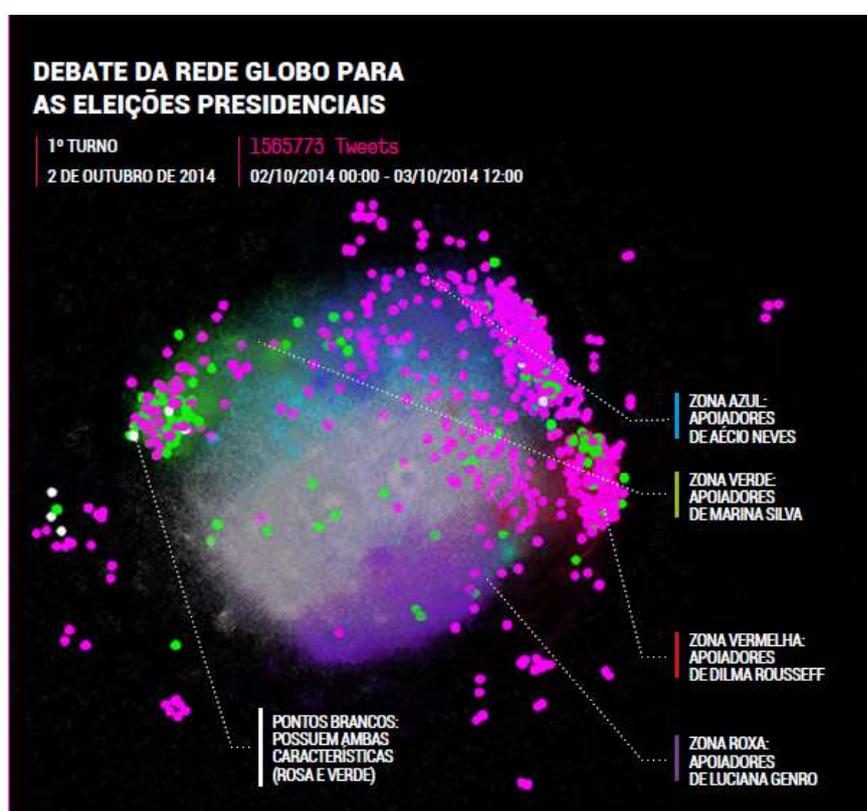
Nos canais analisados neste trabalho, percebemos estas características pela expressão quantitativa de ‘amei’ como reação majoritariamente predominante em decorrência de atingir as bolhas predispostas a dialogar com este conteúdo e pouco as superavam; nisto, possuíam um local no agendamento de informações para um pólo político.

Nem sempre esta seleção condiz com a ordem dos fatores, pois “os algoritmos do feed de notícias veiculam o que ‘pensa’ ser a sua opinião e a de seus amigos e certamente não checa fatos” (CELLAN-JONES, 2016) em ambiente que, como destaca White (2017), abriga uma série de informações “deliberadamente fabricadas e publicadas com a intenção de enganar os outros com falsas notícias ou em duvidar de fatos verificáveis”. A este fenômeno de agendamento social a pesquisa em comunicação tem nomeado por ‘Fake News’ e se fundam no emprego de poderes, a fim de imprimir como real o que comprovadamente não é.

Este é um conceito que se fundamenta nos estudos de Cardoso et al (2018), de Ribeiro e Ortellado (2018) e nos escritos por Cellan-Jones (2016), ao identificar o ano de 2016 em um catalisador para a compreensão da fake news como um fenômeno da disputa de narrativa, sobretudo ao referenciar as eleições para o Governo Estadunidense a partir da

campanha de Trump e as narrativas compostas sobre as mobilizações em torno do Brexit. Entretanto, para além dos radicais de uma observância eurocêntrica e norte-americana do mundo, tomamos as eleições presidenciais no Brasil em 2014 como um marco para percepção do fenômeno que, devido à alta polarização entre Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), se deu em notada existência de fake news em ambas as plataformas de comunicação como confirma Rudieger (2017, p. 26). O estudo mantido pela Fundação Getúlio Vargas evidencia a participação de robôs em 10% das interações no Twitter sobre o assunto e, ao acompanhar o debate presidencial da Rede Globo em outubro, temos:

Gráfico 7 – Participação de robôs na rede social resultante do Debate da Rede Globo para eleições presidenciais em 2014



Fonte: Rudieger (2017)

Ao analisar o tráfego de conteúdo disposto na plataforma no período referente ao debate entre presidentiáveis, transmitido pela TV Globo em 02 de outubro de 2014, Rudieger verifica a participação de robôs com disposição de conteúdos que acumulam politicamente na disputa de narrativas, sobretudo em favor dos candidatos que polarizaram a disputa: sendo a presença destes equivalente a 19,18% nas manifestações pró-Aécio e 17,94% nas intervenções pró-Dilma.

Sob a lógica dos filtros bolhas e alto conhecimento sobre usuários disponíveis em Big Data, temos, no caso acima explorado, um padrão de disseminação com êxito, porque os espaços para estabelecimento do contraditório e do debate público são muito restritos. Ainda que as narrativas falsas constantes em posts ganhem força e sejam impulsionados por compartilhamento, agregam a credibilidade de quem difunde a informação.

A confiabilidade da notícia em redes sociais para 71% dos brasileiros está relacionada à fonte de publicação, enquanto 24% agregam a pessoa que compartilha a informação o caráter de credibilidade. Esta relação, no entanto, oscila a partir dos níveis de escolaridade. A pesquisa confere que, quanto mais alto o grau da pessoa, maior a tendência de se orientar no produtor da notícia (86%) e menor em quem a circula nas plataformas (11%); e, ao reduzir a instrução ao ensino fundamental inconcluso, a diferença entre estes diminuem para 50% e 43% respectivamente, como detalha DataSenado (2019, p. 14)

Temos o ano de 2016 como um marco para complexificação da circulação de informações a partir dos desenhos de táticas estruturadas para o Whatsapp. As práticas de comunicação nas ocupações universitárias, entretanto, não foram sujeitas da inovação de integração entre plataformas. Apesar de possuírem grupos de Whatsapp para comunicação interna, não desenvolveram banco de dados e listas de disparo para difusão de conteúdo na plataforma. A tática, por sua vez, foi desenvolvida e utilizada majoritariamente para difusão de fake news em período eleitoral ao ponto de, nas eleições brasileiras de 2018, por exemplo, o Reuters Digital News Report (2019) registrar a criação de cerca de um milhão de grupos no Whatsapp para promoção de candidaturas políticas no Brasil.

Lidamos com um cenário onde 8 em cada 10 brasileiros já identificaram notícias falsas nas redes sociais virtuais. As relações com educação constituem filtro importante neste quesito, pois percebemos que a ação de checagem é uma iniciativa para 89% dos perfis com acesso ao ensino superior e para 69% dos que possuem ensino fundamental incompleto. Estes dados são o extremo de uma escala onde os níveis de escolaridade definem, proporcionalmente, o uso (ou não) de critérios antes de circular informações, como expõe DataSenado (2019, p. 9).

Chegamos num ponto drástico ainda em 2017, ao registrar a marca de 12 milhões de pessoas difundindo fake news sobre política no Brasil, como apresentam as pesquisas do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação – GPoPAI da Universidade de São Paulo realizadas por Ribeiro e Ortellado (2018, p. 74), ao analisar a produção de conteúdo em 500 páginas no Facebook.

### 6.3. Das guerras culturais de nossos tempos

O acirramento de posições políticas como marca da história recente brasileira e com trincheiras cravadas no golpe jurídico-midiático de 2016 marcam a efervescência das guerras culturais de modo mais acentuado no país. Estamos tratando do fenômeno conceituado em rupturas sociais, provocadas por valores morais capazes de polarizar posições em torno de pólos progressistas e conservadores que, na divergência de posições, estabelecem embate na disputa por uma hegemonia política e cultural.

Temos, na nova ordem de guerra cultural estabelecida no Brasil, uma lógica de polarização observada por Galeggo, Ortellado e Moretto (2017, p. 37) que se agrupam em extremos demarcados no conservadorismo punitivo e no progressismo compreensivo. Esses pólos são amplos, aglutinam diferentes concepções de sociedade e as subordinam a uma composição moral onde, nos termos de Terry Eagleton (2003, p. 84), ao discutir sobre este fenômeno, estabelece que “a cultura é mais o produto da política do que a política a sua fiel servidora” e, nisto, exprimem uma conjunção onde a política orienta as práticas culturais da população a partir dos preceitos que defendem.

Esta relação toma por base uma noção de cultura que o autor justapõe ao comparar a polarização entre grupos fascistas e LGBTs e diz que “ambos definem a cultura como uma identidade coletiva e não como uma crítica. Ou seja, como uma forma de vida específica e não como um conjunto de valores relevantes para qualquer modo de vida” (EAGLETON, 2003, p. 90), sendo esta leitura sobre cultura basilar para a tomada das guerras culturais.

Não estamos lidando com um fenômeno novo. Thompson (2010) explica, ao discutir a experiência das guerras culturais americanas, que o ponto de diferenciação, hoje, é a noção maior que valoriza as dimensões da cultura. De modo que os caracteres da competição por dominância cultural são públicos e percebidos pela população na expressão de um projeto público que aflora sobre os rumos da humanidade.

Esta polarização se dá, sobretudo, no uso de poderes para impor um modelo de nação orientado nas práticas culturais e escolhas políticas dos setores dominantes. Nisto, os espaços de comunicação pública enquanto suportes de transmissão simbólica assumem papel importante para entender este processo. No caso recente brasileiro, apesar da escassez de estudos sobre a polarização das opiniões e ações políticas, percebemos nas observações de Ribeiro e Ortellado (2018, p. 74) a partir da análise de páginas no Facebook os indicativos sólidos do estágio de “polarização da opinião política que contamina toda a esfera pública”.

O novo, entretanto, está nas novas formatações sociotécnicas de uma sociedade extremamente midiaticizada. É importante observar, sobretudo, que a relação das plataformas digitais como novas arenas públicas para debates e disposição de conteúdo são, ainda, trincheiras que travam esta disputa; e se estas realocam a sociabilidade e a composição da vida em público, é necessário localizar que alteram a realidade e, por sua vez, influenciam o formato dos fenômenos sociais. Petrola (2019, p. 103) compartilha leituras onde a prática das fake news é um dado de reorientação do formato que as guerras culturais assumem no contexto contemporâneo e, fruto das leituras feitas e das análises realizadas, entendemos que não se trata apenas disto. Para nós, o conjunto das relações discutidas sobre midiaticização da vida e política, neste capítulo, exprime o cenário em que esta guerra acontece, com quais ferramentas são dadas a disputa e sobre quais desigualdades e privilégios lida cada pólo.

A disputa de narrativas, hoje, é a contraposição das ideias e posições acumuladas que convencionam batalhas importantes na produção de sentidos, no exercício das guerras culturais. É na expressão das diferenças, no exercício de novas lógicas criativas capazes de comunicar para muitos e na pré-disposição em dialogar com todos para exposição de posicionamentos e acúmulos que, em contexto de notórias diferenças políticas, o consumidor de informações poderá exercitar a síntese e tomar uma posição munido de informações. Elas instauram, nas ruas e nas redes, uma plataforma política a ser consumida a partir de critérios que não se inserem apenas no usufruto da ética, mas, também, no apelo moral dos indivíduos que, por sua vez, tomam por verdade a informação que mais se atenta aos critérios subjetivos – ou a localização que se insere no xadrez de uma sociedade polarizada.

A memória social, nesse contexto, é a síntese do conjunto de posições tomadas pelas pessoas a partir das experiências vividas e das informações consumidas. Como resultado de uma produção estimulada no presente, a ação futura de lembrar sobre tempos vividos por nós e de projetar lembranças naqueles que virão é um exercício que brota das disputas realizadas hoje. Dizemos, com isto, que guerras culturais se dão em embate no presente por um projeto político de futuro e na circunscrição de uma memória social sobre o passado.

Não podemos terminar este capítulo sem registrar, por fim, que as páginas desenvolvidas por estudantes são esforços, para travar a disputa de narrativas, da memória social e de um projeto de futuro que valoriza e defende a educação pública, gratuita, de qualidade, laica e popular. Somam-se ao chamado do debate público, ainda que não dominem as regras e funcionamento da arena e que pouco entendam sobre os circuitos de fenômenos e arquiteturas de dados aqui discutidos.

As páginas são a afirmação de um pólo e o fortalecem sem, no entanto, conseguir

empreender a disputa de mentes e corações de tantos outros que estão fora do circuito para o projeto que exprimem. Não colheram, de suas iniciativas, canais de comunicação de massas, como se propunham em decorrência da ação instar em caráter voluntarista e sem preparo técnico e tático, para empreender as contravenções ali postas. Logo, alcançaram o público que conseguiram e, apesar da valia onde toda ação de diálogo é bem vinda e merece ser celebrada em tempos de avanço do fascismo, especialmente no Brasil e na América Latina, devemos refletir sobre o peso dos esforços que empreendemos diante de baixos resultados no exercício da guerra, pois percebemos os muros que produzimos ao falar para nós mesmos e, nisto, não travar de fato o exercício das disputas, mas o diálogo entre pares – incapaz de dirimir os efeitos das investidas do outro pólo e a concretude das batalhas simbólicas que existem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais de 1100 dias já se passaram desde o desfecho das ocupações universitárias no Ceará. Apesar da passagem de tempo e da agitação política, as ocupações estudantis de 2016 continuam sendo a maior e mais prolongada experiência de desobediência civil e entricheiramento de posições para, como propunha Marcuse (1999), fazer ouvidas as teses e opiniões que, de outra maneira, não seriam possíveis. Tratando-se, portanto, de um fenômeno que se remete a processos sociais voltados em todas as esferas da realidade na expressão das guerras culturais de nossos tempos.

Nas ruas e nas redes, temos um circuito que eclode e se espraia na observância de processos comunicacionais das mais diversas matizes. Estas experiências acontecem, em outras palavras, como estratégia para potencializar a visibilidade das questões políticas agendadas pelos movimentos, porque “quanto mais um falso universalismo humilha identidades específicas, mais inflexivelmente estas se afirmam” (EAGLETON, 2003, p. 110)

Se é verdade que experiências de desobediência civil se orientam para potencialização da visibilidade, é também verdade que este não é um processo automático, pois, sem a consolidação de uma narrativa que exprima os sentidos e discursos que interessam ao conjunto do movimento, correm o risco de serem figurados sob versões opostas às intencionalidades e sob baixas condições de disputar a conformação simbólica e a memória sobre as experiências. Assim, não podem estar descoladas: a ação civil precisa estar conectada a uma intervenção tática e planejada de comunicação em plataformas online e offline.

Considerar este contexto sob o recorte territorial do Ceará em face dos traçados analisados até aqui sobre as páginas de Facebook como principais espaços de disposição de conteúdo – e porque não dizer únicos, dado que outros não foram experienciados – remonta uma dinâmica pouco capaz de conformar arenas públicas para debates de conteúdos, com uma expressão diminuta na conformação de redes com usuários e apenas uma conseguiu constituir rede social com outros canais.

Entendemos, ainda, que a prática de overposting contribui para este resultado, mas não só. Em essência, percebemos, ao analisar as melhores métricas de participação e os poucos posts que convenciam resultados diferentes do panorama apresentado, que o engajamento dos usuários e as táticas para furar a bolha não se constituem de um processo apenas mecânico entre somatória de intervalos entre publicações ou nos formatos para disposição do conteúdo. Dizem respeito, sobretudo, ao que é dito. Interessa aos usuários dos casos analisados a exposição de fatos políticos articulados a uma construção de sentidos capaz

de se inserir na ordem de ruptura do cotidiano na cidade onde a nova informação, caso não estivesse disposto nesta ambiência, não seria dito por mais ninguém, que alcançou boas métricas de visibilidade e se inseriu verdadeiramente nas disputas simbólicas. Verificamos, portanto, assim como Ricouer (2007, p. 108) que “é principalmente na narrativa [onde] se articulam as lembranças no plural e a memória no singular, a diferenciação e a continuidade” sobre os registros capazes de se inserir verdadeiramente na disputa de memória.

Em justa resposta às questões inconclusas da monografia de graduação que remetiam a inexistência de matérias jornalísticas sobre as ocupações da UNILAB e do IFCE Iguatu, notamos que estes também não desenvolveram pontes com jornalistas nem via Facebook, a fim de obter inclusão de pauta e nem no desenvolvimento de redes sociais via páginas com os conglomerados de comunicação. Em Estado que as redações jornalísticas se concentram em Fortaleza e Juazeiro do Norte, dois pólos geográficos, estar fora deste circuito dobra a necessidade de constituir boas relações públicas. Nisto, se por um lado existe negligência do jornalismo cearense em não produzir checagem razoável sobre as ocupações a fim de cobrir todos os casos, também existe nas comissões de comunicação que não conseguiram agendar publicamente as pautas e a ruptura com o cotidiano..

Este resultado aponta dois elementos que não podemos perder de vista: no primeiro, entendemos que o não alcance de uma intervenção capaz de dialogar com uma quantidade massiva de pessoas ocorre em resposta à dinâmica pouco articulada para o exercício de comunicação em redes e em que os operadores pouco conhecem e dominam as plataformas que manejam que, por sua vez, é um reflexo da segunda que diz respeito à baixa compreensão, na esquerda, do local de centralidade expresso nas políticas de comunicação; dado que, mesmo em ação orientada essencialmente neste sentido, inexistem planos articulados de intervenção na plataforma ou de uma gestão estratégica para produção de narrativas e de sentidos capazes de equacionar engajamento, de furar bolhas, de ter maior adesão em mediações algorítmicas e de viralizar a circulação do conteúdo nos casos analisados.

Temos, portanto, uma contradição latente onde, mesmo nestas ações políticas que são essencialmente voltadas à comunicação em disputa de narrativas e da memória social, percebemos que estas se instam em pulsões efêmeras e instantâneas em baixo planejamento e frutos do acaso. Esta avaliação contraposta às baixas métricas, entretanto, não é a preponderância de tônica conformista, mas a exposição de que as iniciativas populares podem ter melhor desempenho nas trincheiras, caso dotadas de formação técnica e tática para lidar com todo este cenário sociotécnico que compõe a sociedade contemporânea. Podem ter

melhor desempenho na medida em que comunicação não é um ato voluntarista mas uma ação estratégica e vertebral em tempos de midiatização da vida e da política. Sem afogar-se em suspiros românticos que esqueçam o papel que a mediação algorítmica e aparatos de poder e hegemonia seguirão exercendo.

Isto porque, sem boas condições para afirmação da observância e reflexão sobre o mundo, preterimos o nosso lugar de exposição do contraditório frente à hegemonia e aceitamos como natural o papel que as mídias monopolizadas cumprem “como instrumentos da amnésia ao promoverem o esvaziamento dos fatos” (MARCONDES, 1996, p. 309), angariando versões que flexionam os interesses de seus donos.

Esta reflexão, no entanto, não é uma tradução inovadora deste trabalho. Os escritos de Benjamin (1994) em ‘O Narrador’ e ‘Sobre o conceito de História’ já evocavam estes preceitos, ao estabelecerem, respectivamente, a prática de contação das observações e a necessidade do confronto entre versões frente a um arsenal orientado à produção simbólica e de memória como questões estruturantes a serem observadas como práxis da luta de classes. Le Goff (2003, p. 422) também contribui neste debate, ao confirmar que “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória” tomada por muitos. Entendemos que esta noção é comum ao conjunto dos movimentos sociais e, não por acaso, imprimem práticas voltadas à comunicação social.

O que problematizamos, neste exercício, é o fato de se orientarem sob uma lógica idealista no que diz respeito aos usos e aos retornos das plataformas digitais – que, no contexto virtual, Rüdiger (2013) trataria por ciberutopismo. Isto porque se orientam numa leitura onde “é certo que a internet rompeu com o modelo unidirecional de comunicação. Sua tecnologia em rede permite a interação entre os mais diversos usuários, que também produzem informação, participam e criam espaços de debate” (BERNARDES; BARBOSA, 2017, p. 7) numa relação capaz de remodelar os movimentos sociais para que “ganhasse força e duração através da comunicação distribuída em rede” (ANTOUN, 2018, p. 18).

Muitos são os estudos sobre a adoção de redes sociais na internet por movimentos sociais e setores oprimidos no Brasil. Ao compor o estado da arte para desenvolvimento desta dissertação, notamos que é comum a construção de conclusões como as últimas expostas que, por um lado, se fundamentam na valorização da utilização das plataformas para disposição de conteúdo sob motivações e argumentos evocados pela lógica de cidadania considerando que, de outra forma, não teriam condições de inserí-los na cena pública dos debates; por outro, estabelecem tais constatações sem considerar a dinâmica – seja em ótica local ou global – da sociedade e da sociabilidade no período e na plataforma em análise, a configuração

sociotécnica da rede estudada e as dinâmicas de mediações que convenciam a capacidade real de circulação do conteúdo. Percebemos, nas dissertações de Duarte (2016), Gonçalves (2014), Redes (2019) e nos trabalhos desenvolvidos no estágio pós-doutoral de Bernardes com participação de Barbosa (2017) e, com reforço floreado em fundamentação acadêmica, fortalecem a ideia do uso de redes virtuais como método fundamental para iniciativas contrahegemônicas sob fundamentação em Castells (2001; 2013).

É neste reforço teórico que se estrutura o senso comum onde criar páginas de Facebook em instantâneo é uma forma automática para se inserir na disputa de narrativas, na síntese de memória social e nas trincheiras das guerras culturais como observamos ao refletir sobre os casos tratados nos escritos mencionados e na falta de critérios para escolha deste espaço por ocupantes nas universidades cearenses em 2016.

As experiências bem sucedidas no início da década no que diz respeito ao agendamento social e que resultaram em alta convulsão social nas ruas não podem ser tomadas como uma constante, para justificar a adoção do Facebook para esta finalidade. Avaliações sobre Occupy Wall Street, Primavera Árabe e Junho de 2013 no Brasil quando se aplicam como resultantes isoladas das redes tendem a falhar na análise porque as redes sociais virtuais, nesses casos, são reflexos das ruas e atuam não em separado. São componentes da mesma realidade e, por sua vez, não dá para desprezar a conjunção conjuntural dos elementos e faz sentido alocar o papel das plataformas como parte integrante do cenário e não como resposta única.

Quanto ao aspecto de chamamento para ação pública – para além dos isolados casos citados – percebemos de lá para cá, que muitas alterações foram realizadas na arquitetura de gestão dos dados para coibir esta possibilidade. Por isto, Rüdiger (2013) afirma que a defesa de uma suposição democrática nas plataformas “é uma forma pobre de pensar os processos políticos e, até mesmo, ingênua”, pois, para o autor, transformações sociais não dependem exclusivamente do universo digital – que, por sua vez, não se propõe e nem se orienta a este fim.

Queremos, com isso, dizer que postar não garante uma boa performance de circulação do conteúdo e que as ditas ‘brechas midiáticas’ que amparam expectativas de circulação de muitos produtores de conteúdo contrahegemônico frente a possibilidade idealizada de massificação de ideias não é uma ação de resultado certo e imediato em plataformas digitais. Não é, entretanto, impossível. A possibilidade de furar a bolha e obter engajamento tão bem experienciada pela direita brasileira nas eleições de 2018 carece de esforços táticos, tecnológicos e, sobretudo, narrativos a serem explorados sob critérios de

eficiência – o avesso ao que temos no caso das ocupações universitárias de 2016 aqui analisadas.

O capitalismo estabelece novas demandas de consumo a fim de estabelecer novas fontes de lucro e não no intuito de fundamentar e estabelecer direitos. Por isso, é imprescindível entender estas leituras como uma expressão do tempo em que foram cunhadas, mas não suficientes para entender os paradigmas e os fenômenos nesta década que se inicia.

Assumir este pensamento resultante do exercício de investigação nos faz, portanto, valorizar uma prática constante de leitura dos elementos que, articulados, compõem as engrenagens da sociedade e da sociabilidade que se aloca nos objetos e casos em estudo. Não basta entender a prática de produção e o conteúdo resultante e desprezar o contexto, pois, “enquanto há mais vozes na esfera da produção, a concentração é cada vez maior na esfera da circulação, com plataformas e toda forma de intermediários modulando e estabelecendo limites, regras e padrões de controle ao manancial de informação criado” (INTERVOZES, 2018, p. 162); e que, sem tato destes, corremos o risco de estabelecer marcos mais idealistas e menos realistas. Esta é uma relação que precisa ser encarada de forma dialética: crítica, envolta nos caracteres da produção e orientada a luta por mudanças estruturais.

Temos disponível e acessível uma gama exponencial de pesquisas e tratados que auxiliam à compreensão das plataformas e suas implicações sociais – alguns destes utilizados neste estudo. Nestes, assim como aqui, radicamos uma leitura das plataformas digitais como o avesso às ideias de neutralidade e de exercício democrático a partir da alta concentração e manejo dos dados voltados à orientação de conteúdo e produção de simulacros virtuais e redes sociais, sobretudo no Facebook.

Nisto, é basilar perceber a importância de iniciativas voltadas à educação crítica para uso das mídias digitais a exemplo da publicação ‘Sobrevivendo nas redes’, escrito por Sorj et al (2018) e das ações extensionistas do projeto TVEz - Educação para o Uso Crítico da Mídia, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Estas constituem ações importantes que permitem aos usuários a utilização na plataforma com maior consciência sobre os elementos aqui debatidos.

Somos, por fim, mais explorados pelas composições das plataformas virtuais que se utilizam da nossa performance na rede para estabelecer um novo – não na temporalidade, mas no sentido em que pouco conhecemos – e lucrativo mercado; do que exploramos as aplicações disponíveis. Não por falta de intento dos usuários, é preciso dizer. Afinal, muitas são as iniciativas que tomam os sites para redes sociais virtuais, por exemplo, como dispositivos para distribuição de conteúdo com os mais diversos e criativos formatos; contudo,

é imperativo tatearmos que esta não é a finalidade em sistemas sociotécnicos complexos que, por sua vez, se fundamentam na lucratividade e controle social em tempos de capitalismo de vigilância.

Por isso, assim como Van Dijck (2007, p. 2), indagamos “como as ferramentas de mídias digitais moldam o nosso processo de lembrar e vice-versa?”. Notamos, ao compor marcos sobre trabalhos e pesquisas feitas que se debruçam no contexto contemporâneo sobre esta questão e percebemos, no exercício desta pesquisa, que as relações de disposição de conteúdos versus o engajamento dos usuários se constituem em um fenômeno importante do ponto de vista dos estudos em comunicação, para denotar as relações sobre lembrar e esquecer.

Conseguimos, até aqui, estabelecer os paralelos entre as afirmações do jornalismo e dos estudantes sobre as ocupações universitárias de 2016 e avançamos no debate sobre a relação destes últimos com o fenômeno da disputa da memória social. Entendemos, contudo, que a síntese desta última é conjugada pelas pessoas a partir da somatória de caracteres simbólicos consumidos a partir do acesso à informação e da seleção do conteúdo a ser credibilizado. Nisto, as versões compartilhadas em redes sociais, nas plataformas digitais, constituem uma trincheira importante; mas não a única, dado que o jornalismo comunitário e o produzido por conglomerados de comunicação em multiplataformas, bem como intervenções de contramovimentos e o nível de conhecimento – ou desconhecimento – do caso são variáveis que se contrapõem para que pessoas, atravessadas por questões territoriais, etárias, econômicas, religiosas, de sexo, de raça e de sexualidade possam exprimir uma versão para si sobre os atos ocorridos.

De uma relação que parte do individual ao coletivo, temos a possibilidade de conhecer e analisar o cenário da disputa da memória social e das referências sociais sobre o que é tido como verdade para as pessoas; e, dos seus acirramentos, as trincheiras das guerras culturais, no Ceará, em estudos futuros, a partir do objeto que dedicamos atenção até aqui.

## REFERÊNCIAS

- ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: Cidadão comum, mídia e atitude política**. 2001. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- ALBUQUERQUE, Mariana. **Mídia, Sistema penal e o fenômeno da criminalização das manifestações públicas**. 2014. Monografia. Graduação em Direito – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014.
- ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois?. In: HARVEY, David et al. **Ocuppy: movimentos de protesto que ocuparam as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ALVES FILHO, Mário Helder de Sousa. **Movimento passe livre nas manifestações de junho de 2013: a representação social no jornal Folha de S. Paulo**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- ANDRADE, Tesla Coutinho. **Impressões digitais: jornalismo e memória no séc. XXI - uma investigação sobre os caminhos do jornalismo impresso na era digital e seus reflexos na construção da memória social**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- ANTOUN, Henrique (Org). **Web 2.0: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- ARAÚJO, Willian. **Os algoritmos do Facebook: um estudo dos primeiros 10 anos do Feed de Notícias**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.
- ARENDT, H. **Verdade e Política**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.
- ARONOVICH, Lola. Os muitos preconceitos do Golpe. In: ROVAI, Renato (org). **Golpe 16**. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**. Campinas: Unicamp, 2011.
- BARBOSA, Bia. Comitê Pró-Democracia: Uma trincheira dentro do Parlamento. In: ROVAI, Renato (org). **Golpe 16**. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.
- BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória?”. Porto Alegre: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2004.
- \_\_\_\_\_, Marialva. **O que a história pode legar aos estudos de jornalismo**. Niterói: EdUFF, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2011.

BARBERO, Jesus Martin. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.

BÉDARIDA, François. *L'histoire de la Résistance: lectures d'hier, chantiers de demain*. Vingtième Siècle, n.11, juillet-septembre, 1986.

BEER, D. **Metric power**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

BENJAMIN, Walter. **Mágia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Trad. Liene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

BENTES, Anna. A gestão algorítmica da atenção: enganchar, conhecer e persuadir. Polido, Fabrício; ANJOS, Lucas; BRANDÃO, Luíza. IN: **Políticas, Internet e Sociedade**. Belo Horizonte: Iris, 2019.

BENTES, Ivana. *Ocupa Tudo! Extinção, ressurreição e insurreição da Cultura*. In: ROVAI, Renato (org). **Golpe 16**. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

BERNARDES, Franciani; BARBOSA, Célia. **A Internet nos Movimentos Sociais e nas Manifestações Massivas no Brasil**. Curitiba: XL Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017.

BOND, R. M. et al. **A 62 million-person experiment in social influence and political mobilization**. Nature , n. 489,p. 295–298, 2012.

BONIN, Jiani. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: MOURA, Claudia; LOPES, Maria Immacolata (orgs). **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas, Porto Alegre : EDIPUCRS, 2016.

BOULOS, Guilherme; GUIMARÃES, Vitor. *Resistir ao Golpe, reinventar os caminhos da esquerda*. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOUSADA, Tadeu. **Ocupa CEMUNI V**: Análise de conteúdo das ocupações universitárias capixabas no ciberespaço. 2017. Monografia. Graduação em Comunicação Social | Publicidade e Propaganda – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

BOSWORTH, A. News feed is a robot! **Facebook blog**, 2007. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20070612183531/http://blog.facebook.com/blog.php?post=224467130>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

BOSWORTH, A. et al. **Generating a feed of stories personalized for members of a social network**. Palo Alto: United States Patent, 2010.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade critica sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRAGA, José Luiz. **A prática da pesquisa em Comunicação**: abordagem metodológica como tomada de decisões. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós: Brasília, 2011.

BRAGA, Clara; SILVA, Daniela. MAFRA, Rennan. Fatores de identificação em projetos de mobilização social. In: HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

BRAGA, Rui. **Pulsão Plebeia**: Trabalho, precariedade e rebeliões sociais. São Paulo: Alameda, 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 abr. 2014.

BRUNO, Fernanda. **Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital**. FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v.1. n. 36, ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Dispositivos de vigilância no ciberespaço**: duplos digitais e identidades simuladas. Revista Fronteiras Estudos Midiáticos. Vol. VIII No 2 - maio/agosto 2006.

BUCHER, T. **If...Then**: Algorithmic Power and Politics. Nova York: Oxford University Press, 2018.

\_\_\_\_\_. **Want to be on the top?** algorithmic power and the threat of invisibility on facebook. New Media & Society, v. 14, n. 7, p. 1164–1180, 2012..

\_\_\_\_\_. **Programmed sociality**: a software studies perspective on social networking sites. Oslo: Universidade de Oslo, 2012a.

CALIXTO, Douglas. **Algoritmos entre a experiência e o acontecimento**: o novo sensorium nas práticas da Educomunicação. Joiville: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2018.

CARIBÉ, João Carlos Rebello. **Algoritmização das relações sociais em rede, produção de crenças e construção da realidade**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CARNEIRO, Henrique. Rebeliões e ocupações de 2011 In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimentos de protesto que ocuparam as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignación e Esperanza**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra: 2001.

CELLAN-JONES, R. Como o facebook pode ter ajudado trump a ganhar a eleição. **Folha de São Paulo**, 2016. Disponível em: <folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1831829-como-o-facebook-pode-ter-ajudado-trump-a-ganhar-a-eleicao.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CETIC.Br. **TIC Domicílios 2016**. CGI.Br. 2017. Disponível em: <cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores> Acesso em 10 dez. 2019.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **São Paulo: Violência, autoritarismo e democracia**. São Paulo: Revista Caramelo, n.7, 1994.

CLETO, Murilo. O triunfo da antipolítica. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016

Conceição, Eduardo. **O Fenômeno Facebook no Brasil: Rede Social ou Dependência Digital?** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria, Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental, 2018. Rio de Janeiro, 2018.

CRUZ, Fábio; MOURA, Marcelo. **Direitos humanos, movimentos sociais e mídia: apontamentos iniciais e subsídios para o debate**. Disponível em: goo.gl/9SPwgV. Acesso em: 20 jan. 2018.

CUKIER, Kenneth; MAYER-SCHOENBERGER, Viktor. **The rise of Big Data: How It's Changing the Way We Think About the World**. Foreign Affairs. mai/jun. 2013.

DATASENADO. **Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade de Dados na Internet**. Brasília: Senado Federal e Câmara dos Deputados, 2019.

DREIER, Fernanda; PIVA, Danubia. **Assessoria de imprensa em movimentos ativistas: ferramentas e ideologia**. Curitiba: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009.

DUARTE, Jorge (Org.) **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES – DCE UFC. **Ocupar e resistir pelo Povo Brasileiro**. [Nota - 06 nov. 2016, Fortaleza/CE. 2f.] Disponível em: <goo.gl/dsxokS>

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. In: Journal of Communication, vol. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ESLAMI, M. et al. **I always assumed that i wasn't really that close to [her]: reasoning about invisible algorithms in news feeds**. ACM, 2015. p. 153–162.

FACEBOOK. **Como o Feed de notícias funciona.** 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/327131014036297>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

FALTAY FILHO, Paulo. **Sujeitos algorítmicos, subjetividades paranoicas:** capitalismo de dados, influência, (in)dividualidades. Porto Alegre: XXVIII Encontro Anual da Compós, 2019.

FERRARI, Fabrício; CECHINEL, Cristian. **Introdução a Algoritmos e Programação.** Rio Grande: FURG, 2009

FONSECA, André. **A comunicação nos movimentos sociais:** do panfleto de protesto à educação para a cidadania. Maringá: Revista Espaço Acadêmico, 2011.

FORBES. **Trends In Global Advertising Industry: Winners And Losers.** Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/greatspeculations/2015/09/28/trends-in-globaladvertising-industry-winners-and-losers-part-1>>. Acesso em 8 jan. 2019.

FRAGOSO, Suely, WTF a Crazy Brazilian Invasion. In: ESS, Charles; SUDWEEKS, Fay; HRACHOVEC, Herbert (orgs); **CATaC 2006 - Fifth International Conference on Cultural Attitudes Towards Technology and Communication**, 2006, Tartu. Estonia. v. 1. p. 255-274.

FRANCISCATO, C. **A fabricação do presente:** como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

FREEMAN, C; LOUÇÃ, F. **As time goes by:** from the Industrial Revolution to the Information Revolution. New York: Oxford University Press, 2001.

FREIRE FILHO, João. **Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias.** Rio de Janeiro: Eco-Pós, 2004.

FREITAS, Bruno Chaves de. **Modernização de sistemas legados para disponibilização em dispositivos móveis com arquitetura baseada em microservices.** Dissertação (Mestrado) – Ciência da Computação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

FULLER, M.; HARWOOD, G. Algorithms are not angels. **Future non stop**, 2015. Disponível em: <[future-nonstop.org/c/bed167c89cc89903b1549675013b4446](http://future-nonstop.org/c/bed167c89cc89903b1549675013b4446)>. Acesso em: 07 dez. 2019.

GADRET, Débora Lapa; REGINATO, Gisele Dotto. **Procurando a verdade no jornalismo em tempos de mudança:** um conceito ambivalente no discurso da Rede Globo. *Brazilian Journalism Research*. v. 12, n. 3, 2016.

GILLESPIE, Pablo. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, PABLO.; BOCZKOWSKI, K. (Org.). **Media technologies:** essays on communication, materiality, and society. Cambridge: MIT Press, 2014.

GITLIN, Todd. **The Whole World is Watching:** mass media in the making and unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sociologia dos movimentos sociais:** Indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Manifestações e Protestos no Brasil:** Correntes e contracorrentes na atualidade. Cortez Editora. 2017.

GOMES, Pedro Gilberto. Jornalismo: memória no movimento popular. In: GOMES, Pedro; BULIK, Linda; PIVA, Marcia (Org.). **Comunicação:** memória e resistência. São Paulo: Paulinas, 1989.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco; GONDAR, Jô. (Org.). **Por que memória social?.** Rio de Janeiro : Híbrida, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** - Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GUREVITCH, M. and LEVY, M. **Mass Communication Review Yearbook.** vol 5. California: Sage, 1985.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva,** SP: Centauro, 2006.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: O Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, David et al. **Occupy:** Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

HENRIQUES, Márcio; BRAGA, Clara; MAFRA, Rennan. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

HOWARD, P. N; WOOLLEY, S.C (orgs). **Computational Propaganda: political parties, politicians, and political manipulation on social media.** Nova York: Oxford University Press, 2018.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IANNI, O. **O Príncipe Eletrônico.** São Paulo: Perspectivas, 1999, p. 11-29.

INTERVOZES. **Monopólios digitais:** concentração e diversidade na Internet. São Paulo: Intervozes, 2018.

KASHMIR, H. **I cut the big five tech giants from my life it was hel.** Disponível em: <<https://gizmodo.com/i-cut-the-big-five-tech-giants-from-my-life-it-was-hel-1831304194>>. Acesso em 22. jan. 2019.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia.** São Paulo: EDUSC, 2001.

KITCHIN, R. **Big data, new epistemologies and paradigm shifts.** *Big Data & Society*, v. 1, n.1, 2014.

\_\_\_\_\_. **Thinking critically about and researching algorithms.** *Information, Communication & Society*, v. 20, n. 1, p. 14–29, jan. 2016.

KITCHIN, R.; DODGE, M. **Code/space: software and everyday life.** Cambridge: MIT Press, 2011.

KOERICH, Marinaalço Alice da Luz F. Opinião pública: a grande farsa nacional. In: GOMES, Pedro; BULIK, Linda; PIVA, Marcia (Org.). **Comunicação: memória e resistência.** São Paulo: Paulinas, 1989.

KRASNOVA, Hanna; WENNINGER, Helena; WIDJAJA, Thomas; BUXMANN, Peter. **Envy on Facebook: A Hidden Threat to Users Life Satisction?.** Leipzig: 11<sup>o</sup> International Conference on Wirtschaftsinformatik, 2013.

KRASNOVA, H. et al. **Research Note — Why Following Friends Can Hurt You : An Networking Sites among College-Age Users College-Age Users.** *Information Systems Research*, n<sup>a</sup> 26, 585–605.

KUCINSKY, Bernardo. Quando a imprensa precisou de heróis. In: GOMES, Pedro; BULIK, Linda; PIVA, Marcia (Org.). **Comunicação: memória e resistência.** São Paulo: Paulinas, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEE, Newton. **Facebook Nation.** Total Information Awareness. Springer Science+Business Media. New York, 2013.

LEMOS, André; MARQUES, Daniel. **Privacidade e Internet das Coisas: uma análise da rede Nest a partir da Sensibilidade Performativa.** *E-Compós*, v. 22, jan–dez, 2019, p. 1–26.

LEVU, A. **People Spend 2.5 Times As Much Time on Facebook Apps Compared to Google Apps.** Disponível em: <<https://www.fool.com/investing/2018/08/28/people-spend-25x-as-much-time-on-facebook-apps-com.aspx>>. Acesso em 19. jan. 2019

LEWIS, Charlton; SHORT, Charles. **A Latin dictionary.** Oxford: Clarendon Press, 1958.

LIPPMANN, W. **Liberty and the News.** New York: Harcourt, Brace and Howe, 1920.

LOIOLA, Daniel Felipe. **Recomendado para você: o impacto do algoritmo do YouTube na formação de bolhas.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação—Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: O golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?:** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson. **Comunicação e democracia:** Problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

MACÊDO JR, Daniel. **Ocupa e resiste:** Memórias e representações do jornalismo cearense sobre as ocupações estudantis na Universidade Federal do Ceará pós-Golpe de 2016. 2017. Monografia. Graduação em Comunicação Social | Jornalismo – Instituto de Cultura e Artes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017a.

\_\_\_\_\_, Daniel. **Divino maravilhoso das ocupações universitárias pós-golpe de 2016 no Ceará.** Fortaleza: Quitanda das Artes, 2017b.

\_\_\_\_\_, Daniel; NUNES, Márcia. **Das barricadas vão às bancas:** Representação das ocupações universitárias de 2016 pelo jornalismo cearense. Curitiba: XL Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017.

\_\_\_\_\_, Daniel; NUNES, Márcia. **Palavras de insurgência nas notas de estopim das ocupações universitárias no Ceará em 2016.** Rio de Janeiro: XV Seminário de Pesquisa de Alunos de PósGraduação em Comunicação, 2018.

\_\_\_\_\_, Daniel et al. **Ocupações das escolas públicas no Grande Bom Jardim.** Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa, 2018.

MAFEI, Maristela. **Assessoria de imprensa:** como se relacionar com a mídia. São Paulo: Contexto, 2004.

MALINI, F; ANTOUN, H. **A internet e a rua:** ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANSON, Marshall. **Facebook Zero:** considering life after the demise of organic reach. New York: Social@Ogilvy, 2014.

MARCONDES, Ciro F. (org). **Pensar-pulsar:** Cultura comunicacional, tecnologias, velocidade. São Paulo: Edições NTC, 1996

MARCUSE, Hebert. **A grande recusa, hoje.** Petrópolis: Vozes, 1999

MARINONI, Bruno. **Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil.** Intervozes, 2015. Disponível em: <[intervozes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Projeto-FES-Artigo-concentracao-meio.pdf](http://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Projeto-FES-Artigo-concentracao-meio.pdf)> Acessado em Fevereiro de 2019.

MARQUES, Ângela; NOGUEIRA, Érika. **Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet.** Bauru: Revista Comunicação Midiática, 2012.

MARTINS, Fernando José. **Ocupação da Escola:** uma categoria em construção. – Porto

Alegre: 2009. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2009.

MARTINS, Helena. **Comunicação e contra-hegemonia**: a produção comunicativa como estratégia política do MST. 2012. Dissertação. Mestrado em Comunicação – Instituto de Cultura e Artes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes**: Collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MILAN, S. When algorithms shape collective action: social media and the dynamics of cloud protesting. **Social Media + Society**, v. 1, n. 2, p. 1–10, 2015.

MORAES, Nilson Alves. Memória Social: solidariedade orgânica e disputas de sentido. In: DODEBEI, Vera; GONDAR, Jô. (Org.). **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

MOURA, Carolina. **Associações sociotécnicas**: mediações algorítmicas e a economia das ações no facebook. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: Projeto História, 1993.

NUNES, Márcia Vidal. **A retomada do ideal comunitário na organização política de coletivos de comunicação no Brasil**. 2018. 134 f. Relatório Final de Pós-Doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

NUNES, Luiz Fernando. **Reintegração de Posse**: A ocupação das Escolas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro como processo de reavivamento da escola pública. Rio de Janeiro: Editora Realize, 2016

OCUPAÇÃO DA UNILAB. **Nota de Ocupação da UNILAB**. [Nota - 17 nov. 2016, Redenção/CE. 1f.] Disponível em: <[goo.gl/r5oqsJ](http://goo.gl/r5oqsJ)>

OLICK, Jeffrey. Reflections on the underdeveloped relations between journalism and memory studies. In: ZELIZER, Barbie; TENENBOIM-WEINBLATT, Keren (org). **Journalism and memory**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

OTANI, A; SETHARAMAN, D. **Facebook Suffers Worst-Ever Drop in Market Value**. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/facebook-shares-tumble-at-open-1532612135>>. Acesso em 23. jan. 2018.

PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital**: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

\_\_\_\_\_. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel. **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PARISER, E. **The filter bubble**: what the internet is hiding from you. Nova Iorque: The Pinguim Press, 2011.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

PELLANDA, Eduardo Campos. Comunicação móvel no contexto brasileiro. in: LEMOS, André; JOSGRILBERG, Fábio. **Comunicação e Mobilidade**: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil. Salvador: EdUFBA, 2009.

PEREIRA, Cláudia. **Ainda somos os mesmos?**: representações midiáticas da juventude em movimentos sociais, ontem e hoje. Porto Alegre: Revista Famecos, 2016.

PERUZZO, Cicilia. Possibilidades, realidade e desafios da comunicação cidadã na Web. São Paulo: Anais do XXVI Encontro Anual da Compós, 2017.

PETROLA, José Ismar. Fake news, guerra cultural e crise de credibilidade do jornalismo nas eleições de 2018. In: COSTA, Cristina; BLANCO, Patrícia (Orgs.). **Liberdade de expressão**: questões da atualidade. São Paulo: ECA-USP, 2019.

PEW RESEARCH CENTER. **News Use Across Social Media Platforms 2017**. Disponível em: <<http://www.journalism.org/2017/09/07/news-use-across-social-media-platforms-2017/>>. Acesso em 03. dez. 2019

PHILLIPS, D. **Brazil's biggest newspaper pulls content from Facebook after algorithm change**. The Guardian, versão online, international edition, 08. feb. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2018/feb/08/facebookbrazil-newspaper-folha-de-s-paulo-fake-news>>]. Acesso em: 05. dez. 2019.

PIMENTA, Ricardo. **Das iniciativas em Humanidades Digitais e suas materialidades**: relato de um laboratório em construção contínua. Memória e Informação, v. 3, n. 1, jan./jun, 2019.

PINHO, J. B. Propaganda e opinião pública: formação, conformação e resistência. In: GOMES, Pedro; BULIK, Linda; PIVA, Marcia (Org.). **Comunicação**: memória e resistência. São Paulo: Paulinas, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos históricos, v. 2, n. 3, 1989.

PUGLISI, Silvia. **RESTful Rails development: building open applications and services**. Sebastopol: O'Reilly, 2015.

QUARTZ. **Millions of Facebook users have no idea they're using the Internet**. Disponível em: <<https://qz.com/333313/millions-of-facebook-users-have-no-idea-theyre-using-the-internet/>>. Acesso em 20. fev. 2018.

RAMALHO, Ramon Rodrigues. **Contribución a la propuesta de una etnografía militante**. X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2013

RAYSON, Steve. **Facebook engagement for brands and publishers falls 20% in 2017**. BuzzSUMO, 2017. Disponível em: <[buzzsumo.com/blog/facebook-engagement-brands-publishers-falls-20-2017/](http://buzzsumo.com/blog/facebook-engagement-brands-publishers-falls-20-2017/)> Acessado em 10 dez. 2019.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel; SOARES, Pricilla. **Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da fanpage —Diva Depressão**. Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. n. 26, 2013.

RECUERO, R; BASTOS, M; ZAGO, G. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

REGO, A. **Haverá jornalistas livres?**. Moscavide: Agência Ecclesia, n.o 1145, 2008.

REUTERS INSTITUTE. **Digital News Report 2019**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2019.

RÜDIGER, Francisco (Org.) **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

RUEDIGER. Marco Aurélio. **Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018**. Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2017.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A mídia e o lugar da história**. Lugar Comum (UFRJ), n.11, p. 25-44, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula; BRASILIENSE, Danielle Ramos. **A matança dos inocentes: questões de memória e narrativa jornalística**. São Leopoldo: UNIrevista, 2006

RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. **O que são e como lidar com as notícias falsas: dos sites de notícias falsas às mídias hiper-partidárias**. Revista Sur 27, v.15, n.27, 2018.

ROVAI, Renato. Um golpe não é, um golpe vai sendo. In: ROVAI, Renato (org). **Golpe 16**. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David et al. **Ocuppy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.

SANGHVI, R.; STEINBERG, A. Focus on feed. **Livestream**, 2010. Disponível em: <original.livestream.com/f8techniques/video/pla\_5219ce25-53c6-402d8efff3f8f7a5b510?utm\_medium=ui-thumb&utm\_source=lslibrary>. Acesso em: 07. dez. 2019.

SANTAELLA, Lúcia. Revisitando o corpo na era da Mobilidade. IN: LEMOS, André; JOSGRILBERG, Fábio. **Comunicação e Mobilidade**: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil. Salvador: EdUFBA, 2009.

SANTAELLA, Lúcia. Comunicação Ubíqua: repercursões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTORO, Beatriz de Campos. **“Reorganização” das Escolas Estaduais do Estado de São Paulo**: A cobertura nas páginas da Folha de S. Paulo. São Paulo: SEMESP, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Constitución y Hegemonía: luchas contra la dominación global. Quito: Revista Latinoamericana de Comunicación, 2018.

SCHWARTZ, Gisele Maria. **O conteúdo virtual do lazer**: contemporizando Dumazedier. Licere, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p.23-31, 2003.

SILVA, A. S. Do ciber ao híbrido: tecnologias móveis como interfaces de espaços híbridos. IN: ARAÚJO, D. C. (org). **Imagem (ir)realidade**: comunicação e cibermídia. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In: Souza, Joyce; Avelino, Rodolfo; Silveira, Sérgio Amadeu. (Org.). **A sociedade de controle**: Manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Editora Hedra. 2018.

SOARES, D. Q. **A reestruturação produtiva e as políticas públicas de inclusão digital no Brasil hoje**: o caso Proinfor. 2007. 165 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 2007.

SODRÉ, Muniz. Muito além do diploma. In: Fenaj (org.), **Formação superior em jornalismo**: uma exigência que interessa à sociedade. Florianópolis: Fenaj, 2008.

\_\_\_\_\_. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SORDI, Denise; MORAIS, Sérgio. **Os estudantes ainda estão famintos: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil**. Quito: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, 2016.

SORJ et al. **Sobrevivendo nas redes**. São Paulo: Plataforma Democrática, 2018.

SOUSA, Elaine. **Emulação de um gerenciador de dados orientado a objetos através de uma interface de programação de aplicativos sobre um gerenciador relacional**.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000

SPLICHAL, Slavko. **Public Opinion: developments and controversies in the twentieth century.** Lamhan: Rowman and Littlefield, 1999.

STATISTA. **Top Companies in the world by market value.** Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/263264/top-companies-in-the-world-by-market>> Acesso em 12. jan. 2019.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

THOMSON, Irene Taviss. **Culture Wars and Enduring American Dilemmas.** Michigan: University of Michigan Press, 2010.

TILBURG, João Luís van. A recuperação de formas de resistência pela comunicação. In: GOMES, Pedro; BULIK, Linda; PIVA, Marcia (Org.). **Comunicação: memória e resistência.** São Paulo: Paulinas, 1989.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Marco Civil da Internet: uma lei sem conteúdo normativo. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 269-285, Apr. 2016.

TOMAZ, Tales; SILVA, Guilherme. Repensando big data, algoritmos e comunicação: para uma crítica da neutralidade instrumental. **Parágrafo**, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./abr, 2018.

TRAQUINA, Nelson. **O que é Jornalismo.** Lisboa: Quimera Editores, 2002.

TREFIS. **Alphabet Inc. Report.** Disponível em: <[https://www.trefis.com/stock/goog/model/trefis?easyAccessToken=PROVIDER\\_a339366c4c65a7bc19c5040d9b25109aac708d92](https://www.trefis.com/stock/goog/model/trefis?easyAccessToken=PROVIDER_a339366c4c65a7bc19c5040d9b25109aac708d92)>. Acesso em 8 jan. 2019.

TUBULAR. **Q3 2017 State of online video report.** Tubular, 2017.

ULISSES, Laís Soares. **Panorama da criminalização dos movimentos sociais no Brasil: suas diversas facetas e o emblemático caso da aplicação da lei de segurança nacional no Rio Grande do Sul.** Teresina: Arquivo Jurídico, 2012.

UNESCO. **Charter on the Preservation of the Digital Heritage.** Disponível em: <[unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000179529.page=2](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000179529.page=2)>. Acesso em: 26 dez. 2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE. Estudantes ocupam 961 escolas e universidades contra retrocessos na educação. Disponível em: <[goo.gl/CWrnMx](https://goo.gl/CWrnMx)> Publicado em: 14 out 2016a. Acessado em 03 mar 2018.

\_\_\_\_\_. #OcupaTudo tem mais de 200 universidades ocupadas em todo o Brasil. Disponível em: <[goo.gl/S482S9](https://goo.gl/S482S9)> Publicado em: 14 nov 2016b. Acessado em 03 mar 2018.

VAN DIJCK, José. **The culture of connectivity: a critical history of social media.** Oxford: University Press, 2013.

\_\_\_\_\_. **Mediated memories in the digital age**. Stanford: Stanford University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. **Datafication, dataism and dataveillance**: big data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society*, v. 12, n. 2, p. 197, 2014.

VIA CAMPESINA BRASIL. **A Ofensiva da Direita Para Criminalizar os Movimentos Sociais no Brasil**. Porto Alegre: Via Campesina Brasil: 2010.

VIEIRA, Lívia. **Métricas editoriais no jornalismo online**: ética e cultura profissional na relação com audiências ativas. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WEBER, Maria. **O estatuto da Imagem Pública na disputa política**. ECO-Pós. Rio de Janeiro, n.3, set/dez 2009.

WHITE, A. **Fake news**: it's not bad journalism, it's the business of digital communications. Londres: Ethical Journalism Network, 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

YUNG, R. New views for your home page. **Facebook blog**, 2009. Disponível em: <<http://blog.facebook.com/blog.php?post=162536657130>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

ZHANG, C.; CHEN, S. News feed fyi: using qualitative feedback to show relevant stories. **Facebook newsroom**, [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://newsroom.fb.com/news/2016/02/news-feed-fyi-using-qualitative-feedback-to-showrelevant-stories/>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

ZIBAS, Dagmar. **“A revolta dos pinguins” e o novo pacto educacional chileno**. Rio de Janeiro: Rev. Brasileira de Educação, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David et al. **Ocuppy**: Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZUBOFF, S. Big Other: Capitalismo de Vigilância e perspectivas para uma civilização da informação. In: BRUNO, F. *et al.* (orgs.) **Tecnopolíticas da Vigilância**. São Paulo: Boitempo, 2018.